

WILZA DIANE GALVÃO LOPES DE MENDONÇA

**APRENDENDO A VIVER COM REGRAS: a
validação das teses piagetianas da gênese da
moral nos contextos atuais**

ORIENTADOR: Prof. Doutor Óscar C. de Sousa

**Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias
Instituto de Ciências da Educação**

LISBOA - PT

2010

WILZA DIANE GALVÃO LOPES DE MENDONÇA

**APRENDENDO A VIVER COM REGRAS: a
validação das teses piagetianas da gênese da
moral nos contextos atuais**

Dissertação apresentada ao Instituto de Ciências da Educação da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Educação.

Orientador: Professor Doutor Óscar C. de Sousa

Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias

Instituto de Ciências da Educação

LISBOA - PT

2010

AGRADECIMENTOS

A Deus por ter iluminado meus caminhos;

Ao meu marido Carlos Ovídio Netto, pelo apoio e compreensão durante todo este período de estudos e pesquisa;

Ao meu filho Rafael Galvão L. de Mendonça, que por muitas vezes sem saber me incentivou a continuar essa caminhada;

Aos meus pais Wilson dos Anjos Galvão (in memoria) e M^a Salomé P. Galvão, pelo amor e educação de toda a vida, sempre me ensinando a ser uma pessoa de caráter e fé;

Aos meus sogros Otávio Machado L. de Mendonça e Gracieli Grisi L. de Mendonça, que até hoje me incentivam a abrir caminhos nessa longa estrada profissional com todo carinho que um pai e uma mãe possam ter por sua filha;

A minha avó de coração Valdeci Grisi, que me adotou como sua verdadeira neta e que em vários momentos me confortou com palavras de carinho e incentivo;

Ao meu irmão Wilton P. Galvão e meus irmãos de coração (cunhadas (os)), Juliana Grisi L. de Mendonça, Adriano Buriti, Thereza Michelle L. de Mendonça e Otávio Bruno L. de Mendonça que de forma carinhosa, torceram pela realização deste trabalho;

Ao meu grande orientador Doutor Óscar de Sousa, a minha gratidão e reconhecimento pelo incentivo, disponibilidade, carinho, que me guiou para a realização desse trabalho;

Ao diretor Paulo Varandas por toda a atenção e confiança ao abrir as portas de sua escola para a realização da pesquisa, como também o meu carinho para com as coordenadoras Liana, Denise, Vírginia, a psicóloga Greta, a funcionária Valdeti e todos os professores que disponibilizaram seu tempo na organização dos alunos e do espaço para a efetuação da pesquisa.

As amigos e educadores, Oswaldo Alonso Rays e Marisete Fernandes de Lima pelo carinho e incentivo;

Aos funcionários do CINTEP, que de forma direta e indireta me ajudaram e torceram por esta realização, em especial a Welmo, Sergio, Dalvanice e Michelle;

A Universidade Lusófona e ao CINTEP, pela organização do curso de Mestrado, dando todas as condições acadêmicas e incentivando os alunos a desenvolver um bom trabalho.

A Sra. Maria de Lurdes, pelo carinho e atenção que sempre se fez presente no período em estive na Lusófona.

**Dedico ao meu saudoso pai
Wilson dos Anjos Galvão (in
memoria). Homem justo e
carinhoso. O grande educador da
minha vida.**

RESUMO

Esta dissertação teve como objetivo central replicar o estudo realizado por Piaget sobre aquisição do conceito de regras em crianças, a fim de procurarmos saber se passados 78 anos da obra *“O Juízo Moral na Criança”*, os dados que o mesmo encontrou sobre a aquisição do princípio da moral se mantêm em nossa atualidade. Para atingir esse objetivo realizamos uma breve revisão bibliográfica, abrangendo alguns autores, teóricos e pesquisadores que enfatizaram estudos sobre o princípio da ética e a fundamentação da moral, entre os quais constam: Platão, Aristóteles, Nietzsche, Kant, Durkheim. Baseamo-nos igualmente em alguns autores mais recentes como Vázquez, Lourenço, Cortina e Martinez, Biaggio, dentre outros. Ao analisarmos a origem psicológica do desenvolvimento moral da criança, buscamos suporte na teoria de Kohlberg e principalmente de Jean Piaget, autor principal para esta pesquisa. A pesquisa guiou-se por uma dimensão descritiva e qualitativa, centrada na observação direta e indireta, baseada no modelo clínico introduzido por Piaget. Os resultados da pesquisa demonstraram que os dados obtidos por Piaget há 78 anos, são compatíveis com os dias de hoje, pois as crianças apresentaram dados equivalentes em média com as idades estipuladas para a aquisição da moral heterônoma e da moral autônoma. Constatamos que a aquisição do princípio da reversibilidade leva as crianças a adquirirem capacidades cognitivas para uma moral autônoma. A concepção de regras transmitidas pelas crianças, emergiram em uma concepção de respeito a uma norma pré estabelecida, e que, gradualmente se transforma em consciência da importância das mesmas para o princípio da boa convivência.

Palavras – chave: Moral, Regras, Heteronomia, Autonomia, Conservação .

ABSTRACT

This dissertation aimed to replicate the study worked out by Piaget on acquisition of concept rules in children, in order to know if, 78 years passed from "*The Moral Judgment in Child*", data about acquisition of morality principle remain current. To achieve this goal we conducted a brief bibliographic review, covering some authors, theorists and researchers who emphasized studies on ethics principle and moral fundamentation, such as: Plato, Aristotle, Nietzsche, Kant, Durkheim. We were also based on some latest authors as Vázquez, Lourenço, Cortina and Martinez, Biaggio, and others. Considering the psychological origin of moral development of children, we sought support in Kohlberg's theory and, especially, Jean Piaget, the main author for this search. The research was led by a descriptive and qualitative dimension, focused on direct and indirect observation, based on clinical model introduced by Piaget. The survey results showed that data obtained by Piaget 78 years ago are still compatible with the present day, because children have, on average, equivalent data through all ages stipulated for the acquisition of heteronomic and autonomous moral. We found that the acquisition of the reversibility principle leads children to acquire cognitive skills for an autonomous moral. The conception of rules provided by children, emerged to a conception of respect to a pre-established standard, that gradually becomes aware of its importance to the principle of coexistence.

Key Words: Moral. Rules. Heteronomy. Autonomy. Conservation.

ÍNDICE

INTRODUÇÃO.....	09
ENQUADRAMENTO TEÓRICO	12
1 ÉTICA E MORAL: uma introdução	12
1.1 Conceito de Ética	12
1.1.1 Funções da Ética	14
1.2 Conceito da Moral	17
1.2.1 Funções Morais	19
2 ORIGEM DA ÉTICA	20
2.1 Origem da Moral	23
2.1.1 Origem Filosófica	26
2.1.2 Origem Sociológica	27
2.1.3 Origem Psicológica.....	29
3 PERSPECTIVAS SOBRE O DESENVOLVIMENTO MORAL	33
4 PIAGET E A PESQUISA MORAL	39
4.1 Prática das Regras	40
4.2 Consciência das Regras	45
4.3 Pesquisa Moral no Universo das Meninas	52
5 CONSERVAÇÃO E IDENTIDADE : princípio de reversibilidade	55
6 PROBLEMÁTICA E OBJETIVOS	63
7 INVESTIGAÇÃO METODOLÓGICA	65
8 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS	69

8.1 Análise da Prática das Regras	69
8.2 Análise da Consciência da Regra	106
8.3 Análise do Princípio de Reversibilidade.....	124
 9 CONSIDERAÇÕES FINAIS	 134
 BIBLIOGRAFIA	 138

INTRODUÇÃO

Em toda a história da humanidade podemos dizer que os seres humanos são seres gregários, ou seja, vivem em comunhão com outro, em grupos, seja de familiares, de amigos, de comunidade, de trabalho, de etnias e assim sucessivamente. E para essa relação em grupo, sempre se fazem necessários limites para que haja um bom convívio. Limites estes que divergem em diferentes grupos de convivência, cultura e sociedade em que o ser está inserido.

Seguir padrões, regras, sempre foi destaque para os princípios da boa convivência. O próprio conceito de regra já nos esclarece um pouco, pois a regra é entendida como conjunto de leis formais de prescrições e proibições, que expõem os principais requisitos quanto à atitude do indivíduo em uma sociedade. Essa relação do ser com a sociedade vem evoluindo juntamente com a própria evolução humana.

Grandes mudanças ocorreram e ocorrem em nossa sociedade proporcionando a existência de novas regras de convivência entre os homens. E quando entramos no universo infantil, olhando para o passado e comparando com o presente, percebemos que o papel da criança dentro da sociedade também mudou. Consequentemente novas regras de convivência com as crianças também mudaram com o passar dos anos, interferindo no desenvolvimento das capacidades cognitivas, morais, comportamentais e educacionais das mesmas.

Segundo Lombardi e Goergen (2005) estamos vivendo um momento onde o mundo gera uma preocupação ética em várias dimensões, talvez nunca antes registrada, visto que cresce um lado do narcisismo individualista e hedonista em prejuízo para com a solidariedade.

Os autores acima citados, ainda nos lembram que no campo da ética diante dos conflitos e contradições da sociedade, se torna desafiador para quem é solicitado a aceitar costumes e tradições e assumir comportamento e valores. A consciência moral do indivíduo pode ser construída diante das interações com o seu meio social, partindo das heranças culturais no seio da sociedade, bem como de uma gama de oportunidades, que infelizmente são

riquezas diferentes, mal distribuídas, dificultando o acesso ao conhecimento igualitário. Não só por estar inserida na sociedade interagindo com adultos que a criança modifica-se constantemente, mas, por também ingressar em experiências sociais, interagindo com outras crianças, abrangendo o seu processo de desenvolvimento, objetivando a sua autonomia, com valores, crenças e hábitos, mediante a apropriação dos conhecimentos culturais compartilhados uns com os outros. As crianças desde pequenas adquirem conceitos e valores que as ajudam a compreender seus atos com finalidade de constituir uma subjetividade onde essas possam, mais tarde, tomar suas decisões morais com responsabilidade, enfrentando diversas situações e tomando para si como boas ou ruins, certas ou erradas.

A moral poderá ser construída mediante uma construção comunitária ou estrutural, mas, que proporcione à criança conforme a teoria de Piaget, situações onde ela possa vivenciar a cooperação, a reciprocidade e o respeito mútuo e assim, construir a sua autonomia. As mudanças estruturais que acompanham os estágios cognitivos, também podem proporcionar não só uma nova estrutura lógica, como também estruturas de justiça, dignidade, respeito mútuo e assim sucessivamente. A sociedade em que a criança e a família vivem possui um papel muito importante nesta construção, mas infelizmente as mudanças de convívio em sociedade e no leito familiar estão tornando essa construção um pouco falha, refletindo nas crianças em seus novos conceitos de regras, de respeito, de tolerância, de ética e de comportamento.

As mudanças de convivência em sociedade, é que nos despertaram para uma melhor análise sobre a aquisição do princípio da moral das crianças em nossa atualidade, seguindo a teoria do desenvolvimento moral de Jean Piaget, segundo sua obra: *O Juízo Moral na Criança*. Esta obra nos traz algumas inquietações quando nos referirmos ao desenvolvimento das crianças na atualidade, daí o seguinte problema:

Será que passados 78 anos da obra de Jean Piaget: *O Juízo Moral na Criança*, os dados que o mesmo encontrou sobre a aquisição do princípio da moral se mantêm em nossa atualidade?

Para uma melhor compreensão e elaboração da pesquisa, buscamos destacar em nossa problemática uma breve introdução ao conceito, origem e funções da ética e da moral. Destacamos as perspectivas sobre o

desenvolvimento moral, antes de partirmos para o estudo de Piaget e a pesquisa moral. Ampliamos nossas discussões para o estudo sobre o princípio de reversibilidade também de Jean Piaget. Apresentamos em seguida a problemática, os objetivos da pesquisa, a metodologia que usamos para a realização da pesquisa, os resultados e suas análises e por fim, as considerações finais.

ENQUADRAMENTO TEÓRICO

1 ÉTICA E MORAL: uma introdução

Os costumes, as práticas, os comportamentos, as atitudes que os homens carregam consigo, configuram o seu agir nas diferentes culturas e sociedades. A moralidade é de fundamental importância para qualificação desses comportamentos, para saber se eles seguem as regras da ética e da moral.

Os valores morais impõem-se a nós com força normativa e prescritiva, quase que ditando como e quando nossas ações devem ser conduzidas. Não segui-las nos dá a impressão de que estávamos fazendo o que não devíamos fazer, embora continuemos com o nível proporcional de liberdade para não fazer como e quando as normas parecem nos impor (SEVERINO, 2005, p.140).

O nosso estudo sobre a ética e a moral requer bastante cuidado devido as constantes mudanças verificadas em cada comunidade ou sociedade em que o homem está inserido, ou seja, na hora de estudarmos as normas e valores que são impostos por cada comunidade.

Para maiores esclarecimentos, fazem-se necessárias algumas delimitações sobre a ética e a moral, visando à explanação de seus conceitos e funções.

1.1 Conceito de Ética

Segundo Espinoza (1973) a palavra ética é de origem nobre, da antiga cultura grega, berço da nossa civilização. Origina-se de “ithos”, que significa a clareza da alma. O verbo grego “itheos” significa filtrar. Para tanto, uma pessoa possuidora de ética filtra melhor, ou seja, escolhe cuidadosamente os estímulos e valores do mundo, baseada no pensamento lógico objetivando alcançar uma integração significativa, que possibilite uma atitude racional frente às necessidades do momento.

De acordo com Lombardi (2005), dicionários de língua portuguesa enfatizam que a ética estuda os juízos de apreciação que se referem à conduta

humana. Já os dicionários de filosofia, relatam a ética como ciência da conduta, onde a ética estuda os costumes, sendo definida como a doutrina dos costumes.

Vázquez (2002) define a ética como ciência ou teoria do comportamento moral dos homens. E afirma que a ética não é a moral e não pode ser reduzida a um conjunto de normas. A ética existe como uma referência para os seres humanos em sociedade. É, portanto, uma reflexão crítica sobre a moral, através da qual a sociedade possa se tornar cada vez mais humana, sustentando e dirigindo as ações do homem para uma conduta individual e social adequada definindo o que é bom ou mal, certo ou errado, permitido ou proibido para cada sociedade e cultura.

Neste sentido a ética contribui para justificar certo comportamento moral, a partir do momento em que ela estabelece uma relação entre o comportamento moral e as necessidades e os interesses sociais. A Ética deve explicar a razão de ser da pluralidade das transformações morais sem, entretanto, formular juízo de valor referente à prática moral da sociedade.

A Ética depara com uma experiência histórico-social no terreno da moral, ou seja, com uma série de práticas morais já em vigor e, partindo delas, procura determinar a essência da moral, sua origem, as condições objetivas e subjetivas do ato moral, as fontes de avaliação moral, a natureza e a função dos juízos morais, os critérios de justificação destes juízos e o princípio que rege a mudança e a sucessão de diferentes sistemas morais (VÁZQUEZ, 2002, p.13).

O autor ainda nos esclarece que a ética se preocupa com a forma de legitimarmos as nossas relações sociais, refletindo a cerca do que se deve fazer em uma perspectiva coletiva e não individual.

Assim, quando falamos da ética, estamos falando de convivência humana e são os problemas de convivência humana que geram o problema da ética. A ética moderna traz à tona o conceito de que os seres humanos devem ser tratados sempre como fim de uma ação e nunca como meio para alcançar seus interesses. Segundo Lombardi e Georgen (2005), Kant defende que não existe bondade natural; por natureza, somos ambiciosos, egoístas, agressivos, destrutivos e cruéis.

Se os valores construídos como centrais na identidade do homem são de natureza ética, existe maior probabilidade de que os pensamentos e comportamentos da pessoa sejam éticos. Caso contrário, se sua identidade se baseia em violência, discriminação e outros, é provável que os comportamentos e os pensamentos da pessoa não sejam éticos.

A ética busca um pensamento que possua valor absoluto de verdade. Busca sempre uma vontade de fazer uma ação que possua valor absoluto de bem. O seu propósito é indicar um valor universal aceito como correto para ações do homem, a partir de seu íntimo relativamente à sociedade e aos seus semelhantes.

De acordo com Valls (2008) a ética tradicionalmente é compreendida como um estudo ou mesmo uma reflexão filosófica ou científica, em alguns casos teológicos, das ações ou costumes humanos. Podemos deixar claro que os costumes mudam e o que antes era considerado errado, atualmente pode ser aceito. A ética tem uma função descritiva, pois busca conhecer, fundamenta-se em estudos da antropologia cultural, nos costumes das diferentes épocas e lugares, não retratando apenas os costumes, mas também apresentando algumas grandes teorias, tornando-se também uma reflexão teórica, de validade universal, como por exemplo, documentos importantíssimos dos gregos antigos, lembrando que grandes teorias gregas traziam também o sinal do tipo de organização social da época.

Grandes foram e são os pensadores que buscam formular explicações sobre a ética, partindo de alguns princípios mais universais, tanto a igualdade de gênero humano, quanto as próprias variações. As grandes teorias deixam claro que a ética é a ciência do comportamento humano, que atende a pretensão de universalidade, ainda que simultaneamente capaz de explicar as variações de comportamento, características de diferentes formas históricas e culturais.

1.1.1 Funções da Ética

De acordo com Kant (1980) a ética tem a função de definir regras, que devem ser respeitadas independentemente das consequências e cada

indivíduo, portador de uma boa vontade, deve saber escolher, dentre suas regras particulares, aquela que pudesse valer para todos os demais.

Enquanto ciência, a ética não é algo que torna alguém bom nem mau, mas que explica seu comportamento segundo seus objetivos ou motivações. De acordo com Mendonça (2006) duas importantes funções da ética enquanto ciência são:

- A primeira é a assunção do agir humano, isto é, aquilo para o qual o homem deveria tender. Tais fins indicariam aos homens os meios para alcançá-los, assim como permitiria conhecer a natureza humana. O conhecimento da natureza humana permitiria identificar os meios que lhe são próprios, permitindo determinar a melhor forma de atingir o fim almejado.

- A segunda função é a caracterização do que move a ação humana. A posse de tal caracterização possibilitar à dirigir ou disciplinar a conduta humana.

Podemos verificar que a primeira função orienta-se através de um ideal que deve ser buscado e, pelo qual, a existência humana encontra a sua forma de realização. Assim, o homem se define como um ser social, cuja felicidade se encontra em sua inserção na sociedade ou no convívio com os outros.

A noção de bem pode ser entendida diferentemente, conforme diz Aristóteles (apud VÁZQUEZ, 2002), o “bem é a felicidade” e para os sensualistas, “o bem é o prazer”, a primeira é deduzida da racionalidade e a segunda apóia-se nos hábitos humanos. A partir do estabelecimento de uma ou outra perspectiva é que a ética passa a ser sinônimo de bem e a sua ausência, sinônimo de mal.

Contudo, a própria compreensão da ética pode conduzir à positividade, isto é, à explicitação do que se deve fazer.

De acordo com Mendonça (2006) a ética pode ser do tipo:

- a) **descritiva**, caracterizando-se pela exposição do que é praticado;
- b) **normativa**, preocupada com as normas e regras do agir para o bem;
- c) **meta**, dedicada às definições e à conceituação;
- d) **deontológica**, orientada pela insistência no dever;
- e) **teleológica**, que se volta para os fins do agir.

Para Chauí (1995, p. 337), a ética é normativa e tem a função de impor limites e controle. “A conduta ética ocorre quando existe o agente consciente

que reconhece a diferença entre o bem e o mal, o vício e a virtude, o proibido e o permitido. Consciência e responsabilidade são condições imprescindíveis da vida ética”.

Dentre as funções da ética, podemos dizer que ela pode contribuir para fundamentar ou justificar certa forma de comportamento moral, traço inerente da experiência humana. Não é função da ética formular juízo de valor quanto a prática moral de outras sociedades, mas explicar a razão de ser destas diferenças e o porque dos homens terem recorrido ao longo da história, a práticas morais diferentes e até opostas.

De acordo com o Brasil (1998), o tema ética está inserido em vários temas transversais, mas o trabalho com a ética tem como função o reconhecimento de que as atitudes das pessoas precisam ser pautadas por princípios de respeito, justiça, solidariedade e diálogo. A contribuição da escola e principalmente do professor é fundamental para que os alunos desenvolvam a capacidade de pautarem as suas atitudes nesses princípios.

De acordo com Chalita (2003), a ética tem sua função baseada em dez mandamentos: fazer o bem, agir com moderação, saber escolher, praticar as virtudes, viver a justiça, valer-se de razão, valer-se do coração, ser amigo, cultivar o amor e ser feliz. Assim, o agir eticamente é o grande caminho para o encontro com a felicidade e ninguém é feliz se não faz feliz o outro.

De acordo com Cortina e Martinez (2005) a Ética possui uma tripla função:

- 1) esclarecer o que é a moral e quais os seus traços específicos;
- 2) fundamentar a moralidade, ou seja, procurar averiguar quais são as razões que conferem sentido ao esforço dos seres humanos de viver moralmente;
- 3) aplicar aos diferentes âmbitos da vida social os resultados obtidos nas duas primeiras funções, de maneira que se adote nesses âmbitos sociais uma moral crítica (ou seja, racionalmente fundamentada), em vez de um código moral dogmaticamente imposto ou da ausência de referências morais.

Para tanto a ética terá sua função de acordo com suas classificações perante o tema inserido, mas sabemos que a ética, visa a ciência do comportamento humano.

Mendonça (2007a), resumidamente, relatou em sua obra que a ética procura definir o bem e o mal; procura determinar princípios de conduta correta e objetiva levar o indivíduo a cumprir com seus deveres e ordenar seus atos.

1.2 Conceito da Moral

De acordo com o mini dicionário Aurélio, moral significa um conjunto de regras de conduta ou hábitos julgados válidos, quer de modo absoluto, quer para grupo ou pessoas determinadas.

Para Aranha (2002), pode-se definir moral como o conjunto de regras de conduta adotadas pelos indivíduos de um grupo social que têm a finalidade de organizar as relações interpessoais segundo os valores do bem e do mal. No âmbito da filosofia, define-se moral “como um conjunto de princípios, crenças, regras que orientam o comportamento dos indivíduos nas diversas sociedades e a ética como a reflexão crítica sobre a moral” (BRASIL,1998).

A moral refere-se ao comportamento ou modo de ser julgado pelo homem, de modo que o caráter e o costume aparecem como forma de comportamento que não corresponde a uma tendência natural, mas que é obtido ou conquistado por hábito. A moral compreendida como norma e regra, move as relações entre os indivíduos numa comunidade social, podendo modificar-se historicamente nas diferentes sociedades.

Hoje em dia o termo moral é utilizado de várias maneiras, dependendo do contexto. Conforme esclarecem Cortina e Martinez (2005), ela pode ser utilizada como substantivo, onde a moral é um sistema de conteúdos que reflete determinada forma de vida, referindo-se a um conjunto de princípios, preceitos, comandos, proibições, normas de conduta, valores e ideias de vida boa em conjunto.

Ainda como substantivo, o termo moral pode ser usado para fazer referência ao código de conduta pessoal de alguém. Refere-se também a uma ciência que trata do bem em geral e das ações humanas conforme marcadas pela bondade ou pela malícia. Existe o uso do termo moral, que nos parece importante para compreender a vida moral, o termo é sinônimo de boa

disposição de espírito, ter forças, coragem ou confiança suficiente para enfrentar os desafios que a vida apresenta, com dignidade humana. É, sobretudo, uma atitude e um caráter que envolve a pessoa como um todo, seja o cognitivo, o emocional, as crenças, a razão e a paixão.

Já o termo moral como adjetivo, pode ter dois sentidos diferentes, que são a moral como oposto a imoral e a moral como oposto de amoral. No primeiro sentido é valorativo, pois mostra se uma determinada conduta é reprovada ou aprovada, como sinônimo de moralmente correto ou incorreto. No segundo sentido, descrevem uma situação, onde os seres são senhores dos seus atos. Expressam que uma conduta é ou não suscetível de qualificação moral, por reunir ou não alguns requisitos importantes para ser confrontada com as orientações morais, tais como, normas, valores, conselhos e outros.

Severino (2005) nos esclarece que a moral refere-se à relação das nossas ações com os valores que a fundam, tais como os ligados a um determinado grupo social, não exigindo uma justificativa desses valores.

Para Piaget (1994) a moral consiste num sistema de regras, no qual sua essência irá estudar o respeito que o indivíduo vai adquirindo por essas mesmas regras.

De acordo com Lourenço (2006) quando falamos em moralidade estamos nos referindo ao respeito por certas normas e princípios. O autor ainda descreve que a moral é de natureza prescritiva e normativa, sendo estas, suas fundamentais características. Já para Kohlberg (1984, apud, LOURENÇO, 2006) a justiça é a essência da moralidade. Ou seja, a moral para ele está ligada às considerações de igualdade, contratos sociais e reciprocidade nas relações humanas.

Podemos analisar a moralidade em três perspectivas que são a psicanalítica, cognitivo-comportamentalista e de aprendizagem social. A primeira acredita que a moral e suas condutas são mecanismos de defesa e de identificação, e que expressam seus conflitos libidinais. A segunda perspectiva, parte das interações sociais e das construções racionais do sujeito. E a última perspectiva retrata que a moralidade pode ser considerada como padrões de condutas normativas vigentes (LOURENÇO, 2006).

1.2.1 Funções Morais

A moral não está apenas ligada aos costumes de cada povo, ela se expande a ser um princípio universal. A moral tem a função de indicar como “bom” ou como “certo”, algo que possa aparecer assim (bom, certo) para o maior número possível de pessoas, ou seja, para toda e qualquer pessoa do mundo. Sendo assim, a moral indicaria como princípio, um dever necessário a todos, ou seja, universal (MENIN, 2002).

Definir as funções e até mesmo a definição da moral vai depender do método científico, ou seja, das ciências dos costumes que procuram conhecer as leis que regem o universo moral humano.

Mas, independente do método, podemos afirmar que a moral estabelece regras que são assumidas pela pessoa como uma forma de garantir o seu bem-viver. A moral vai independer das fronteiras geográficas, pois garante uma identidade entre as pessoas que nem se conhecem, mas que utilizam o mesmo referencial moral comum, exigindo apenas a função de adequar cada sociedade a uma moral para torná-la uma forma particular de orientação para um melhor caminho da humanidade.

Podemos dizer que a moral tem a função de reger o comportamento humano por regras e valores morais que se encontram gravados em nossas consciências mesmo em diferentes sociedades para uma vida boa em conjunto.

A seguir, faz-se necessária uma breve explanação da origem da ética e da moral, para uma melhor compreensão.

2 ORIGEM DA ÉTICA

A história da Ética se entrelaça com história da filosofia e é nesta que ela busca fundamentos para regular o desenvolvimento histórico-cultural da humanidade.

As doutrinas éticas fundamentais nascem e se desenvolvem em diferentes épocas e sociedades como respostas aos problemas básicos apresentados pelas relações entre os homens e em particular pelo seu comportamento moral efetivo.

Segundo Chauí (1995), a partir dos textos de Platão (427-347 a.C.) e Aristóteles (384-322 a.C.), no Ocidente, a ética inicia-se com Sócrates (470-399 a.C.). Para Sócrates, a ética não se baseava nos costumes do povo e dos ancestrais, mas sim na convicção pessoal, adquirida através de um processo de reflexão, na tentativa de compreender a justiça das leis (VALLS, 2008).

Sócrates considerou o problema ético individual como o problema filosófico central e a ética como sendo a disciplina em torno da qual deveriam girar todas as reflexões filosóficas. Para ele ninguém pratica voluntariamente o mal.

Aricó (2001) nos mostra que Aristóteles subordina sua ética à política. O mesmo acreditava que na monarquia e na aristocracia se encontraria a alta virtude, visto que esta é um privilégio de poucos indivíduos. Sua ética era adaptativa, servindo às necessidades políticas de sua época, no qual o homem devia ser conformado com sua realidade e se fazia necessária à interferência da família e da educação para conter suas paixões. Aristóteles diz que - na prática ética - somos o que fazemos, para uma finalidade boa ou virtuosa.

Severino (2005) nos mostra que os filósofos metafísicos, tanto os gregos como os medievais entendiam que na essência dos seres humanos, já estaria inscrita, de maneira estável e permanente, a referência básica dos valores que deveriam nortear suas ações, já que o homem como qualquer outro ser tende para a realização de sua própria perfeição. Esta é a linha das éticas de cunho essencialista, ou seja, éticas que vinculam valores a nossa consciência e são sensíveis à própria estrutura ontológica do ser.

Podemos resumir a ética essencialista em três aspectos: 1) o agir em conformidade com a razão; 2) o agir em conformidade com a natureza e com o

caráter natural de cada indivíduo; 3) a união permanente entre ética (a conduta do indivíduo) e política (valores da sociedade). Sendo assim, a ética era tida como uma maneira de educar o sujeito moral, com a intenção de proporcionar harmonia entre os mesmos e os valores coletivos.

Platão ao examinar a ideia do Bem, à luz da sua teoria das ideias, subordinou sua ética à metafísica. Sua metafísica era a do dualismo entre o mundo sensível e o mundo das ideias permanentes, eternas, perfeitas e imutáveis, que constituíam a verdadeira realidade e tendo como cume a ideia do Bem, divindade, artífice ou demiurgo do mundo.

A ética de Platão está relacionada intimamente com a sua filosofia política, porque para ele, a polis (cidade estado) é o terreno próprio para a vida moral. Assim, ele buscou um estado ideal, um estado-modelo, utópico, que era constituído exatamente como o ser humano. Assim, como o corpo possui cabeça, peito e baixo-ventre, também o estado deveria possuir, respectivamente, governantes, sentinelas e trabalhadores. O bom estado é sempre dirigido pela razão. A ética platônica exerceu grande influência no pensamento religioso e moral do ocidente (CHAUÍ, 1995).

No Cristianismo, através de S. Tomás de Aquino e Santo Agostinho, Deus é o único mediador entre os indivíduos, e a fé e a caridade são as principais virtudes. No cristianismo a ética se afirma no livre arbítrio, só que o primeiro impulso da liberdade se dirige ao pecado. O homem passa a se dividir entre o bem e o mal e o melhor caminho para a melhor conduta é a lei divina. A ética passa a estabelecer três tipos de conduta: a moral ou ética baseada no dever; a imoral ou antiética e a indiferente à moral. A ética cristã é uma ética subordinada à religião num contexto em que a filosofia é "serva" da teologia. Temos então uma ética limitada por parâmetros religiosos e dogmáticos. É uma ética que tende a regular o comportamento dos homens com vistas a um outro mundo (o reino de Deus), colocando o seu fim ou valor supremo fora do homem, na divindade (ARICÓ, 2001).

De acordo com Chauí (1995) Nicolau Maquiavel (1469-1527) provoca uma revolução na ética ao romper com a moral cristã, que impõe os valores espirituais como superiores aos políticos, quando defendeu a adoção de uma moral própria em relação ao Estado.

Diante de várias transformações que o mundo sofreu a partir do século XVII, com as revoluções religiosas, científicas, filosóficas, com a criação da ciência moderna com Galileu e Newton, se desenvolve a ética naturalista. “Neste momento os valores e fins da ação humana que se encontram expressos nas próprias leis naturais que regulam a vida, ou seja, é bom tudo aquilo que reforçar a natureza” (SEVERINO, 2005, P.144).

Na reflexão filosófica contemporânea, tende-se a ver as coisas de modo diferente, de acordo com o autor acima citado. Existe uma busca em equacionar a questão ética pelo enfoque praxista, decorrente de um modo igualmente novo de pensar o homem.

O que diferencia a ética práxis de uma ética essencialista e naturalista, é uma questão das reflexões contidas no agir humano.

Considera-se que uma grande contribuição para a ética e para a moral tenha sido dada pelo filósofo alemão Immanuel Kant (1724-1804). A preocupação maior da ética de Kant era estabelecer a regra da conduta na substância racional do homem.

De acordo com Schopenhauer (1995), Kant formulou sua teoria ética expelindo regras, normas do dever e obrigações teológicas, intitulando-as como postulado da Razão Prática. Fundamentou em sua teoria, que o homem é capaz de direcionar seu próprio comportamento pela razão, de forma que essa fundamentação se torne uma lei geral da natureza humana.

Nietzsche, na contemporaneidade, atribui a origem dos valores éticos, não à razão, mas à emoção. Sendo assim, para ele, o homem forte é aquele que não reprime seus impulsos e desejos, que não se submete à moral demagoga e repressora. Ele critica a moral tradicional, pelo fato de sujeitar os instintos e as paixões à razão. Sua ética obedece ao impulso vital, pelo fato de sermos seres vivos e a vida ser composta por vontade de poder. Em quase todas as suas obras, reflete-se uma concepção contrária das variadas concepções éticas que o antecederam. Nietzsche destituiu da ética o peso da verdade universal, oferecendo possibilidades de um novo homem capaz de inventar a si mesmo, sem se debater a um exército de critérios do que seria certo ou errado, tornando o homem livre para fazer escolhas que sejam possíveis ou não (VIEIRA, 2008).

Severino (2005) nos coloca que no que se refere à ética contemporânea, o sujeito humano se encontra sob as injunções de sua realidade natural e histórico-social, que até certo ponto o conduzem, determinando seu comportamento. O sujeito existe num contexto histórico-social e cultural, determinado pelas condições objetivas de sua existência.

Podemos dizer que desde a época em que Galileu afirmou que a Terra não é o centro do universo, desafiando os postulados ético-religiosos da cristandade medieval, são comuns os conflitos éticos gerados pelo progresso da ciência, especialmente nas sociedades industrializadas do século XX. A medicina, a sociologia, a engenharia genética e outras ciências se deparam a cada passo com problemas éticos. Em outro campo da atividade humana, a prática política antiética tem sido responsável por comoções e crises sem precedentes em vários países.

2.1 Origem da Moral

De acordo com Vázquez (2002) dentro da história da moral podemos falar da moral da Antiguidade (moral coletivista e moral aristocrática), da moral feudal própria da idade Média, da moral burguesa na sociedade moderna dentre outros. A moral é um fato histórico principalmente porque é um modo de comportar-se do ser, e o próprio homem é histórico. Assim, se o comportamento moral está inserido no homem desde sua existência, desde as sociedades mais primitivas, ela irá mudar e se desenvolver de acordo com cada sociedade em que o ser estaria inserido.

O autor acima citado nos esclarece que a moral só pode surgir quando o homem compreende sua natureza interior e quando já está inserido em uma coletividade. E por estar inserido na coletividade, irá existir a necessidade de ajustar o comportamento de cada membro da sociedade de acordo com os interesses dessa coletividade. Assim a moral coletivista característica das sociedades primitivas que não conhece a sociedade privada nem a divisão em classes, é uma moral única e válida para todos os membros da comunidade, trata-se de uma moral limitada pela própria coletividade, através de seus

princípios e normas. A pessoa era compreendida com parte da coletividade, pois não havia uma noção própria de indivíduo.

Na moral primitiva não existiam qualidades morais pessoais, pois a moral do indivíduo, tudo aquilo que ele tinha de bom em seu comportamento, ou seja, respeito, solidariedade e outros eram qualidades de qualquer membro da tribo, ou seja, os indivíduos não tinham interesses nem qualidades individuais exclusivas, nem podiam entrar em choque com os coletivos e muito menos podiam ficar fora de seus costumes e tradições.

A coletividade se apresenta como limite da moral, trata-se de uma moral pouco desenvolvida, no qual os princípios e normas são aceites pela força de costumes e tradições.

A moral aristocrata aparece a partir do aumento da produtividade e o aparecimento de novas formas de trabalho (a escravidão). Na sociedade antiga houve uma divisão em duas classes antagônicas, refletindo também em uma divisão da moral, deixando de ser um conjunto de normas aceitas por toda a sociedade. As morais existentes eram as dos homens livres (dominantes), considerada como verdadeira e a outra a dos escravos (VÁZQUEZ, 2002).

A moral dos homens livres tinha seu fundamento e sua justificativa teórica nas doutrinas éticas dos filósofos da antiguidade, como Sócrates, Platão e Aristóteles. Já a moral dos escravos não conseguiu alcançar um nível teórico, visto que os escravos eram sujeitos de um tratamento feroz e desapiadado, que nenhum dos grandes filósofos da época julgava como imoral. Assim, os escravos não podiam vencer com seus próprios esforços os limites daquela moral dominante que era a dos homens livres.

Nas condições espantosas em que viviam, era impossível que os escravos pudessem elaborar uma moral própria como conjunto de princípios e de regras de ação e ainda menos que surgissem do seu meio os teóricos para fundamentá-la e justificá-la. Prática e teoricamente, a moral que dominava era a dos homens livres (VÁZQUEZ, 2002, P.27).

Os homens livres negavam que os escravos pudessem levar uma vida político-moral. A partir do desaparecimento do mundo antigo, que assentava sobre a instituição da escravidão, surge a sociedade feudal (Idade Média), onde

seu regime econômico e social se caracteriza por divisões de classes sociais que são as dos senhores feudais (donos absolutos da terra e detinham propriedade relativa sobre os servos, que eram vendidos juntamente com as terras) e a dos camponeses servos (que eram obrigados a trabalhar para o seu senhor em troca de dispor de parte dos frutos do seu trabalho).

Neste período a igreja tinha um papel predominante na vida tanto espiritual como moral da sociedade e esta estava impregnada de conteúdo religioso e era aceito por todos os membros da comunidade, fossem senhores feudais, servos, artesões ou outros. Mesmo com a influência da igreja, verificou-se uma pluralidade de códigos morais de acordo com as divisões sociais, havendo os códigos morais (moral cavaleiresca aristocrata), códigos de ordem religiosa (moral monástica), códigos universitários, de corporações e outros. Os servos não tinham seus princípios codificados e a moral cavaleiresca partia do princípio de que sua nobreza vinha de sangue e que já possuía uma dimensão moral e que os servos, por sua origem, não podiam levar uma vida moral (VÁZQUEZ, 2002).

Mas a religião neste período, oferecia aos servos uma possibilidade de vida moral, uma liberdade espiritual que o mundo os negava.

Com a decadência do feudalismo surge uma nova classe social que é a burguesia, dando surgimento a novas relações sociais correspondendo a uma nova moral. O trabalho passa a ser livre e assalariado, é o fim da escravidão e surgimento da mão-de-obra. É um período onde ocorre o desenvolvimento do capitalismo, exigindo o aumento da produção e competições entre os homens em busca de lucros. A economia é regida pela lei do máximo lucro e essa lei gera uma moral própria, florescendo entre os homens o culto ao dinheiro, espírito de posse, o egoísmo, a hipocrisia dentre outros, travando uma guerra de todos contra todos.

Na atualidade a vivência moral é uma experiência comum a todos nós. Severino (2005) relata que hoje graças às várias contribuições de diversas ciências do campo antropológico, que muito dos padrões que marcam o nosso agir derivam dos próprios homens vivendo em sociedade e que acabam impondo uns aos outros determinadas normas de comportamentos e ações.

Não podemos deixar de mencionar a origem da moral mediante a três linhas de estudos, que são a Filosófica, a Sociológica e a Psicológica.

2.1.1 Origem Filosófica

Partindo da filosofia podemos seguir os estudos de Kant do século XVIII, já mencionados na origem da ética. Para ele a moral só existe quando o homem atua segundo o dever.

Kant (1980) parte de sua filosofia, na qual o homem se define como ser ativo e criador. A consciência de que o homem deve ser tratado como fim não como meio, traz consigo um grande lado humanístico à moral kantiana, apesar de sua fidelidade ao antropocentrismo ético. Coloca o homem, construtor de si mesmo e dominador da natureza, no centro do universo, assumindo uma liberdade humana com responsabilidade moral, ou seja, somente o ser humano pode agir moralmente e tomar decisões. De acordo com o filósofo, as leis morais poderiam ser universais, como as dos conhecimentos científicos e as mesmas nascem da própria razão, ou seja, não são impostas do exterior, mas de sua própria constituição como um ser inteligível. No momento em que ele privilegia a razão humana, expressa sua desconfiança com relação à natureza humana. Segundo Lebrun (2002) ele buscou estabelecer os fundamentos de sua moral através da metafísica. A moral tem o seu mérito estabelecido pelo esforço de render a nossa natureza às exigências do dever, libertando o homem das determinações a que se submete, trocando pelas necessidades sociais, como também o dever obriga o homem a aceitar a limitação de seus desejos, respeitando as leis morais da razão.

Para Kant, a liberdade é de fundamental importância para um ser moral, pois sem a liberdade o homem não seria capaz de se tornar um ser moral, responsável pelos seus atos. “Tu deves, tu podes”, assim dizia Kant, mostrando que o ser tem a liberdade de escolher entre o bem e o mal, entre o sim e o não (LEBRUN, 2002).

Sua obra *A Fundamentação da Metafísica dos Costumes* foi considerada uma das mais importantes obras sobre a moral, atualmente atinge grande destaque entre os filósofos e estudiosos. Kant, esclarece que a filosofia moral estaria regrada pela lei da liberdade (onde mencionamos anteriormente) voltada à teoria dos costumes, no qual tudo deve acontecer, considerando as condições que impedem o que deveria acontecer, o que ele chamou de *Metafísica dos Costumes*.

A filosofia moral de Kant foi desenvolvida em três de suas grandes obras, que são a *Fundamentação da Metafísica dos Costumes*, *Crítica da Razão Prática* e a *Metafísica dos Costumes*. O filósofo considerou que nossas obrigações morais eram resultantes do imperativo categórico, ou seja, uma obrigatoriedade independentemente das nossas vontades. E esse imperativo seria formulado mediante três formulas de leis que são: lei universal, lei da humanidade e da lei da autonomia. A primeira refere-se no agir em concordância com o que tu possas querer que se torne lei universal derivado de sua máxima; a segunda é o agir com humanidade, consigo ou com o outro, nunca como meio e sim como fim e a última lei, relata que deveremos agir como pensamos sobre nós próprios como leis universais, seguindo nossas próprias leis (SCHOPENHAUDER, 1995).

Kant pensava que quando agimos moralmente somos guiados pela razão e não pela inclinação, rejeitando a ideia de que a razão seja puramente universal. O homem se torna livre para suas escolhas e projetos particulares, desde que não seja violado qualquer imperativo categórico ⁽¹⁾.

2.1.2 Origem Sociológica

Entrando nos estudos da sociologia, buscamos estudar a moral proposta pelo sociólogo Émile Durkheim do final do século XIX e início do século XX. O sociólogo, buscou a essência da moralidade e o papel que esta ocupa nas sociedades. Segundo Melo (2009) a preocupação de Durkheim com a moral, partiu por seus interesses acerca da sociedade, tendo sido destacada em suas obras desde *Divisão do Trabalho Social* (1893) até *As Formas Elementares da Vida Religiosa* (1915).

Melo (2009) acrescenta que Durkheim, trata de fatos da vida moral, mediante o método das ciências positivas⁽²⁾ já que para ele a moral era um sistema de fatos realizados, vinculados ao sistema total do mundo.

⁽¹⁾Vem a ser o dever de agir na conformidade dos princípios que se quer que sejam aplicados por todos os seres humanos.

⁽²⁾Ciência Positiva é o estudo dos seres enquanto oferecem relações exteriores. Nesta condição, os seres se fazem conhecer, comparados uns com os outros, em relações de dimensão, de tempo, de causa e efeito, etc. Mais precisamente, pelas relações de tempo, lugar, posição, ação, paixão, posse. (Enciclopédia Simpozio. Cap. 2 Divisão e Classificação das Ciências. 1997).

Ele mencionava que as regras morais possuíam uma autoridade especial, elegendo a obrigação como uma das primeiras características das regras morais.

Não podemos, com efeito, realizar um ato que nada nos signifique, simplesmente porque seja ordenado. Buscar uma finalidade que nos deixe frio, que não nos pareça boa, que não afete nossa sensibilidade, é coisa psicologicamente impossível. É preciso, portanto, que a par de seu caráter obrigatório a finalidade moral seja desejada (...) (DURKHEIM, 1970,P.52 apud MELO, 2009, p.9).

Para Durkheim, os indivíduos se constroem mediante o seu agir moral. Suas pesquisas sobre a moral partem do princípio de que o homem se realiza em sua sociedade e que a moral deve estar inserida neste contexto social, mas, no social a que ele pertence na sua atualidade, caso contrário, seria negar a sociedade e o próprio indivíduo. A consciência moral está presente na sociedade como um todo, já que a moral não parte de um indivíduo único, solitário. Durkheim negava a moral universal, pois cada sociedade carrega consigo as suas exigências funcionais (PIZZORNO, 2005).

Se existe moral, um sistema de obrigações, é preciso que a sociedade seja uma pessoa qualitativa distinta das pessoas individuais que a compõe e da síntese da qual ela resulta (...). A moral começa, portanto onde começa a vida em grupo, pois é aí apenas que o devotamento e o desinteresse adquirem sentido. Digo vida em grupo de maneira geral. Sem dúvida, há grupos diferentes, família, corporação, cidade (...). Ora, ele começa desde que haja vinculação a um grupo, por mais restrito que seja (DURKHEIM, 1970, P. 58 e 59 apud MELO, 2009,P. 12).

O indivíduo não tem a obrigação de se submeter a opiniões morais, podendo lutar contra, caso não sejam aplicadas em sua sociedade.

Assim acreditava o sociólogo. O mesmo considerou a realidade moral em dois aspectos, que são a moral objetiva, que se refere a uma moral comum a todos, onde o indivíduo que não respeitar essa moral poderá sofrer as consequências ao julgamento nos tribunais; e o outro aspecto é a moral subjetiva, que exprime uma realidade moral de acordo com a consciência de

cada indivíduo, que recebe influência da hereditariedade, educação e do seu meio. Assim, o que seria imoral para um, para outro indivíduo seria moral. O sociólogo enfatizava em suas obras, que quando um indivíduo não cumpre ou mesmo viola alguma regra moral, acarreta duas espécies de consequências. Uma consequência seria resultado da própria violação e a segunda seria uma consequência preestabelecida por uma determinada sociedade. Ele, também chegou a associar à moral a noção do sagrado, ou seja, a religião, visto que durante séculos a religião e a moral andavam ligadas (PIZZORNO, 2005).

Seus estudos também estavam ligados à educação, onde associava a concepção de disciplina aos atos morais, porque considerava a disciplina um aspecto essencial da conduta moral, a qual se modifica com a evolução dos aspectos sociais. O sociólogo chegou a sugerir mudanças nos métodos educacionais, mediante as variações dos contextos sociais. Para ele, o mundo vivia um caos devido à falta de moral na sociedade, e a moral devia estar ligada ao nosso consciente coletivo, e só através deste, é que podemos encarar a moral como social e moldar a nossa atuação social e particular.

Contudo, podemos compreender, partindo dos estudos de Durkheim, que a moral tem a sua origem nas motivações sociais, predeterminando seus atos e condutas, qualificando a moral como um sistema de forças morais. E que só podemos compreender os fenômenos morais através da descoberta indutiva, estudando os vários tipos de conduta moral de cada sociedade.

2.1.3 Origem Psicológica

Nos estudos da Psicologia, buscamos respaldos nas pesquisas de Jean Piaget. Ele é um biólogo que buscou na psicologia contributos que proporcionassem luz aos seus estudos sobre a origem do conhecimento, sobre o problema da relação entre sujeito agente ou pensante e os objetos de seu conhecimento. Partiu para o estudo da mente humana, através da psicologia, na qual sentiu que a mesma lhe fornecia um elo que havia perdido entre o problema filosófico da epistemologia e seu substrato biológico (PULASKI, 1986).

A psicologia nos seus primórdios, não visava o estudo da moral, mas com os avanços das pesquisas, com a necessidade social de regular as

relações dos indivíduos para uma determinada ação e direção, observou-se que a atividade moral era vivida internamente e/ou intimamente pelo sujeito em um processo subjetivo cuja elucidação contribuiria bastante para a psicologia (VÁZQUEZ, 2002).

Piaget, grande pesquisador sobre o desenvolvimento cognitivo do século XX, psicólogo merecedor e ganhador de vários prêmios mediante suas pesquisas, buscou estudar o desenvolvimento moral da criança, mas não apenas para estudar a moralidade infantil, mas sim, com o propósito de pensar na moralidade humana. O mesmo foi considerado pioneiro na área, entrando corajosamente em um campo de pesquisa psicológica pouco abordada em sua época. Muitos críticos de Piaget reconheceram a importância e seu pioneirismo no estudo da moralidade infantil, e seu marco na reflexão humana em torno da moralidade, partindo de sua obra "*O Juízo Moral na Criança*" (1932), obra, que contribuiu bastante para mostrar que o estudo sobre o pensamento infantil, proporciona novos caminhos, sobre o pensamento humano nas demais faixas etárias.

De acordo com Piaget (1994) toda a moral é formada por um sistema de regras, sendo essa a essência da moralidade. Incidiu o estudo sobre a forma como o indivíduo adquiriu o respeito por essas regras. Assim, ele relatava que a moralidade era edificada pela criança partindo da sua própria experiência social, como também dependente de seu processo de aprendizagem junto aos seus pais ou demais adultos de seu convívio. Portanto, também interessava a Piaget, o tipo de relação social estabelecida pelo indivíduo em estudo, pois o respeito é caracterizado por ele como um sentimento que se desenvolve na criança devido à sua interação com o meio.

Piaget buscava em sua obra compreender qual o comportamento das crianças, quando se confrontavam com um sistema de regras. E encontrou no jogo de regras uma ferramenta propícia para o estudo desta questão. Pois o mesmo considera que assim como as regras morais, as regras do jogo são transmitidas de geração em geração, sendo mantidas unicamente devido ao respeito que os indivíduos têm por elas. Sentiu dificuldades em analisar e distinguir o que derivava do conteúdo de regras e o que derivava do respeito das crianças pelos pais. Buscou estudar e identificar uma explicação para o desenvolvimento moral partindo de mudanças e ocorrências básicas no

raciocínio moral da criança. Piaget se utilizou de um jogo muito jogado naquela época pelas crianças em Genebra, para estudar a moralidade, que era o “*le jeu des billes*”, o nosso tão conhecido jogo de bolinhas de gude. Com este jogo, Piaget analisou o cumprimento (prática) das regras, bem como analisou a consciência ou sentido de obrigação imposto pelas regras (LOURENÇO, 2006).

Piaget (1994) estudou e caracterizou os dois fenômenos acima citados. O primeiro fenômeno, a prática das regras, se refere à forma pela qual as crianças em diferentes idades aplicam as regras efetivamente. Já o segundo fenômeno, a consciência da regra é a forma como as crianças de diversas idades expõem o caráter obrigatório e ou decisório.

Na prática das regras, Piaget, distinguiu quatro fases sucessivas, tendo caracterizado a primeira, como puramente motora e individual. A segunda o autor chamou de egocêntrica, a terceira foi chamada de estágio da cooperação nascente e por fim a quarta fase da prática das regras é a da codificação das regras. Todas estas fases serão aqui expostas e comentadas posteriormente.

Ao se referir à consciência da regra, Piaget falou de três fases. A primeira é da regra motora (0- 6 anos), período em que não sentiam qualquer tipo de obrigação (anomia). A segunda é a da regra coerciva (6-9 anos), considerando as regras sagradas e imutáveis (heteronomia) a terceira e última fase é a da regra racional (a partir dos 9-10 anos), a regra passa a ser compreendida na sua essência e dava lugar ao respeito mútuo (autonomia) (LOURENÇO, 2006). Assim como Piaget explicou qual o percurso que o nosso organismo segue para construir as estruturas mentais através da interação com o meio físico e social, nesta obra, ele procurou explicar o caminho que conduz o indivíduo da anomia à autonomia moral. Todas essas fases também estarão expostas posteriormente.

Em sua obra “*O Juízo Moral na Criança*”, Piaget ao estudar a moralidade da criança, abrangeu um leque de informações e denominações para uma melhor compreensão do desenvolvimento moral. Estudou o respeito, para enfatizar as regras. Destacando dois tipos de respeito, o unilateral e o mútuo e cooperação. Enfatizou a coação adulta e o realismo moral, sendo este último caracterizado por Piaget (1994, p. 93), como:

A tendência da criança em considerar os deveres e os valores a eles relacionados como subsistentes em si, independente da consciência e se impondo obrigatoriamente, quaisquer que sejam as circunstâncias às quais o indivíduo está preso.

Piaget destacou também a mentira, e o efeito da coação adulta sobre a mesma. Caracterizou a cooperação e o desenvolvimento de justiça na criança, objetivando estudar os efeitos da cooperação entre iguais. Explanou as teses de Durkheim e de Fauconnet sobre a responsabilidade, dentre outros.

O autor considerou que aquele que não compreende o princípio de não contradição, não seria capaz de obter um comportamento ético. Esse princípio é construído mediante as trocas que um indivíduo mantém com o meio e do ponto de vista psicogenético, surge ao mesmo tempo, no pensamento e na ação, primeiramente tornando-se lógico e depois moral (FREITAS, 2002).

Para a Psicologia, as pesquisas de Piaget sobre a Moral oportunizaram novos olhares sobre o desenvolvimento moral do ser, como seus estudos sobre o desenvolvimento cognitivo. Podemos destacar que para Piaget, os valores morais são construídos mediante a interação do sujeito com seus diversos ambientes sociais. Considera a moral como um fato social, acreditando nas relações que dividem as categorias: coação e cooperação. Sendo esta última categoria fundamental ao desenvolvimento moral, pois dela surge o respeito mútuo e a autonomia. O resultado das pesquisas de Piaget sobre as regras do jogo levaram-no a sustentar a tese Kantiana sobre a existência de duas morais, que são a moral da heteronomia e a moral da autonomia.

3 PERSPECTIVAS SOBRE O DESENVOLVIMENTO MORAL

De acordo com Lourenço, (2006), o desenvolvimento moral vem sendo tratado por três mais conhecidas perspectivas teóricas diferentes, diferindo entre si pela maneira em que geram a própria ideia de moralidade, dos processos psicológicos que formulam mediante o funcionamento moral, das regras que elegem como marcas de moralidade e desenvolvimento moral e como também das condições que levam à sua elaboração.

A primeira perspectiva a ser destacada é a abordagem psicanalítica, que destaca o fator emocional da moralidade. Ou seja, para esta abordagem, os sentimentos e emoções tomam um lugar estratégico na origem, avaliação e gênese do funcionamento moral. Para esta perspectiva a criança na medida em que se desenvolve e cresce, torna-se moral através da afetividade identificada geralmente pelos pais, ou responsáveis, ou seja, adultos mais próximos, com as quais as crianças se identificam mediante o afeto transmitido. Assim, os valores e condutas transmitidos por este(s) cuidador(es), serão adotados pela criança e ao longo do seu desenvolvimento, vão regulando esses valores e condutas por intermédio do princípio da realidade. Assim nos esclarece Lourenço (2006, p. 35):

[...] Ao fazê-lo, aprende a regular a sua conduta pelo princípio da realidade, uma espécie de superego ou consciência social sempre em conflito com o princípio do prazer ou as tendências impulsivas do que Freud (1968) chamava de Id. Interiorizando os valores e os padrões parentais, a criança sente determinadas emoções, como culpa e medo, por exemplo, quando se afasta dele e comete determinadas transgressões.

Para esta perspectiva um indicador do desenvolvimento moral, é enfatizado no momento em que o transgressor, admite, ou seja, sente-se culpado por tal comportamento. Assim, a conduta moral por expressar-se mediante as suas emoções, adquire vantagem de não deixar sair de vista os semblantes motivadores do desenvolvimento moral.

De acordo com Martins e Branco (2001), Freud em sua obra “*Três Ensaios sobre a Sexualidade*”, enfatiza que na construção da consciência moral se estabelecem como elementos centrais a renúncia do indivíduo à efetuação dos desejos infantis e à internalização das limitações sociais através do superego. Os mesmos autores relatam que “a teoria psicanalítica aborda a moralidade em termos de aspectos ou traços de caráter que se expressam como consciência moral do indivíduo” (p.2). Assim a consciência moral irá refletir o que Freud chama de jogo da permissão ou negação, constituído da própria subjetividade.

A segunda perspectiva que gostaríamos de enfatizar é da aprendizagem social, teoria que acentua a ação comportamental e coloca como secundárias as emoções e as cognições morais para o funcionamento moral, caracterizando os comportamentos aceites como corretos por uma sociedade, como um item super importante ao desenvolvimento moral (LOURENÇO, 2006). O autor ainda acrescenta que a criança só se tornará moral no momento em que estabelece contato com os outros, através da aprendizagem, adequando os comportamentos como aceites pela sociedade, e reprovando e punindo os que não são aceites, e esse processo de aprendizagem só será adquirido com o crescimento e desenvolvimento da criança. Para a psicologia behaviorista, esta aprendizagem é nomeada condicionamento clássico (Watson, 1913) ou de condicionamento operante (Skinner, 1969), ou seja, a aprendizagem ocorre por meio da observação, reforço e imitação das pessoas que são modelos para o indivíduo, desenvolvendo padrões típicos de moralidade.

Nesses estudos, a ênfase recai sobre o caráter adaptativo que a vida em comunidade impõe ao indivíduo no processo de sua progressiva inserção em diversos grupos e instituições sociais. A criança faz uso, neste processo, de recursos diferenciados que são por ela utilizados ao longo de seu desenvolvimento. A imitação de comportamento social dos pais se afigura inicialmente para a criança como um recurso de organização de padrões interativos que lhe permitem uma melhor adaptação ao ambiente (BRANDURA, 1997 apud MARTINS e BRANCO, 2001, P.2).

Portanto, o indivíduo irá manter uma estabilidade e uma integração em nível comportamental, orientados através do processo de autorregulação que comandam certos padrões de condutas que sejam socialmente desejáveis.

Para esta perspectiva os estudos da psicologia moral deveriam limitar-se a ser descritivos, renunciando-se a estabelecer hierarquias morais.

A terceira perspectiva é a Estrutural Construtivista (cognitivo-desenvolvimentista), abordagem que destaca os aspectos cognitivos presente no desenvolvimento moral. Lourenço (2006, p. 36) enfatiza que segundo esta perspectiva:

A criança torna-se moral quando cresce porque, através das suas relações com os adultos e, mais ainda, com os seus pares, ela forma e constrói noções de bem e mal, de justo e injusto e de direitos e deveres cada vez mais morais, quer dizer, noções mais avançadas em termos de distinção, coordenação e hierarquização de pontos de vista diferentes, pontos que se chocam, em geral, quando se trata de um problema moral.

Ao desenvolver o pensamento moral, o indivíduo agirá por ação moral objetiva, ou seja, comportando-se moralmente, mediante a ação moral subjetiva, conforme Kohlberg e Candee, (1984 apud LOURENÇO, 2006). A criança através de sua convivência em sociedade justa desenvolverá um raciocínio moral, pois são tratadas com respeito, considerando o outro assim como a si mesmo. O desenvolvimento moral para esta perspectiva “é visto como a construção de princípios que podem ir muito além das normas morais e sociais vigentes” (LOURENÇO, 2006, p. 37). O desenvolvimento moral é percebido como caráter de uma das características da organização estrutural da cognição, sugerindo a existência de normas que podem aplicar-se universalmente aos aspectos cognitivos e sociais.

Esta perspectiva segundo Lourenço (2006) considera o desenvolvimento moral do indivíduo como um processo fundamentalmente racional, um assunto da razão. Não podendo ser uma expressão de simples conflitos irracionais, ou sob pressão social.

Grandes são os números de investigações presentes nesta perspectiva, investigação iniciada por Piaget e posteriormente aprofundada por Kohlberg.

Os dois pesquisadores se apoiaram nos pressupostos de Kant, filósofo que compreendeu os imperativos categóricos como influência na razão humana. Ambos conceberam uma definição ao desenvolvimento moral, na qual identificaram estágios progressivos. Para ambos, de acordo com Martins e Branco (2001, p.2), “os estágios superiores seriam caracterizados por uma maior autonomia do sujeito, pela adoção de princípios mais gerais e abstratos, com referência valorativa e por um meio de justiça mais equilibrada” baseado através das relações mútuas entre os sujeitos presentes na situação.

Do ponto de vista cognitivista, Piaget “discorda da posição de Durkheim de que a moralidade é apenas aprendida através da imposição por uma autoridade” (BIAGGIO, 1976, p. 180). Piaget destacou a importância dos pares no processo de socialização, colocando que a obediência da criança face ao adulto propicia o desenvolvimento da moral heterônoma, favorecendo apenas o respeito unilateral. E que mediante a cooperação a criança e seus pares, a mesma atingirá uma moral autônoma, favorecendo o respeito mútuo, sentimentos recíprocos, movido pelo desejo de ser aceito pelo outro. Para Piaget, o desenvolvimento moral seria um processo de construção que ocorreria no interior do indivíduo, colocando-se contra o postulado empirista que protegia o desenvolvimento moral como consequência da introjeção de valores e regras sociais externas do mesmo (SOUSA, 2006). Piaget não considerava o constrangimento e nem a punição de atos considerados não morais para uma sociedade como fatores de auxílio ao desenvolvimento moral, pois atrapalha o desenvolvimento da autonomia. No momento em que a criança regula seus comportamentos, sem repressão, ela obtém mais confiança em si mesma dentre vários outros benefícios, o contrário ocorre quando a criança obtém apenas benefícios imediatos para afastar-se da punição. Assim, Piaget, rejeitava que os valores morais fossem introjetados diretamente pelos adultos nas crianças.

O mesmo acreditava que as interações sociais oferecem um papel de extrema importância ao desenvolvimento da consciência moral autônoma, no momento em que todas as partes envolvidas nesta relação, sejam tratadas com igualdade, dignidade e que saibam respeitar as opiniões e os valores dos outros.

Outro aspecto do desenvolvimento moral que Piaget investigou, foi a circunstância na qual o realismo moral se desenvolve e é mantido. De acordo com Biaggio (1976), o realismo moral se refere ao dever e seu valor correspondente independentemente da situação em que o sujeito se encontra. Piaget justificou o predomínio do realismo moral em crianças pequenas, pelo fato de seu pensamento ser egocêntrico, distorcendo fatos e objetos mediante as suas fantasias (posteriormente, discutiremos melhor o egocentrismo).

Lawrence Kohlberg, psicólogo norte-americano que colheu os frutos das pesquisas de Piaget sobre o desenvolvimento moral, seguindo a mesma perspectiva cognitivo desenvolvimentista, investigou o raciocínio moral dos adolescentes e adultos com base em dilemas. Mediante estes dilemas desenvolveu sua teoria de desenvolvimento moral através de três níveis e seis estágios de desenvolvimento do julgamento moral, já que para cada nível ele estabeleceu dois estágios. Para a elaboração dos estágios e o diagnóstico do desenvolvimento moral, Kohlberg considerou três pontos:

Primeiro, o valor moral defendido, representado pelo conteúdo intrínseco dos argumentos apresentados (punição, lei, vida, liberdade, justiça e papéis afetivos e autoridades). Segundo a justificativa dos julgamentos (estrutura e coerência da argumentação). Por último, a orientação sócio moral consciente do sujeito (SOUSA, 2006, P. 8 e 9).

O primeiro nível é o pré convencional, que corresponde à moralidade heterônoma desenvolvida por Piaget. É o nível em o indivíduo raciocina tendo em vista a si mesmo e não compreende ou integrou-se totalmente às regras e expectativas sociais. Neste nível surge o estágio da moral do castigo, que corresponde ao sujeito evitar infringir regras, que possibilitem punições. O segundo estágio é da moral do interesse, caracterizado pelo agir por forma a privilegiar os seus próprios interesses e facilitar os outros a fazerem o mesmo.

O segundo nível é o de moralidade convencional, que segundo Lourenço (2006) expõe o nível moral das pessoas que já interiorizaram as normas e regras sociais. Ou seja, o indivíduo deste nível reflete as questões morais com o que é socialmente aceite, cumprindo seus deveres. Neste nível surge o

estágio da moral do coração, caracterizando nossas expectativas em relação às pessoas mais próximas, demonstrando importância de ser bom, e estabelecendo relações recíprocas. Neste nível, também surge o quarto estágio da moral da lei, que dá ênfase ao cumprimento dos deveres e das leis.

O terceiro e último nível é o pós convencional. O sujeito neste nível aceita e compreende as regras da sociedade em sua globalidade. É estabelecido neste nível o surgimento do quinto estágio que é a moral do relativismo da lei, no qual entende que o raciocínio moral expressa uma orientação para a relatividade das normas, tem consciência que as pessoas defendem diferentes valores e opiniões e formula operações de justiça através de preocupações de igualdade e reciprocidade. O último estágio é a moral da razão universal, para este estágio os princípios são premissas universais de justiça, igualdade do ser e de seus direitos (SOUSA, 2006; LOURENÇO, 2006).

Ambas as teorias, de Piaget e a de Kohlberg foram alvos de críticas, mas ambos os contributos foram e são essenciais para a compreensão da moralidade e do desenvolvimento moral.

4 PIAGET E A PESQUISA MORAL

Piaget, antes mesmo de publicar a obra *“O Juízo Moral na Criança”*, defendia a ideia da existência de semelhança entre o desenvolvimento cognitivo e do desenvolvimento moral no ser humano, no momento em que ele enfatiza que as construções lógicas caminham ao mesmo passo que a constituição dos sentimentos (FREITAS, 2002).

Assim, Piaget colocava que os sentimentos morais fazem parte do processo de desenvolvimento da afetividade. Em sua obra, que estamos destacando, Piaget esclarece que as relações afetivas estabelecidas uns com os outros, partem da origem da ação moral, já que a reciprocidade do afeto se torna uma necessidade primordial da vida moral. Seguindo esse raciocínio, o mesmo caminhou em busca de explicar esse trajeto em que o ser humano percorre da anomia à autonomia moral. Do mesmo modo em que ele estudou e explicou o processo do desenvolvimento cognitivo, partindo de estudos com as crianças, no sentido de estudar desde os primórdios do indivíduo, assim também fez com o estudo do desenvolvimento moral.

Partindo de uma análise da obra de Piaget, sobre o desenvolvimento moral na criança, não podemos deixar de destacar um ponto relevante sobre a pesquisa moral. O mesmo explicou sobre a predominância de realismo moral em crianças pequenas, como já relatamos anteriormente. O realismo moral segundo Biaggio (1976) se refere ao dever e seu valor correspondente independentemente da situação em que o sujeito se encontra.

O realismo moral implica uma concepção concreta sobre a responsabilidade. Mas, o pensamento destas crianças pequenas é egocêntrico, por tanto, irão distorcer com maior probabilidade, os acontecimentos mediante aos seus desejos. Por esse motivo, muitas vezes estas crianças contam mentiras e, por sua vez, os adultos tendem a castigar estas crianças devido às mentiras contadas e reveladas. Daí surge o realismo moral, pois as crianças entram em conflito, em dizer a verdade, ou omitir, perante o medo do castigo. As crianças nesta fase, conforme Lourenço (2004), concebem ações morais ou imorais ao pé da letra, ou seja, o que é certo é certo, o que é errado é errado, para estas crianças o imoral e o castigo parecem confusos.

Como relatado anteriormente, Piaget estudou o desenvolvimento moral no desenvolvimento das crianças, partindo de um jogo infantil, por acreditar que os jogos constituem admiráveis instituições sociais e que toda a moral é formada num sistema de regras e que a sua essência deve ser pautada no respeito em que o sujeito possui por essas regras (PIAGET, 1994). Respeito esse, influenciado por seus pais, já que desde muito pequenas, as crianças são submetidas a múltiplas disciplinas, antes mesmo de darem início às primeiras palavras, adquirindo consciência através de suas práticas, do que seria certo ou errado, permitido ou não permitido, ou seja, tomando consciência de certas obrigações.

Seguindo este princípio, a moralidade construída pelas crianças é estabelecida mediante suas experiências sociais, de geração para geração, guiada pelo respeito às regras.

Piaget estabeleceu o jogo de bolinhas de gude, para estudar o princípio de moralidade através das regras do jogo. Para sua pesquisa, ele tomou como proposta de estudo, dois fenômenos, que são o da prática das regras e o da consciência das regras.

4.1 Prática das Regras

Piaget denominou a prática das regras, toda a forma em que as crianças em diferentes idades aplicam as regras. Para sua análise, ele buscou através de interrogatório, respostas para suas inquietações, ou seja, “como os indivíduos se adaptam pouco a pouco a essas regras, ou como observar a regra em função de sua idade e de seu desenvolvimento mental” (PIAGET, 1994, p. 31).

Ao iniciar o interrogatório, Piaget nos deixa claro sobre a postura do pesquisador, pois faz necessário que este atue com ingenuidade, a fim de deixar a criança sentindo-se superior. Mas o pesquisador deve mostrar em alguns momentos que conhece um pouco do jogo. Mediante esta postura, o mesmo poderá colher as informações mais convincentes sobre a maneira de jogar da criança. Algumas perguntas e propostas que Piaget fez às crianças para a análise da prática das regras foram: “Como se joga esse jogo? Quando

eu era pequeno eu jogava muito, só que agora esqueci. Gostaria de jogar de novo. Jogaremos juntos. Você me ensina as regras e eu jogarei com você.” Piaget ainda acrescentou que para com as crianças muito pequenas, pelo mau conhecimento das regras, devemos começar pedindo que a criança relate as regras que conheça do jogo e em seguida deve-se jogar com a criança, de acordo com as regras que foram expostas pela mesma. Posteriormente repete este mesmo roteiro com outra criança da mesma idade ou aproximadamente, logo após solicita que estas duas crianças joguem juntas. Diferentemente das crianças maiores, com estas crianças, podemos manter esse controle e sequência. E foi desta maneira que Piaget deu início à sua pesquisa, partindo do princípio das diferentes formas de cumprimento das regras nas crianças em fases de desenvolvimento diferenciada.

Como mencionamos no capítulo 3, na prática das regras Piaget estabeleceu quatro fases. A primeira, ele definiu como puramente motora e individual, existindo manipulação do jogo de acordo com a vontade e dos hábitos motores. Mesmo a criança jogando coletivamente, o jogo permanece individual, ritualizados de acordo com seus hábitos, não existindo regras para o jogo. As bolinhas do jogo, em momentos tornavam-se alimentos, ninho, tudo o que vinha na imaginação da criança. Possivelmente, as regras do jogo originam-se dos rituais análogos, como também de um simbolismo coletivo (PIAGET, 1994).

A assimilação de objetos novos, como por exemplo, as bolinhas de gude, aos esquemas já existentes nas crianças, podem proporcionar o surgimento de rituais e de símbolos. Símbolos estes caracterizados como conteúdo de pensamento, pelo fato da inteligência motora unir-se à linguagem e à representação. Piaget (1994) destaca em sua obra, que esse símbolo e o ritual individual mediante ao seu hábito, não é uma condição suficiente, mas necessária ao desenvolvimento das regras.

A segunda fase, Piaget denominou de egocêntrica, que ocorre aproximadamente entre 2 a 6 anos de idade. Tem início quando as regras codificadas são transmitidas para as crianças mediante as suas relações. As regras são impostas de fora. Surge nesta fase a imitação. A criança joga principalmente sozinha e quando está em companhia com outra criança não se

preocupa em unificar as regras do jogo, nem mesmo vencê-los. Cada criança joga por si só, ganhando ou perdendo ao mesmo tempo.

De acordo com Lourenço (2006, p.82), “egocentrismo significa a incapacidade ou a dificuldade de sair do ponto de vista do outro. Dificuldade, portanto, da pessoa para pensar e agir como se fosse o outro”. Para Piaget (1994), o egocentrismo surge através de uma ação intermediária entre as ações sociais e as individuais. Essa relação com o social propicia na criança inúmeros exemplos de condutas e regras, que inconscientemente são internalizados pelas crianças e tais comportamentos e atitudes não podem ser compartilhadas com os mais velhos em pé de igualdade, já que essa relação com os adultos coloca a criança em uma situação de isolamento inconscientemente, fechada em seu ponto de vista, transparecendo sem se dar conta em suas brincadeiras tudo o que aprendeu através de sua realidade social.

Podemos observar esse comportamento nas crianças quando estas estão brincando, sozinhas ou em grupo. Pois muitas vezes falam em voz alta, consigo mesmas, interpretam nas brincadeiras os comportamentos e atitudes vividas pelos adultos. Quando enunciam ao adulto alguma história, geralmente contam pela metade, como se este adulto soubesse o que passa pela sua cabeça. A fala se torna para si própria, não dissociando do seu ego, tornando um monólogo muitas vezes coletivo.

O egocentrismo é um aspecto central do pensamento infantil, que consiste na indiferenciação entre o ponto de vista da própria criança e dos outros, ou seja, uma confusão inconsciente do próprio ponto de vista com as dos outros ao seu redor. Manifesta-se em todos os setores da atividade da criança, mas destaca-se melhor no jogo simbólico. O egocentrismo surge na representação que a criança se faz do mundo, partindo da manifestação de um pensamento centrado em si próprio, ou seja, longe de um pensamento socializado (DOLLE, 1975).

Piaget em sua pesquisa observou que no jogo de bolinhas, as crianças de três a cinco anos aprendem a jogar por causalidade e que primeiramente ela utiliza suas novas descobertas para si mesmas, jogando sozinhas mediante um universo social. Esse comportamento foi destacado e caracterizado como egocentrismo.

A criança neste estágio adquire consciência de que outras pessoas jogam de acordo com regras, mas a mesma não compartilha de tais regras, por não interagir de forma que possam poder aprender que tais regras são necessárias para uma vida social (BIAGGIO, 1976). Piaget detectou que as crianças que vivem em mesmo ambiente familiar, de idades aproximadamente iguais, não descrevem as regras com igualdade, mesmo jogando juntas, não chegam a compartilhar as mesmas regras, pois ambas querem apenas se divertir independentemente do outro, sem ter a preocupação em vencer o jogo (jogo de bolinhas de gude), e está ligado ao ponto de vista de cada uma (PIAGET, 1994).

O autor acima citado define a conduta da fase do egocentrismo como:

De um lado, a criança sente em alto grau a necessidade de jogar com os outros, e principalmente com os maiores, isto é, de fazer parte da confraria tão respeitável daqueles que sabem corretamente jogar bolinhas. Mas, por outro lado, a criança logo convencida que seu jogo “está de acordo” [...] só visa utilizar para si própria suas aquisições: seu prazer ainda consiste, simplesmente, em desenvolver sua habilidade e conseguir acertar (p. 43).

Esse prazer, assim como na fase anterior, não se estabelece no social, mas sim, no puramente motor. Para a criança nesta fase, o que verdadeiramente lhe impulsiona não é o seu colega (parceiro de jogo) propriamente dito, mas os exemplos dos mais velhos tidos com ideias para a criança, proporcionando a imitação dos atos.

Podemos concluir que a criança nesta fase, recebe do exterior as regras, sem preocupação da vitória, mas joga para si próprio e não busca uniformizar as maneiras de jogar.

A terceira fase, Piaget denominou de Cooperação Nascente. Surge por volta dos sete a oito anos, no momento em que as crianças percebem a necessidade de unificarem as regras, por compartilharem os jogos com outras crianças. Nasce nesta fase a necessidade de ganhar, de vencer os demais colegas. De acordo com Piaget (1994), o divertimento vai tornar-se totalmente social, deixando de lado o egocêntrico. A criança procura conhecer meticulosamente as regras do jogo, pois ainda não as conhecem plenamente.

O interesse que agora é social vai proporcionar um ambiente de cooperação, já que no período anterior, as crianças jogavam apenas para si.

No momento em que as crianças compartilham das mesmas brincadeiras com outras crianças e percebem a necessidade de compartilharem as mesmas regras, ou seja, o momento em que as crianças entram no terceiro estágio, as mesmas atingem uma unanimidade de opiniões sobre as regras através da interação e imitação com seus pares (BIAGGIO, 1976).

Piaget enfatizou que a criança neste período (7 – 10 anos), joga como raciocina, mas não se interessa por discussões sobre os princípios das regras. Conseguem através da interação no jogo, atingir uma moral provisória, com opiniões completamente pessoais, sem capacidade de decretar sobre possíveis casos no jogo.

A quarta e última fase foi denominada por Piaget de codificação das regras, que surge por volta dos onze e doze anos. Fase caracterizada por as crianças já conhecerem minuciosamente os procedimentos e os códigos das regras, existindo concordâncias sobre discussões e indagações das regras do jogo. Para essa análise, Piaget interrogou algumas crianças da mesma classe escolar separadamente.

O mesmo destaca em sua obra, que a criança nesta idade, intensifica sua memória para assuntos ou atividades que são principalmente de seu interesse, e foi observado que há uma prevalência pelo interesse das regras na íntegra. Por esse interesse, as crianças desta fase não se preocupam em perder um bom tempo da brincadeira para que possam repassar as regras em concordâncias, determinando, por exemplo, as penalidades, o líder (se necessário), todas as minúcias das regras do jogo, para posteriormente darem início ao mesmo (PIAGET, 1994).

Nesta fase final da prática das regras, as crianças são capazes de compreender que as regras podem ser alteradas mediante a concordância de todos os envolvidos no jogo, admitindo todas as variações possíveis nas regras.

Piaget (1994, p. 34) destaca:

Naturalmente, é preciso considerar esses estágios, exatamente como realmente são. É cômodo, para as necessidades da exposição, distribuir as crianças em grupos de idades ou de estágios, mas a realidade se apresenta sob os aspectos de uma continuidade sem interrupção.

O mesmo acrescenta que esse processo não é linear, mas é percebida quando em sua direção geral as coisas são esquematizadas, desprezando as oscilações que venham a complicar.

A seguir partimos para o estudo sobre a consciência das regras, onde Piaget caracterizou três fases distintas.

4.2 Consciência das Regras

Como podemos observar, Piaget em sua pesquisa sobre a regra e juízo moral, coletou seus dados não só com perguntas, através do diálogo com as crianças, mas também através da observação, para a análise da prática das regras. Seu método favoreceu resultados claros, não só sobre a prática das regras, mas também sobre a consciência das regras.

Piaget (1994) coloca que não se pode deixar de fora o estudo da consciência da regra do jogo ao estudar a vida moral da criança. Pois as crianças atribuem para si inconscientemente todas as recomendações impostas pelo adulto e é uma influência para o que elas sentem e interpretam das regras.

Para o estudo da consciência das regras, ou seja, o estudo dos tipos de obrigações impostas às crianças pelas regras do jogo, Piaget (1994), expressou mediante três distintas concepções de regra, concebendo a existência de duas morais que se sucedem, que são: a moral heterônoma (de 5/6 anos até 8/9 anos) e a moral autônoma (de 10/11 anos em diante). Assim a construção da moral na criança é influenciada pela passagem da moral heterônoma para a moral autônoma.

A primeira concepção foi considerada a fase da regra motora, pois as crianças procuram apenas satisfazer suas necessidades motoras, mas rapidamente vão criando hábitos que expressam suas regras individuais. Este

período corresponde a fase puramente motora e individual, referente à prática da regra. Pois nesta fase (0- 5 anos) a criança está inserida desde os primeiros meses em um universo de regras, dificultando saber se seu ritual com o jogo, ou se sua consciência com a regra vem dela própria ou não.

Durante esta fase da regra motora a criança percebe as regras do jogo como um ritual motor e individual, longe de qualquer obrigação, buscando satisfazer sua fantasia simbólica. A regra motora ocorre independente da relação social, é estabelecida através de repetições e pela ritualização dos esquemas de adaptação motora.

Assim, nesta fase a criança não possui consciência das regras, pois as necessidades básicas de um bebê e ou de uma criança pequena, por exemplo, é que determina muitas vezes a sua norma e conduta. Para Piaget, a criança está inserida em um período da fase pré moral, caracterizada de anomia (a = negação e nomia= regra, lei).

A segunda fase Piaget (1994) considerou que se inicia por volta do 6 anos através do contato da criança com o mundo, proporcionando na mesma um interesse pelas regras impostas do exterior, mediante a imitação e/ou contato verbal. O autor destaca que:

Desde o segundo estágio, isto é, desde que a criança se põe a imitar as regras dos outros, e qualquer que seja, na prática, o egocentrismo de seu jogo, considera as regras do mesmo como sagradas e intocáveis: recusa-se a mudar as regras e entende que toda modificação, mesmo aceita pela opinião geral, constituiria uma falta. (p. 53).

Piaget, ainda destaca que em algumas exceções, as crianças menores, de 4 e 5 anos, aparentam aceitar as regras mediante o liberalismo dos maiores, ou seja, aceitando as mudanças por eles propostas, mas na verdade, estas crianças não se deram conta das mudanças oferecidas.

Esta fase é considerada por Piaget como fase da regra coerciva, pela não aceitação da criança em alterar as regras, considerando como uma falta grave, até pela mera possibilidade de modificação, caracterizando uma moral heterônoma. O respeito pelas regras, a obediência, o constrangimento, são

atos e condutas que se destacam nesta fase. Atitudes que evitam a punição e os deveres são vistos como externos e impostos coercivamente (LOURENÇO, 2006).

O respeito é estabelecido e moldado pela coação adulta e não pela cooperação entre eles, ou seja, o respeito é unilateral. A pressão das crianças mais velhas para com os pequenos também é uma coação. Evitando a criança distinguir o seu ponto de vista próprio em relação ao do outro, fato bem marcante do egocentrismo intelectual e moral, característico desta fase.

Para esta análise, Piaget entrevistou crianças sobre o surgimento das regras do jogo de bolinhas. Investigou, quando estas crianças aprenderam as regras do jogo, bem como, as demais gerações anteriores. Indagou também sobre modificações das regras e sobre o surgimento de novas regras.

Na moral heterônoma de acordo com Piaget (1994), mediante as limitações intelectuais das crianças desta fase e da coação dos adultos, favorece, dentre outras coisas, o surgimento de uma causalidade determinista, da obediência, da perspectiva de uma justiça imanente, expiatória e retributiva.

A criança se submete inteiramente à regra imposta, o que demonstra que esta criança segue certos princípios que fogem ao controle de sua razão, no qual, a mesma não consegue deter a sua reflexão, ou seja, seu pensamento sobre a regra. Portanto, podemos adicionar esta incapacidade de julgar a regra, pela falta de experiências sociais.

Podemos concluir que na fase heterônoma, primeiramente, o adulto tem como prática o controle em relação a moral da criança. Mediante a influência exterior, a ordem estabelecida pelos adultos, a imitação, os exemplos deixados por estes ou pelas crianças mais velhas nas brincadeiras, nos modelos, que influenciam a criança desta fase a escolherem seus comportamentos frente a sua participação e aceitação no grupo (LIMA, 2004).

A terceira fase é marcada pelo respeito mútuo, que permite transformar a regra mediante a vontade, através de um consentimento geral. Esta fase inicia-se por volta dos 10 anos, no qual a criança se encontra no estágio de codificação de regras, no que se refere à prática da regra. A consciência da regra sofre grandes mudanças, pois a moral deixa de ser heterônoma e passa a ser autônoma. A regra do jogo não mais é considerada sagrada, a mesma

passa a ser um resultado de livre decisão, baseada no respeito consentida mutuamente, tornando-se uma regra racional (PIAGET, 1994).

O autor coloca que ocorrem, em concordância, mudanças em três sintomas, que são: a aceitação da criança com as mudanças nas regras; deixa de considerar como eternas as regras, bem como, de acreditar que estas são transmitidas mediante as gerações, e por fim, estabelece ideias de que as regras são estabelecidas aos poucos, através das interações com outras crianças e de incentivo próprio. Piaget destaca que mesmo em uma realidade específica das crianças, elas nesta fase se encontram em uma realidade social, moralmente organizada e racional, proporcionando uma unificação da cooperação e da autonomia, sucedendo o egocentrismo e a coação. A cooperação, pouco a pouco, vai dando lugar às necessidades de ampliação e codificação integral da lei. Tendo como caráter da cooperação, encaminhar a criança para a prática da reciprocidade, em suas relações sociais, estabelecendo a generosidade e a universalidade moral.

A autonomia conquistada durante este “estágio” conduz melhor a um respeito à regra do que a heteronomia do “estágio” anterior, é o sentido verdadeiramente político e democrático com o qual as crianças de doze, treze anos distinguem a fantasia anárquica e a inovação introduzida por via constitucional (PIAGET, 1994, P. 65, grifo nosso).

Ou seja, não se considera mais um delito, o desejo e o querer mudar as leis, as regras do jogo, mas só poderá ser introduzida qualquer inovação mediante um consenso por via legal, através de um consentimento prévio dos demais jogadores. É importante lembrar que para que esta reciprocidade entre os jogadores se estenda às regras, faz-se necessário que seja desfeito qualquer tipo de desigualdade que comprometa o próprio funcionamento de cooperação, tais como sorte e disparidade de habilidades.

Piaget considera que a consciência da autonomia aparece mais ou menos aos onze anos em seus numerosos e variados campos. A partir do momento em que várias condições psicológicas são estabelecidas, mediante a capacidade de raciocínio lógico e reversível, os esquemas das crianças irão

possibilitar uma nova consciência sobre o modo em que as regras são formadas e sobre as possíveis mudanças destas (LIMA, 2004).

De acordo com Piaget (1994), a autonomia é um poder que é conquistado internamente e que só se efetua através da cooperação. É importante oferecer ao indivíduo a liberdade para decidir e optar em suas ações, possibilitando assim a cooperação voluntária para com os outros, criando um sistema de regras, valores e convicções. Mas, por si só, os indivíduos não adquirem a capacidade dessa consciência, como também das normas, sem estabelecerem um foco, pois só serão alcançados através de suas relações sociais, em seus diálogos sobre a validade das normas existentes, a fim de estabelecerem novas regras.

É através desta cooperação entre os indivíduos que os levam a um conjunto de ações morais, tanto individuais como em grupo, proporcionando o aumento do grau de consciência e de liberdade. Piaget, ainda destaca que o desejo é que todos atinjam esta consciência, da moral autônoma, mas muitos indivíduos embora em idade referente à fase da moral autônoma comportam-se heteronomamente. Por este motivo, Piaget não estabelece estágios e sim fases, pelo fato de poder existir elementos da heteronomia moral em crianças autônomas e vice e versa.

Um aspecto importante da teoria de Piaget, em sua obra, de desenvolvimento do juízo moral se destacam dois aspectos, o de justiça e o do castigo. O sentido de justiça está inserido tanto na moral heterônoma quanto na moral autônoma. Na justiça imanente as crianças em seus primeiros anos irão considerar e relacionar o erro às sanções que recebem, mesmo não se referindo ao ato, a sanção será automática. A justiça retributiva, estabelece a punição como uma consequência natural dos atos cometidos, assim, a justiça é avaliada diante as relações estabelecidas entre os atos e as punições. A justiça distributiva relaciona-se à moral heterônoma, antes as crianças estavam ligadas à distribuição regida pelas normas impostas, mas posteriormente, surgem na criança princípios igualitários, trata-se de uma justiça de igualdade, em repartir bens ou recompensas entre as pessoas. Piaget em sua pesquisa observou que a criança primeiramente apresenta uma noção de justiça com princípios de punições (castigos) expiatória e posteriormente segue a noção

com princípios na reciprocidade (LOURENÇO, 2006; SAMPAIO, CAMINHO, ROAZZI, 2007)

Lourenço (2006) nos esclarece que as crianças heterônomas, preocupam-se com a punição imediata, que visa o castigo do transgressor do ato, considerando as sanções expiatórias como justas. Já as crianças autônomas, irão refletir em um castigo que sirva com um ensinamento, que leve o transgressor para uma reflexão. A punição será regida mediante o ato do transgressor, portanto, optam por sanções de reciprocidade, onde a sua moral é orientada através da justiça distributiva.

Outro ponto importante da teoria de Piaget está voltada ao julgamento da moral diante às transgressões. Podemos destacar em seus estudos dois tipos de responsabilidade, que são: a Responsabilidade Objetiva e a Responsabilidade Subjetiva. A primeira está voltada às crianças mais novas, mediante a coação do adulto. Os atos são julgados mediante suas consequências e não pela intencionalidade. Segundo Lourenço (2006) a ação moral é julgada mediante ao prejuízo material. Já a responsabilidade subjetiva volta-se às crianças mais velhas, mediante a cooperação entre os pares. Os atos são julgados de acordo com sua intencionalidade, levando em conta o realismo moral.

De acordo com a pesquisa de Piaget sobre as duas morais, ou seja, moral heterônoma e a moral autônoma, podemos destacar na tabela seguinte as suas especificidades:

MORAL HETERÔNOMA:

- A moral é imposta a partir do exterior como um sistema de regras obrigatórias. Tem caráter coercitivo e é a fonte do dever.
 - Seu princípio se baseia na autoridade, no respeito unilateral e nas relações de pressão.
 - Esta moral é encontrada na maioria das relações e entre o adulto e a criança.
 - O julgamento da moral é pautado na responsabilidade objetiva, pois é julgada em função das consequências materiais de uma ação: realismo moral.
 - A criança heterônoma considera justiça como baseia primeiro na obediência à autoridade e no ato de evitar o castigo. A função do castigo é a expiação.
 - O respeito é estabelecido e moldado pela coação adulta.
 - A justiça deixa de ser retributiva e passa a ser distributiva.
 - O respeito pelas regras, a obediência, o constrangimento, são atos e condutas que se destacam nesta fase.
-

MORAL AUTÔNOMA:

- A moral surge do próprio indivíduo como um conjunto de princípios de justiça.
 - Seu princípio é baseado na igualdade, no respeito mútuo e nas relações de cooperação.
 - Para esta moral a responsabilidade é julgada em função de intenção.
 - O sujeito faz por opções as leis e regras.
 - A responsabilidade é subjetiva, vai considerar a intencionalidade dos atos.
 - O respeito é estabelecido e moldado pela cooperação entre os pares.
 - A punição será regida mediante o ato do transgressor, ou seja, optam por sanções de reciprocidade, no qual sua moral é orientada através da justiça distributiva.
 - A autonomia é um poder que é conquistado internamente e que só se efetua através da cooperação.
-

Assim podemos concluir que a moral heterônoma está voltada para a obediência, respeito unilateral e o constrangimento, já a moral autônoma é estabelecida através da cooperação e pelo respeito entre todos. Com o

desenvolvimento da criança, no avançar de sua idade, várias transformações ocorrem, seja cognitivamente, afetivamente, moralmente, em suas ações dentre várias áreas do desenvolvimento do ser. No campo do desenvolvimento moral, as crianças ao se desenvolverem vão deixando de se moldarem diante de um respeito unilateral, realismo moral, de uma moral regida pela obediência, por responsabilidades objetivas e sanções expiatórias, passando para uma moral baseada no respeito unilateral, com responsabilidades subjetivas, com intencionalidade, igualdade e cooperação, características típicas da moral autônoma, na qual o ser irá tratar o outro assim como gostaria de ser tratado, atitude essencial ao desenvolvimento moral.

No tópico seguinte discutiremos um pouco sobre a pesquisa que Piaget estabeleceu sobre o desenvolvimento moral, voltado para as meninas, utilizando o jogo de pique.

4.3 Pesquisa Moral no Universo das Meninas

Piaget em sua obra *O Juízo Moral na Criança*, também orientou sua pesquisa voltada ao universo das meninas, com objetivo de encontrar dados que confirmassem sua teoria, ou verificar se os dados obtidos eram resultados de fatores peculiares do jogo de bolinhas.

Foi através do jogo de amarelinhas que Piaget iniciou sua pesquisa, mas o mesmo percebe que este jogo carrega uma extrema particularidade podendo ser vivenciada por diversas formas e que podia representar uma dificuldade para analisar a consciência das regras e as considerações da obrigatoriedade das mesmas para as meninas. Para tanto, Piaget buscou outro jogo, que pudesse favorecer tais análises e encontrou no jogo de pique, ou mais comumente conhecido de esconde - esconde, regras que permitem distinguir dois estágios.

O primeiro estágio (fase) que vai até os 6 anos da criança, foi considerado por Piaget (1994), como egocêntrico, no qual verifica que as meninas tendiam a se esconder para si próprias, como espelho das jogadoras mais velhas. Tais atitudes foram também observadas no jogo de bolinhas praticado pelos meninos. Com o amadurecimento natural das meninas,

aproximadamente por volta dos 7 anos, surge a fase que prioriza o respeito efetivo, mútuo, colocando em prática as regras como verdadeiramente são, com o intuito agora de vencer as demais companheiras do jogo. Esta fase, Piaget considerou, assim como no jogo de bolinhas com os meninos, de cooperação. O mesmo observou que as meninas, demonstram, um pouco mais precocemente, atitudes de aceitação para novas regras, aceitas coletivamente, mas uma das justificativas para a aceitação de novas regras, um pouco antes dos meninos, está pautada nas características (regras) do jogo de pique.

Mas, Piaget nos coloca em um olhar mais amplo para com esses dois estágios (fases) e passa a distinguir os mesmos em três estágios para a consciência da regra. Coloca que as meninas se assemelham e se diferenciaram, em vários momentos. A primeira fase é caracterizada como contemporâneo do início do próprio jogo, ou seja, partindo dos meados da fase egocêntrica. As meninas neste momento parecem aceitar com mais tranquilidade qualquer mudança nas regras, mas do mesmo modo que no jogo de bolinhas com os meninos, esse comportamento perante a aceitação imediata das mudanças das regras é momentâneo.

A segunda fase é caracterizada como um período em que as meninas tendem a comandar o jogo. Consideram as regras do jogo de origem divina ou elaboradas por um adulto, assim como nos meninos. Com um pequeno avanço na idade, aproximadamente aos 8 anos, Piaget (1994), observou que tais atitudes quanto às mudanças das regras, agora são aceitas, considerando a praticidade das mesmas. Divergindo agora dos meninos, pois os mesmos são menos condescendentes para tais ações.

Na terceira fase, Piaget coloca que as meninas - pela falta de preocupação com a estrutura jurídica - não esclarecem de forma objetiva os acordos para com as mudanças das regras; portanto, as meninas são muito condescendentes para as mudanças, importando apenas a boa aplicabilidade no jogo. Uma atitude que se assemelha nesta fase com os meninos é o companheirismo, a cooperação entre as jogadoras. Agora a regra do jogo é estabelecida em comum acordo entre as jogadoras e não mais aceita como imposição do adulto ou com caráter divino.

Piaget (1994), conclui que na consciência das regras, as meninas não diferem do processo mental quando comparadas com os meninos, mesmo

obtendo algumas divergências na parte estrutural do jogo. Assim, para ele no pensamento das jogadoras, foram encontrados os mesmos processos vivenciados pelos meninos no jogo de bolinhas, “primeiramente um respeito místico pela lei, tida como intocável e de origem transcendente, depois de uma cooperação que liberta os indivíduos de seu egocentrismo prático e introduz uma noção nova e imanente da regras” (p. 74).

No quinto capítulo, ampliaremos nossas discussões para o estudo também de Piaget sobre a noção de conservação de massa e volume, que trará dados relevantes ao nosso estudo posterior sobre a relação da autonomia e o princípio de reversibilidade.

5 CONSERVAÇÃO E IDENTIDADE : princípio de reversibilidade

Foi através de sua pesquisa de conservação, que Piaget elaborou os estágios de cognição sobre o desenvolvimento da criança até a sua adolescência. Pulask (1986, p.43), seguindo os estudos de Piaget, esclarece que “a conservação é a capacidade de compreender que certos atributos de um objeto são constantes, ainda que este tenha aparência transformada”. Esta noção de conservação surge nas crianças que estão na fase das operações concretas⁽³⁾ (entre 7 a 12 anos), ocorrendo variações mediante as considerações dos valores e quantidades. De acordo com Piaget (1978a), aproximadamente as crianças entre 6/7 anos atingem as primeiras noções de conservação de números, comprimento e quantidade em líquido; já as crianças entre 7/8 anos são capazes de adquirir a noção de conservação de substância; entre 8/9 anos a de conservação de área e por fim 11/12 anos atingem a noção de conservação de volume.

De acordo com Dolle (1975), baseado nas pesquisas de Piaget, é por volta dos sete anos que as crianças adquirem a reversibilidade lógica, que é a capacidade de seguir inúmeras transformações em tamanho, em volume, peso, massa, mas com o pensamento da matéria preservada. Operação em que as crianças muito pequenas ainda não são capazes de atingir, segundo a teoria de Piaget. Assim o pensamento lógico da criança a partir dos sete anos, torna-se operatório, ou seja, por um lado se torna reversível e por outro invariante, sendo este invariante de uma transformação operatória, que constitui um esquema (noção) de conservação.

Piaget buscou através de sua pesquisa de conservação mostrar as várias formas de transformações no pensamento da criança mediante o seu amadurecimento. O mesmo recorreu a métodos clínicos, por meio de entrevistas e provas que tornaram possível a avaliação de conservação no pensamento lógico da criança, bem como uma análise da fase de desenvolvimento que a mesma se encontra.

(3) fase esta que discutiremos um pouco mais adiante

Este método favorece um diálogo entre o entrevistador e o sujeito, diálogo este que deve ser previamente elaborado, cuidadosamente para que não invalide a pesquisa. O método clínico utilizado por Piaget torna-se um excelente instrumento para a análise da gênese do conhecimento da criança.

Segundo Dolle (1975) existem alguns tipos de conservações que surgem no período das operações concretas. As conservações podem ser físicas, espaciais e numéricas. Destacamos nesta pesquisa apenas a conservação física, pois trabalhamos com a noção de conservação de substância e volume em nossa pesquisa.

Na conservação física, destacam-se três tipos de conservação, que são: a de substância, peso e volume.

Para a conservação de substância, Piaget trabalhou em seu método clínico algumas experiências, dentre delas com bolinha de argila. Piaget utilizou duas bolinhas de argila, com o mesmo tamanho e volume, em seguida transformou uma das bolinhas em formato de bolacha, solicitando posteriormente que a criança verificasse se houve ou não alguma alteração na quantidade da massa. Várias modificações são feitas na argila, transformando-a em formato de salsichão, espaguete e outros, seguindo sempre as respostas das crianças, analisando o seu raciocínio, com mudanças ou não de opiniões referente às alterações ocorridas na argila. Esta experiência propõe destacar que “toda transformação da forma, deixa invariante a quantidade de matéria ou de substância. A operação reversível revelar-se-á nessa propriedade” (DOLLE, 1975, 126).

De acordo com o autor acima citado, quando se afirma a conservação apesar de todas as alterações feitas na argila, surge a reversibilidade apresentada em três tipos:

Identidade: “É a mesma coisa, não se tirou nada, nem se juntou nada”. Compensação: “Está mais comprido, mas é mais fino”. Inversão: “Se fizéssemos de novo a bola, teríamos a mesma coisa que antes, teríamos as mesmas duas bolas, logo é a mesma coisa que a massa” (p.126).

Esses três tipos podem ser apresentados em uma única criança. Qualquer um desses três tipos de reversibilidade comprova a conservação. Mas mediante a idade e o desenvolvimento cognitivo da criança, ela se enquadrará em etapas de não-conservação, semi conservação e conservação, ou seja, identificação, reversibilidade simples e reversibilidade aplicada. A primeira, quando a criança muito pequena, não consegue assimilar a conservação do objeto. A segunda se enquadra em crianças que apenas afirmam a conservação de uma transformação da argila (massa) no método clínico, nas demais as crianças não relatam a conservação. E por fim, a terceira etapa, as crianças por volta dos 7 anos, já assumem a conservação independente das modificações feitas na argila (PIAGET, 1978a).

Piaget ao pesquisar a conservação de peso, segundo Dolle (1975), observou que é por volta dos 8/9 anos que as crianças atingem essa conservação. Para a pesquisa, Piaget utilizou o mesmo instrumento, ou seja, a massa de argila, mas com o auxílio da balança de Roberval, com a finalidade da verificação do peso. Primeiramente, Piaget coloca nas bandejas da balança, as duas bolinhas de argila, para demonstrar a criança que está sendo investigada, que as duas bolinhas contem o mesmo peso. Após a verificação, Piaget, transformou uma das bolinhas em alguns formatos diferentes, igual à experiência anterior de substância, e em cada transformação, ele antes de colocar na balança, pedia para que a criança relatasse se as duas massas de argila continham o mesmo peso, se com a mudança no formato de uma das massas (sem alterar a quantidade), haveria mudança no peso, tanto para mais ou para menos.

Os resultados também demonstraram etapas para cada tipo de respostas referentes à idade e cognição das crianças estudadas. As etapas são de: não conservação, conservação não assegurada e conservação afirmada com uma evidência (DOLLE, 1975).

Para o estudo de conservação do volume, Piaget utilizou algumas experiências. Numa delas, para a análise de quantidades contínuas de líquidos, foram utilizados como instrumentos primeiramente dois vasos cilíndricos, com o mesmo formato e posteriormente mais dois vasos um com formato mais alto e mais estreito e outro mais baixo e mais largo, que o primeiro formato. Durante a pesquisa, Piaget solicitou que a criança colocasse

a mesma quantidade de água, nos dois vasos cilíndricos idênticos (A_1 e A_2) e que após o preenchimento verificasse se ambos estavam com a mesma quantidade. Após a comprovação, Piaget, mostrou outro vaso com um formato mais alto e estreito (B) e colocou toda a água que continha no vaso A_2 no vaso B. Logo em seguida, o mesmo solicitou que a criança verificasse se entre os vasos A e B haveria alguma mudança ou não na quantidade de água nos vasos. Esse mesmo procedimento, Piaget fez com o vaso C que era mais baixo e largo que o vaso A_1 .

Com o resultado de sua pesquisa sobre a conservação de peso, Piaget descobre que é por volta dos 10 a 12 anos que a criança atinge esta conservação, e irá caracterizar esta conservação não mais como uma das conservações das operações concretas, mas sim das operações formais, já que aborda noções de proporções (DOLLE, 1975).

Piaget nos demonstra em sua pesquisa de reversibilidade, que com o passar de cada fase de desenvolvimento cognitivo da criança, a mesma vai atingindo níveis mais elevados de desenvolvimento, tornando-se mais aptos a aplicar o raciocínio lógico a todas as classes de problemas.

Com a sua pesquisa sobre as conservações físicas observamos que a criança conserva inicialmente a substância, sem conservar o peso e o volume, em seguida, conserva a substância e o peso sem o volume e por fim, conserva a substância, o peso e a massa.

Para uma melhor compreensão do estudo da reversibilidade faz-se necessário abordamos um pouco as fases de desenvolvimento cognitivo da criança segundo Piaget.

O mesmo compreende o desenvolvimento da criança dividido em quatro fases ou períodos, em seus estudos e descobertas sobre a inteligência. Essas fases do desenvolvimento de acordo com Piaget segundo Inhelder (1986) são:

Fase Sensório-motor (0 a 24 meses): o bebê desenvolve seus músculos, seus movimentos, seus sentidos, sua percepção e seu cérebro. Essa formação de esquemas sensorial-motor permite ao bebê, organizar os estímulos fornecidos pelo ambiente, para que ao final dessa fase, a criança tenha condição de lidar, embora de maneira rudimentar, com situações que lhe são apresentadas. É nesse sentido que a criança trabalha ativamente a formação do eu.

Segundo Almeida (1998), o bebê brinca com o corpo, executando movimentos como estender e recolher as pernas, os braços, os dedos e os músculos. Através dos sentidos (ouvir, pegar, ver, sugar), são incorporadas ao cérebro impressões reais que vão aflorar no desenvolvimento cognitivo, surgindo a inteligência prática, que irá capacitar o bebê a interagir com o seu meio, mediante os seus gestos, sons e movimentos regulados.

[...] quanto mais uma criança ouve e vê, mais quer ver e ouvir, pois as informações enviadas ao cérebro geram sempre conexões novas que as mantêm sempre ativas. É tão significativa essa relação que, no prazo de dois anos, a criança aprende melhor as informações e até uma linguagem complexa, apenas por ouvi-la (PIAGET, 1978 citado por ALMEIDA, 1998, p. 44).

Nessa fase o bebê necessita bastante atenção ou atenção completa do adulto, pois, dele depende seu crescimento e sua relação social. Portanto, é fundamental que o adulto converse, leia, conte histórias, brinque, corra e cante com a criança. Enfim, que possibilite estimulações variadas que serão úteis para o desenvolvimento da mesma.

É uma fase considerada como a fase das ações, ações consideradas motoras. Os reflexos são inatos, as adaptações são adquiridas no período aproximadamente entre 1 a 4 meses. Em seguida, a criança adquire reações circulares, ou seja, procura repetir experiências já vividas, até mais ou menos os seus 8 meses de vida. Partindo desta idade até os 12 meses, os comportamentos começam a ser intencionais, empurram obstáculos, alcançam o seu alvo e desenvolve o sentido de permanência dos objetos. Após os 12 meses até os 18, o tateamento começa a ser orientado. E é por volta dos 18 aos 24 meses, que a criança irá adquirir a capacidade de representar simbolicamente. Vai perceber a causalidade, no qual os objetos se interagem entre si, independentemente de sua vontade (PIAGET, 1986).

Fase Pré-operacional (2 a 7anos): Piaget, segundo Inhelder (1986), descreve que nesta fase a criança já consegue definir e se estruturar como um ser diferenciado dos outros. Desenvolve o pensamento, sendo capaz de

representar mentalmente pessoas e situações, inclusive deixa-se levar pela experiência, sem relacionar aspectos.

O mesmo autor também relata que é nesta fase que dá início o jogo simbólico ou faz- de- conta. Nesse tipo de atividade, a criança dá significados pessoais a objetos e brincadeiras que realiza, observando o mundo a sua volta e reproduzindo brincadeiras. Entre 2 a 4 anos de idade, os movimentos motores vão evoluindo, pois estes são exercitados intencionalmente e por isso são mais específicos em sua ação, como: pegar no lápis, rasgar, mexer as coisas, encaixar os objetos nos lugares, montar e desmontar as coisas, sacudir para ver algo ou escutar um ruído diferente. Todas essas ações são exercitadas com as mãos, havendo assim uma ação inteligente, evolutiva e natural de sua coordenação motora.

Já dos 4 aos 7 anos, a criança começa a imitar tudo e tudo quer saber. Esta idade é conhecida como a fase do “por que”. O desenvolvimento mental da criança no relato de Piaget, de acordo com Inhelder (1986), torna-se uma construção contínua, que pode ser comparável a um grande edifício que se torna mais sólido a cada novo conhecimento.

Nesta fase, a criança utiliza muitos esquemas de ações, antes de dominar as operações mentais lógicas. Ocorre um grande desenvolvimento do sistema de símbolos e linguagem. O pensamento da criança nesta fase, é considerado unidirecional, assim sentem dificuldades em considerar o princípio de conservação. As crianças nesta fase são egocêntricas, fato bem evidenciado através de sua linguagem.

Fase operacional-concreta (7 aos 12 anos): nesta fase Piaget argumenta que a criança reunirá os conhecimentos sistematizados e tornará consciente de suas atitudes, discernindo o certo do errado, despertando para um mundo em que a cooperação com os colegas será mais consistente, respeitando assim as regras. Neste período, a criança é capaz de relacionar diferentes aspectos e abstrair dados da realidade. Dá início a fase de jogos de regras, que são jogos de combinação sensório-motoras ou intelectuais em que há competições dos indivíduos (INHELDER, 1986).

Esta fase é considerada como um período prático do pensamento. Este pode ser considerado lógico e mais flexível. O raciocínio da criança já é capaz de resolver problemas de conservação, partindo dos três aspectos básicos:

identidade, compreensão e inversão. Ponto auge do pensamento lógico, pois a criança já é capaz de desenvolver um sistema completo e muito lógico de pensamento ligado à realidade física. Podendo organizar, classificar e manipular os objetos, formas, quantidades, séries dentre outros. Mas enuncia e classifica com bases concretas (FLAVELL, 1971).

Estágio operacional formal (a partir do 12 anos): nesta fase Piaget afirma que ocorrem muitas mudanças e inquietações. A representação agora permite a abstração total. O adolescente tem maior consciência de suas ações e das relações com os outros, não se limitando mais à representação imediata nem somente às relações previamente existentes, mas é capaz de pensar em todas as relações possíveis logicamente.

O raciocínio do adolescente é lógico, só que agora livre de realidade concreta. Seu pensamento se torna mais hipotético e dedutivo, capaz de trabalhar com problemas lógicos matemáticos. A estrutura cognitiva do adolescente irá atingir o nível mais elevado de desenvolvimento, tornando-se apto para a aplicação do pensamento lógico em todas as classes e problemas (PIAGET, 1978b).

Retorna nesta fase uma forma de egocentrismo intelectual, como se o mundo estivesse voltado apenas aos seus conceitos e não à sua realidade.

Na adolescência, o egocentrismo metafísico, encontra pouco a pouco, uma correção na reconciliação entre pensamento formal e a realidade. O equilíbrio é atingido quando a reflexão compreende que sua função não é contradizer, mas, se adiantar e interpretar a experiência. Este equilíbrio, então, ultrapassa amplamente o do pensamento concreto, pois além do mundo real, engloba as construções indefinidas da dedução racional e da vida interior (PIAGET, 1978b, P. 65)

Nesta fase, os adolescentes constroem seus valores morais, tornando-se indivíduos conscientes do seu próprio pensamento e podendo, assim, criticar os sistemas sociais e propor novos códigos de conduta. Durante esta fase os adolescentes são mediadores, saindo da infância e passando por várias descobertas, o que poderá gerar ansiedades, conflitos na busca de uma identidade, na qual vai gradativamente avançando para a maturação adulta.

São essas fases, descritas por Piaget em suas inúmeras pesquisas, que tomamos como base para todo e qualquer estudo sobre a compreensão do crescimento cognitivo do ser. Piaget destaca que para um melhor entendimento de cada fase, faz necessário compreender o conceito de operação, que é uma ação que se torna reversível em pensamento, ou seja, que pode seguir uma direção, ou mesmo a direção inversa. Assim, as operações suportam a noção de conservação, tornando-se o resultado do desenvolvimento cognitivo.

Para Piaget (1978a), a reversibilidade evidencia as operações como ações coordenadas e interiorizadas, praticadas simbolicamente, constituindo as estruturas lógicas do raciocínio, ou seja, transformando as ações lógicas reversíveis, capacitando a criança para ver o mundo objetivamente, como um conjunto de transformações manipuláveis, coerente, desenvolvendo as estruturas cognitivas, tornando-as cada vez mais equilibradas.

6 PROBLEMÁTICA

Partimos para esta pesquisa procurando saber se passados 78 anos da obra de Jean Piaget: “*O Juízo Moral na Criança*”, os dados que o mesmo encontrou sobre a aquisição do princípio da moral se mantêm em nossa atualidade?

Partimos de um levantamento bibliográfico que abrangeu teóricos e vários autores que pesquisaram a ética, a moral e o desenvolvimento da criança. Em princípio buscamos resgatar conceitos e origem da ética e da moral, um resgate de teóricos de suma importância para este estudo, como: Kant, Platão, Aristóteles, Durkheim, Nietzsche, baseados em alguns autores como Vázquez, Lourenço, Cortina e Martinez, Biaggio, dentre outros. Ao analisarmos a origem psicológica do desenvolvimento moral da criança, também buscamos suporte na teoria de Kohlberg, bem como de Jean Piaget. Logo depois, analisamos três perspectivas sobre o desenvolvimento moral, para assim investigarmos a fundo a pesquisa de Jean Piaget, intitulada de *O Juízo Moral na Criança*, obra que serviu como base para nossas inquietações enquanto pesquisador, afim de investigar o princípio e a consciência das crianças sobre as regras em nossa atualidade.

OBJETIVOS:

Objetivo Geral

Replicar o estudo realizado por Piaget sobre aquisição do conceito de regras das crianças.

Objetivos Específicos

- Verificar o conceito e significado da regra que as crianças de várias idades possuem;
- analisar o sentido de regra em cada idade;

- verificar se essas etapas são diferenciadas de acordo com o sexo;
- investigar se a passagem da autonomia está associada à conservação do volume e da massa.

7 INVESTIGAÇÃO METODOLÓGICA

A pesquisa científica é a realização de um trabalho de investigação que visa a busca de resposta às indagações de algum problema levantado pelo pesquisador. O objetivo fundamental da pesquisa é descobrir respostas para problemas mediante o emprego de procedimentos científicos. Pesquisar é uma atitude e uma prática teórica de constante busca que define um processo intrinsecamente inacabado e permanente (MENDONÇA, 2007b). De acordo com Lakatos e Marconi (2001, p.19), "a pesquisa pode ser considerada um procedimento formal com método de pensamento reflexivo que requer um tratamento técnico ou científico, e se constitui no caminho para se conhecer a realidade ou para descobrir verdades parciais".

Nossa pesquisa é descritiva e qualitativa, centrada na observação direta e indireta e no modelo clínico introduzido por Jean Piaget.

De acordo com Lakatos e Marconi (2001) na pesquisa de campo se observa e coletam-se os dados diretamente no próprio local em que se deu o fato em estudo, caracterizando-se pelo contato direto com o mesmo, sem interferência do pesquisador, pois os dados são observados e coletados tal como ocorrem espontaneamente.

Toda pesquisa descritiva visa descrever as características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis. Envolve o uso de técnicas padronizadas de coleta de dados: observação indireta (questionário e entrevista) e observação direta (registro direto de dados). Assume, em geral, a forma de levantamento. Lakatos e Marconi (2001, p. 21) enfatizam que a pesquisa descritiva aborda quatro aspectos específicos: "descrição, registro, análise e interpretação de fenômenos atuais, objetivando o seu funcionamento no presente".

A investigação qualitativa de acordo com Mendonça (2007b, p.79) "não utiliza métodos estatísticos, sendo portanto um trabalho descritivo". É um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números. A interpretação dos fenômenos e a atribuição de significados são básicas no processo de pesquisa qualitativa.

Partindo destas considerações podemos perceber que a utilização de uma metodologia correta favorecerá a busca correta e exitosa do conhecimento científico proposto.

Sujeitos

Os sujeitos da pesquisa foram 48 crianças, divididas em 12 grupos , sendo cada grupo composto por 4 crianças, 2 do sexo masculino e 2 do sexo feminino, na faixa etária de 3 a 14 anos ((2+2) x 12 grupos (3 a 14 anos)) (faixa etária proposta por Piaget em sua obra *O Juízo Moral na Criança*).

Instrumentos

Tratando-se de uma replicação de um estudo de Piaget sobre a aquisição do conceito de regras pelas crianças, seguimos o roteiro utilizado por Piaget. Escolhemos um jogo e utilizamos o mesmo protocolo usado por Piaget no seu estudo. Por o jogo de gude não ser hoje tão popular no Brasil como o era na Suíça o estudo das regras de jogo para efetuar a pesquisa, foi realizado com recurso ao jogo de futebol. Este jogo, como o de bolinhas de gude utilizado por Piaget, é um jogo popular praticado por todas as crianças brasileiras em qualquer espaço disponível, possui regras e proporciona movimento corporal da criança.

Muito conhecido e praticado pelas crianças em nosso país como também no mundo, o futebol faz parte de nossa cultura, no qual as crianças desde muito pequenas têm acesso e compartilham com seus amigos e familiares. Jogo, que vem vencendo os avanços da tecnologia, a geração dos jogos eletrônicos e ao acesso facilitado aos brinquedos industrializados. Foram essas as características que nos motivaram a selecionar para ser o instrumento de nossa pesquisa.

O jogo de bolas de gude utilizado por Piaget, também é conhecido aqui no Brasil, principalmente pelas crianças do interior do nordeste. Mas, muitas crianças das cidades grandes nem sequer tiveram acesso ou desconhecem as regras deste jogo.

Para o registro das observações, utilizamos como instrumento um gravador para uma melhor explanação dos registros e interpretação do que foi observado. Após as observações, utilizamos o diálogo, ou seja, uma entrevista com as crianças individualmente e com seus grupos de acordo com a faixa etária.

Para analisarmos se a passagem da autonomia está associada à conservação do volume e da massa (princípio de reversibilidade), recorremos a duas das provas de Piaget, a prova da massa de modelar e da água.

Procedimentos

Procuramos acordar com muita antecedência a seleção e a utilização de crianças para a nossa experiência. Para isso foi necessário solicitar a autorização tanto dos pais como da instituição. Por haver mais dificuldade no uso de espaço decidimos reservar um espaço que permitisse jogar futebol e deslocarmos até lá as crianças que entraram no experimento. Preparamos o espaço com um gravador que foi colocado em posição tecnicamente correta de forma o áudio de toda a entrevista bem como da prática. A pesquisa foi dividida em dois momentos. No primeiro momento reservamos os dias para a análise da consciência e prática das regras, no qual foi reservado 25 min. para cada sujeito da pesquisa. Um a um foram entrevistados, primeiramente sobre a prática das regras e posteriormente analisamos a consciência das regras. Na prática das regras as crianças explicavam de forma oral e na prática as regras que as mesmas conheciam do jogo de futebol. As crianças menores (3 – 7 anos) após a explicação das regras demonstravam em dupla com o investigador, depois mais uma vez em dupla com o colega da mesma faixa etária e do mesmo sexo utilizando 10 min. para cada dupla e por último eles jogaram com seu grupo da mesma faixa etária, sendo dois do sexo masculino e dois do sexo feminino, neste procedimento foram utilizados 10 min. para cada grupo. Com os demais sujeitos (8 – 14 anos) o procedimento foi o mesmo, só não foi solicitado que jogassem com o investigador, pois seguimos os mesmos procedimentos utilizados por Jean Piaget em sua pesquisa sobre O Juízo Moral na Criança.

Após a coleta dos dados da prática das regras, entrevistamos individualmente cada criança no qual coletamos os dados sobre a consciência das regras, seguindo os mesmos procedimentos utilizados por Jean Piaget, ou seja, pré-estabelecemos algumas perguntas importantes para a investigação e as demais surgiram mediante o discurso de cada criança entrevistada.

No segundo momento da pesquisa aplicamos individualmente com cada sujeito dois testes piagetianos, sobre o princípio da reversibilidade. Iniciamos com o teste sobre a conservação de substância (massa) e posteriormente aplicamos o teste sobre a conservação de volume, seguindo os mesmos requisitos utilizados por Jean Piaget, relatado no capítulo 5. Para a aplicação dos testes foram utilizados 10 min. para cada sujeito.

Usamos técnicas fundamentais na coleta dos dados (entrevistas e observações) e como qualquer outro tipo de pesquisa, partimos de um levantamento bibliográfico, levantamento este bastante aprofundado nas obras de Jean Piaget. Entrevistamos as crianças no mês de outubro no ano de 2010, seguindo o princípio de interrogatório utilizado por Piaget em sua obra *O Juízo Moral na Criança*, com um roteiro pré-estabelecido.

As observações e as entrevistas ocorreram em dias e horários pré-estabelecidos com os responsáveis pelas crianças, bem como a coordenação e professores da escola que nos cedeu o espaço físico e alunos. Esta escola trata-se de uma instituição particular do município de João Pessoa.

Após a coleta, transcrevemos todo o áudio das entrevistas na íntegra e posteriormente analisamos os resultados obtidos com os resultados alcançados por Piaget há 78 anos, em sua pesquisa da moral infantil. Em seguida, analisamos os resultados dos testes piagetianos sobre conservação de substância e de volume com a associação entre a passagem da autonomia.

8 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Para a apresentação e análise dos resultados buscamos seguir a ordem da efetuação da pesquisa. Primeiramente analisamos a Prática das Regras, logo após analisamos a Consciência das Regras. Posterior a essas duas análises, explanamos os resultados obtidos com os dois testes de conservação que são os de substância (massa) e depois o de volume e finalmente, elaboramos uma análise comparativa entre a passagem da heteronomia para a autonomia e o princípio da reversibilidade. Nas análises expomos apenas trechos das transcrições das entrevistas que consideramos fundamentais.

8.1 Análise da Prática das Regras

Seguindo o método de Jean Piaget em sua pesquisa sobre o Juízo Moral na Criança, analisamos primeiramente a entrevista com as crianças sobre a prática das regras. Buscamos através de interrogatório e da observação, analisar se os sujeitos envolvidos na pesquisa se adaptam às regras em função da sua idade e desenvolvimento mental. A análise se inicia de acordo com a faixa etária. Pretendemos saber se as crianças menores se enquadram nos primeiros estágios da prática das regras.

Em uma quadra de esportes cedida pela escola, entregamos uma bola de futebol para uma criança de três anos e cinco meses do sexo masculino, que denominamos de J. V.:

[...] E: J. V. de imediato corre em direção à bola e começa a chutar em todas as direções da quadra. M: – Vamos brincar, é tia? E: – Você gosta de brincar com bola? M: – Gosto. E:- Quando você está com a bola qual o jogo você mais brinca? M:- A bola, jogar. E:- Você brinca de quê? Vôlei, futebol, basquete? M:- De bola. E:- Me mostra como é que você joga a bola. (Ele chuta a bola para dentro da trave). E: O que você fez agora? M: – Foi um golo E:- Foi um golo! Muito bom! Mostra mais como se joga. (Ele faz outro golo). Quando eu era pequena eu jogava futebol, só que agora, depois que eu cresci, eu esqueci. Você pode me ensinar a jogar? M: – Pode E:- E como é que eu faço? (Neste momento ele coloca a bola no chão e chuta fazendo um golo). Você brinca com outras crianças assim? M: – É. E:- E o é que você brinca, explique à tia. É assim? (joga a bola para fora da quadra) M: - Não, é para ali. (aponta para a trave) E: - Então deixa ver se acerto agora. (jogo em direção à trave e faço um golo.) O que foi que eu fiz J.V.? M:- Golo. E:- Que legal! Como é que você joga com teu coleguinha? M:- Ele chuta a bola E:- Mas você chuta para ele? M:- Não. E: - Tem outra coisa nesse jogo que você possa fazer fora isso? M: – Não. E:- Como é o nome desse jogo? M:- Futebol. E:-Tem mais alguma coisa para a tia aprender no jogo de futebol? M: – Tem. E:- O quê? (ele não responde e fica chutando) E: -Se tiver outra criança jogando, as duas vão fazer golo na mesma trave? M:- Aqui (aponta para outra trave) E: - Quer dizer que um faz golo aqui e o outro ali. M: - Aqui também (apontando para outra trave). E: - Se eu estivesse jogando futebol, eu poderia jogar a bola naquela parede?M: - Não E:- Por que não? M:- Por que tem

que ir pra lá. (aponta para a trave). (Ao jogar com o pesquisador ele apenas ficava chutando a bola. Não fez golo e relatou que ninguém ganhou).

O mesmo procedimento foi feito com outra criança do sexo masculino, com três anos e três meses que iremos chamá-lo de T. As suas respostas não divergiram do garoto analisado anteriormente, havendo apenas um ponto de divergência. Vejamos:

[...] E: - Se eu quisesse jogar naquela outra trave eu podia? M: - Pode E:- Eu posso jogar de outro jeito, como jogar na parede, jogar para cima? M: -Não, é só ali (apontando para a trave). E:- E por quê? (Ele fica calado só olhando). E: -Mas se eu quiser jogar na trave do outro lado eu posso? M: -Sim [...]

Ao término da entrevista com T., solicitamos a presença de J. V., para que os mesmos jogassem juntos.

[...] E: - Agora os dois irão jogar juntos, certo? M: - Certo E:- Mostrem à tia como se joga futebol. Durante o jogo J. V. fica o tempo quase todo com o domínio da bola e não passa para T. E: - Os dois têm que jogar juntos? M: - Sim. E: - E T. não vai chutar na bola? (E ele chuta só uma vez). J.V. permanece com o domínio da bola. E T. fica brincando tentando subir na trave. [...]

[...] E: - Quem ganhou o jogo? (T. levanta o braço e grita). M: - Eu. E:- Foi T. que ganhou J. V.? M: - Foi E: - E quantos golos ele fez? M: - Ele fez dois. E: - Foi T.? M: - Foi. (Na verdade ele não fez nenhum golo e mal pegou na bola) [...].

Podemos perceber pelo discurso das crianças que os mesmos se enquadram na segunda fase da prática das regras, considerado egocêntrico por Piaget há 78 anos atrás. Pois as crianças não se preocuparam em unificar as regras, nem mesmo vencer um ao outro. Mostraram ter conhecimento de que no jogo existiam regras, mas a pouca idade não fornece uma cognição que os ajude a assimilar todas as regras. Demonstraram um conhecimento básico de chutar e fazer golo, adquirido mediante imitação nas ações no jogo, ações estas codificadas pela relação da criança com o meio. Durante a prática, duas características marcantes, foram que ambos brincaram sozinhos sem a preocupação com a vitória. Observamos que o próprio J. V. que possuía o domínio da bola enunciou que o seu coleguinha havia ganho o jogo, fato este não ocorrido. As crianças demonstraram exercitar as condutas do jogo por simples prazer funcional. Podemos considerar que mediante o resultado obtido, essas crianças em nossa atualidade com faixa etária de 3 anos de idade, estão inseridas na segunda fase da prática das regras.

Vejamos agora, o desempenho das meninas com a mesma faixa etária. A primeira a participar denominamos de G. com três anos e dez meses. A reação com a bola foi a mesma observada nos meninos, bem como as noções básicas do jogo percebida em sua faixa etária. Na hora do jogo com a pesquisadora, a mesma não interagiu muito, apenas ficou chutando a bola.

O procedimento se repetiu com a menina seguinte de três anos e dez meses denominada de M. e podemos considerar que as respostas das duas meninas foram equivalentes, divergindo apenas em um trecho da entrevista:

[...] E: – E o futebol eu posso jogar com a mão? M:– Pode. E:– Então mostra para a tia como é. (Ela joga com o pé e com a mão) Tá correto jogar assim M.? M: – Tá. [...] E:- Eu posso mudar a regra dessa partida de futebol? Por exemplo, e se eu jogar pra cima, tá correto? M: – Está.[...]

Após a entrevista individual, solicitamos do mesmo modo como fizemos com os meninos, que elas jogassem juntas.

[...] E: Durante o jogo M. ficava brincando com a bola (chutando) e G. ficava deitada no chão e tentava fazer cambalhotas. [...] Em nenhum momento G. tentou jogar com M. Perguntei se as duas estavam jogando juntas, e as duas responderam que sim. E: - Que jogo é esse, G.? M: – É cambalhota. E:– E o jogo de futebol com M.? M: – Estou jogando, tia. [...] E: – M. se apropria da bola e diversas vezes tenta fazer o golo e em outros momentos ficava jogando a bola para o alto com a mão [...] E:- M. você está jogando o quê? M: – Futebol, tia. E:– Do mesmo jeito que você me ensinou? M: – É. [...] E: – O tempo acabou quem ganhou? (Elas começam a rir e não respondem) [...]

Assim como os meninos, as meninas na entrevista não demonstraram conhecimento sobre as regras na prática do futebol. Tomamos em consideração a fase de desenvolvimento cognitivo e motor das crianças com esta faixa etária. Tanto G. como M. possuíam o conhecimento básico das regras do futebol, que é chutar a bola para fazer o golo. As duas meninas durante a prática, mesmo habituadas a brincar juntas na mesma sala de aula, não estabeleceram nenhum vínculo na brincadeira, procuraram brincar individualmente cada uma por si só, sem estabelecimento de regras. Apenas M. brincou com a bola como se estivesse jogando futebol, já G. não demonstrou nenhum interesse quanto ao jogo, inventado outra brincadeira no espaço cedido para a pesquisa (quadra de esportes). Atitudes típicas da fase em que se enquadram, que é a segunda fase da prática da regra, ou seja, fase

do egocentrismo. Não constatamos nenhuma atitude que possa ser destacada com as crianças nesta faixa etária para uma correlação quanto ao sexo.

Analizamos, no terceiro momento, a prática com todos jogando juntos. Vejamos:

[...] E: J.V. mais uma vez se apropriou da bola e não deixava os outros jogarem. [...] E: - Vocês não vão jogar futebol? (me dirigindo aos demais) M: - Vamos (responderam todos) E: Neste momento M. tenta tirar a bola de J.V. e os dois ficam agarrados à mesma. [...] M: - Tia, ele não quer soltar a bola (diz M.) E: - J. V. pode soltar a bola para todos jogarem? M: - Certo, tia [...] E: - Mesmo assim, M., T. e G. ficaram correndo pela quadra sem interesse em jogar o futebol. Já J.V. ficou mais interessado e continuou brincando com a bola sozinho. [...]

Mais uma vez as crianças não se interessaram em seguir regras, como também, brincaram essencialmente para si mesmas, ignorando os demais colegas ali presentes. Cada um buscou à sua maneira aproveitar aquele momento para explorar o universo destinado à pesquisa, sem competições, apenas aproveitando para brincadeiras, movimentos típicos da idade em que se encontram, que são adquiridos, por vezes, mediante a imitação dos maiores.

Partimos agora para a análise da prática das crianças com a faixa etária de quatro anos. De acordo com Piaget (1994), as crianças entre 2 e 6 anos estão inseridas na segunda fase da prática das regras, tendo em conta as suas condutas. Queremos saber se as crianças dos nossos dias atuam dentro da faixa etária descrita por Piaget, e se estão inseridas na mesma fase.

A criança a seguir possui quatro anos e sete meses e a denominamos de A. J. Seguimos o mesmo roteiro de perguntas e, por vezes, recorremos ao acréscimo de outras, tendo em conta a interação e o desenvolvimento cognitivo da criança. Vejamos algumas das suas respostas:

[...] E: -Você sabe o que é regra? (ele fica pensativo) M:- Eu não sei dizer, tia.[...] E:- Para ganhar o jogo de futebol como é que eu faço? M: - Joga com força. E: - Quer dizer que para ganhar é só jogar com força? M: - É. Aí tem que correr e chutar com força para ali (apontando para a trave) e corre para um lado e para o outro [...] E: - E se eu quiser fazer golo ali, eu posso? (aponto para a outra trave) M:- Pode. E: - Então deixa ver se a tia aprendeu. Se eu jogar assim está certo? (jogo para fora da quadra) M: - Não, você tem que jogar aqui. (mostrando o espaço dentro quadra) [...] E:- E se eu jogar com a mão está certo? M: - Não, é com o pé, tia. E: - Ah! Futebol só pode ser com o pé? M:- É. E:- Veja se agora eu aprendi (chuto em direção à trave) M:- Não, tem que ser assim olha (ele pega a bola joga um pouco para cima e depois chuta [...]) E:- E todos os seus amiguinhos jogam assim? M:- Jogam. E:- E agora estou fazendo certo? (jogo igual como ele me ensinou) M:- Ainda não. É assim olha. (repete a mesma coisa que ele fez anteriormente e o que fiz). Tento novamente como ele demonstrou. E: - E agora acertei? M: - Acertou. - [...] E:- Você fez golo, A.? M:- Fiz. E:- E jogar para a parede é golo? M: - Não, eu erre. E:- Então não foi golo? M: - Não [...] E:- E

como é mesmo que se faz o golo? M: - Tem que jogar ali (aponta para trave). E: - Certo [...] Continuamos jogando e ele fez um golo. E: - A. J. acabou o jogo, quem ganhou? M: - Foi você. E: - Eu? M: - Sim. E: - E quantos golos eu fiz? M: - Dois e eu fiz quatro. E: - Eu fiz dois e você quatro e eu ganhei a você? M: - Sim. E: - Qual é o número maior, o dois ou o quatro? M: - Não sei. E: - Quem tem mais? E: - Não sei, acho que é o quatro [...]

Observemos agora o discurso de outro garoto com quatro anos e quatro meses. Seguimos as mesmas perguntas feitas para A. J. e verificamos que o mesmo tinha a mesma concepção de regras do futebol como o garoto anterior, da mesma faixa etária. Podemos destacar apenas a sua consideração sobre o conceito de regras e sobre o resultado obtido no jogo entre o mesmo e a pesquisadora:

[...] E: - E o que são regras? (Fica alguns instantes pensativo) M: - É o que tem no jogo. [...] E: Ele não conseguiu fazer golo eu fiz um [...] E: - O que foi que eu fiz agora, G.? M: - Foi um golo. (respondeu neste momento todo tímido) [...] Após o término do jogo perguntei. E: - Quem ganhou? M: - Você. E: - Por quê? M: - Porque você fez um golo. [...]

Os meninos jogando juntos:

[...] E: No tempo estipulado, eles jogaram, tentando fazer golo. Um tentava tirar a bola do outro, sem nenhuma pronúncia, todos estavam calados, só jogando. [...] A regra para ambos era fazer o golo independente da trave, pois nenhum definiu qual seria o seu lado do golo. Tanto A. J. como G. em alguns momentos seguraram a bola com a mão [...] Quase no término do jogo A. J. fez um golo e comemorou; já G. ficou calado. Ao fim do jogo pergunto: Quem ganhou? M: - Fui eu (diz A.J. e G. permanece calado) E: - Por quê? M: - Porque eu joguei mais. E você viu o meu golo, tia? E: - Você concorda, G.? (Ele olha, mas não responde, continua brincando na quadra) [...]

Analisando a prática dos dois garotos de 4 anos, podemos perceber que ambos também se encontram na segunda fase da prática das regras, pois o prazer é essencialmente motor. As duas crianças demonstram alguns conhecimentos básicos, mas na prática muitas vezes deixaram de lado as regras transmitidas para seu favorecimento, como por exemplo, o próprio golo que o A. J. não realizou (jogando para a parede) no momento da explicação das regras, bem como, ambos seguraram a bola com a mão durante o jogo, atitude não aceita durante a explicação das regras; mas na prática entre eles, os mesmos não respeitaram. Mas A. J. demonstrou um grande interesse em ganhar o jogo, (que não é tão característico da fase) já G. em nenhum momento demonstrou esse interesse (bem característico da fase), o seu interesse era apenas brincar com a bola.

Partimos para o estudo da prática com as meninas, da mesma faixa etária. A primeira, com quatro anos e quatro dias intitulamos de M. E.. As suas respostas e demonstrações da prática do jogo também não divergiram dos meninos. Quanto ao conceito de regras, a mesma não soube definir assim como A. J.. Ao término do jogo, a mesma considerou que ambas (ela e o pesquisador) haviam ganho o jogo, mesmo sem nenhuma fazer golo:

[...] E: - Quem ganhou o jogo? M: - Foram as duas. E: - E podem ganhar as duas? M: - Podem. E: - Quem fez o golo? M: - Foi você. E: - E pode ganhar sem fazer golo? M: - Pode.[...]

O mesmo procedimento foi feito com outra menina de quatro anos e nove meses que chamamos de R.. Para ela os objetivos do jogo são os mesmos descritos por seus colegas de sala com sua faixa etária, apenas com alguns detalhes que não foram explicitados pelos demais. Vejamos apenas algumas de suas respostas que merecem destaques:

[...] M: - As regras, é jogar sem errar [...]. M: - Pode jogar com a mão também, mas tem que fazer golo com o pé (ela falou isso porque pegou com a mão a bola). [...] M: - Eu faço golo aqui e você ali (mostrando as traves). [...] M: - A bola não pode sair da linha (explica durante o jogo. E: (Nesta hora fico no domínio da bola e faço um golo. Ela ignora e continua a jogar) [...] M: - Todos têm que jogar igual (ela tenta fazer um golo, mas não consegue) [...] (O tempo acaba e pergunto) E: - Quem ganhou? M: - Fui eu. E: - Por quê? M: - Porque eu fiz um golo. E: - E eu? M: - Você não fez. E: - Por isso você ganhou? M: - Foi [...]

As meninas jogando juntas:

[...] E: As duas tentaram jogar juntas, mas elas demonstravam medo de tirar a bola uma da outra [...] Só prestavam atenção uma à outra, jogavam apenas com os pés. A bola saiu da quadra por várias vezes, mas as mesmas não se importavam [...] M, E. ficou um período maior com o domínio da bola, e R. ficou correndo pela quadra [...] Durante o jogo nenhuma fez golo. E: - Quem venceu? M: - Foram as duas (M. E.). (E R. repete o que M. E. falou.) E: - R. você concorda ou discorda com o que ela falou. Que as duas ganharam? M: - As duas ganharam (R.). E: - Quem fez golo? M: - Nenhuma (M.E.) [...]

Ao analisarmos a explicação da prática dada pelas meninas, encontramos uma atitude que nos chamou atenção quanto ao estudo da diferenciação de acordo com o sexo. As duas demonstraram conhecimentos básicos como os meninos da mesma faixa etária, cada uma indicando as regras de maneira diferente, mas durante a prática com o pesquisador, ambas sentiram a necessidade de ganhar o jogo. M. E. relatou que tanto o

pesquisador como ela não haviam feito golo, mas mesmo assim as duas seriam vencedoras. Já R. se utilizou de um falso resultado para o seu favorecimento, invertendo o ponto feito através do golo do pesquisador e se considerou a vencedora do jogo. Neste ponto os meninos não demonstraram a necessidade de vencer o jogo, pelo contrário, elaboraram um falso resultado para favorecer o pesquisador. Será essa atitude um indicador que as meninas estariam um passo mais avançado para a iniciação da próxima fase, visto que nasce um desejo de ser o vencedor?

Observemos todas essas crianças com faixa etária de quatro anos jogando juntas:

[...] E: Durante o jogo, eles decidiram que jogariam meninas contra os meninos. Os meninos possuíam todo o domínio da bola, M. E. buscou várias vezes tomar a bola dos meninos. R. já não demonstrava esse interesse. [...] O jogo não existia uma regra unificada, tudo era possível, pegavam a bola com a mão para posicionar a bola e jogavam fora do limite da quadra. Após alguns minutos do jogo G. não demonstrou mais o interesse pelo jogo, assim como R. e ficaram apenas correndo pela quadra. Já A. J. e M. E. buscavam jogar e fazer o golo. A. J. fez dois golos e M. E. fez um golo.[...] E: – Quem ganhou o jogo? M: – Fui eu disse A.J. (M. E. neste momento também se pronuncia:) M:– Eu também ganhei. E:– E os seu colegas? (pergunto direcionado para A. J. e M. E.) M:– Eles não jogaram muito (responde A. J. e M. E. confirma) E: Os demais limitaram-se a olhar e não demonstraram nenhuma reação de oposição. [...] Pergunto aos mesmos E: – O que vocês acham. Quem ganhou o jogo? M: – Foi M. E. (responde R., se excluindo da dupla e G. fica calado). E: Para A. J. e para M. E. os dois ganharam [...].

Já através desse jogo entre iguais, observamos que não existe um desejo de ganhar nas duas meninas, pois demonstram características da fase do egocentrismo, visto que não há um jogo unificado e a participação dos jogadores é apenas pura diversão individual, o vencer fica a cargo de acordo com o ponto de vista de cada um. As crianças G. e R. se enquadram bastante nesta fase, já M. E. e A. J. demonstraram um pouco o desejo de vencer, mas aceitaram com tranquilidade a vitória de ambos, embora na realidade o A. J. e a sua equipa tenha ganho o jogo e mesmo assim não se importou em dividir essa vitória com a sua colega de sala. De acordo com Sousa (2006) seguindo a teoria de Piaget, a criança nesta fase joga sozinha por alguns momentos sem se preocupar com os outros jogadores e em alguns momentos joga com os seus parceiros, mas sem codificações de regras e sem união dos procedimentos, principalmente por apresentar atitudes individuais, adquiridas no seu meio através da imitação.

Examinaremos agora as crianças de cinco anos. À primeira criança chamaremos de L.. É do sexo masculino e tem cinco anos e nove meses. Vejamos parte da sua entrevista:

[...]E: – Você sabe o que é regra? M:- Acho que sei. E: - E o que é? –(Fica pensativo)
M: - Acho que é quando a gente tem que fazer alguma coisa que não pode fazer errado. E: – O futebol tem regras? M: – Tem. E: – Você sabe me explicar as regras do futebol?.M: – Sei não.
[...] E: – E as regras com que você brinca? M: - É assim, brincando. [...] E: – E se eu jogar com a mão? M: – Não pode porque é falta. E: - E o que é falta? M: - É quando pega com a mão e derruba alguém, aí é falta. E: – Mas eu só peguei com a mão e não derrubei ninguém e aí é falta? M: – É e o juiz puxa o cartão vermelho e expulsa. E: – E tem outro cartão que o juiz pode mostrar? M: – Tem. E: – Qual? M: – O amarelo. E: – E o que ele faz? M: – É para o juiz anotar o que os jogadores fizeram de errado. E: – E o jogador pode levar dois cartões amarelos? M: – Pode. E:– E três? M: - Não. E: – Por quê? M: - Porque ele não pode. E: – Quer dizer que eu tenho que fazer golo desse lado? M: – É. [...] E: – E quem participa do jogo? São só os jogadores? M: – Não, também tem o goleiro. E: – É só um goleiro? M: – Não, são dois. Um de cada time. E: – E se um goleiro se machucar, fica sem ninguém? M: - Tem dois goleiros e um fica no jogo e o outro sentado e se precisa ele entra. E: – E com os jogadores acontece a mesma coisa? M: – Chama o médico que coloca remédio e ele volta a jogar. E: – E se ele tiver muita dor? M: – Aí entra outro. E: – E se alguém receber um cartão vermelho, alguém entra no lugar do outro jogador? M: – Não [...] E: – E tem mais alguém participando do jogo? M: - Tem o juiz e o bandeira E: – São quantos bandeiras? M: – Dois. E: – E eles ficam aonde? M: – Fica um ali e o outro ali (aponta para as duas pontas da quadra). E: – E serve pra quê o bandeira? M: – Pra marcar impedimento. E: – E o que é impedimento? M: - Se a pessoa for em frente é impedimento e se a pessoa estiver um pouco na frente (mostrando o espaço próximo a trave) é impedimento. E: – Vamos jogar pra vê se eu aprendi. M: – Vamos. (Ele coloca a bola no chão e começa a chutar em direção à trave) E: – E agora L. o que é que eu faço? M: – Tem que defender a bola. [...] E: – Você fez golo e a bola passou por baixo das minhas pernas! M: - Foi (dá uma risada). O jogo continua e eu não fiz golo. Ele jogou com muito domínio de bola e respeitando as regras que transmitiu. E: - Quem ganhou o jogo L.? M: – Fui eu. E: – Por quê? M: – Porque eu fiz o golo e você não defendeu [...]

O segundo garoto chamamos de R. de cinco anos e oito meses. Em sua entrevista e prática, comparado com o garoto anterior, podemos dizer que L. possuía um pouco mais de conhecimento sobre as regras do jogo, mas os conhecimentos básicos do jogo foram bem explicitados por R. Seguem alguns trechos da sua entrevista que merecem destaques:

[...] E: - E o que são regras? (para e pensa) M: – Não sei dizer, mas acho que é o jeito de jogar. [...] E: – Você sabe as regras do futebol? M: – Todas as regras não, mas eu sei jogar futebol. E: – É diferente o jeito que você joga e as regras do futebol? M: – É. E: - E como é? M: – As regras são assim, se bater as bola ali, ali e ali (mostra as extremidades das traves) é errado e sai do jogo e não volta. [...] E: – Eu jogo para ali?(aponto para fora da linha) M: – Não, é errado. E: – Por quê? M: – Porque tem que ter outro jogador ali para poder pegar a bola. [...] E: – Joga comigo. (ele quer ficar o tempo todo com a bola. Joga para a mesma direção que eu joguei anteriormente). E: – Você falou que era errado jogar para esse lado? M: – Mas agora pode. [...] E: – E agora eu fiz o golo R.? M: – É. E: – E continuamos jogando [...] E: - Acabou o jogo R.. Quem ganhou. M: – Deu empate. E: – Os dois? E: – Eu fiz quantos golos, R.? M: – Um. E: - E você? M: – Também um (ele não fez golo) [...].

Podemos perceber pelo discurso das duas crianças que as mesmas começam a adquirir um pouco mais de conhecimento de regras do jogo. Seguindo o pensamento de Inhelder (1986), conforme mencionamos em nossa fundamentação teórica, as crianças entre 4 a 7 anos passam por uma construção contínua de seu desenvolvimento cognitivo e motor, um crescimento progressivo que se solidifica a cada novo conhecimento inserido em seus esquemas já adquiridos.

A primeira criança, respeitou as regras durante o jogo, já R. não respeitou, visto que as suas explicações não o favoreciam durante o jogo. Para Piaget (1978b) a criança desta idade mediante o seu imaginário, sua espontaneidade de pensar e de seus hábitos de jogo, podem não se preocupar com a verdade objetiva e deformar a realidade a fim de submetê-la aos seus desejos.

Quanto ao conceito de regra, L. considerou que seria um ato que não pode errar, já R. o considerou como uma atitude de jogar.

Analizamos agora dois meninos com cinco anos jogando juntos:

[...] E: Os dois ficavam tentando tirar a bola um do outro para fazer o golo.[...] Durante o jogo L. fez 2 golos e R. fez 1. Os dois jogaram com as mesmas regras. Só tentando tirar a bola do outro para fazer o golo. L. demonstrou muita habilidade com a bola, tentava fazer dribles, mas demonstrou pouco dos seus conhecimentos que havia descrito anteriormente durante o jogo. Ele diferente de R. reclamava sempre que a bola saia da quadra.[...] R. ficava mais retraído, diante dos dribles de L. [...] E: – Quem ganhou? (pergunta) M: – Claro que fui eu tia. (diz L. com um ar de vencedor). E: – Você concorda R.? M: – Não. – Os dois ganharam. E: – Por quê? M: – Porque os dois fizeram golo. M: – Mais eu fiz dois (diz L.) M: – Está bom. (diz R. com ar de raiva) [...].

Analisando a prática entre as duas crianças (L. e R.), podemos perceber que não há um interesse social, mas existe uma conduta socializada, com prevalência no prazer em conseguir acertar e desenvolver suas habilidades, fato este bem marcante nas observações feitas em L., que, durante a entrevista, anunciou que fazia parte de uma escolinha de futebol. O fato de L. fazer parte de um círculo social em que está constantemente vivenciando a prática do futebol, o favoreceu no que diz respeito ao conhecimento das regras do jogo. O conhecimento por ele relatado traduz algumas minúcias das regras, em virtude do seu grande interesse pelo jogo e pelas informações e práticas obtidas em sua escolinha de futebol. Mesmo assim, não respeitou todas as regras descritas, mas respeitou o resultado do jogo tanto com o pesquisador

como com o seu colega. R. no início do jogo estava mais empolgado, mas depois ficou um pouco inibido mediante a habilidade dos dribles de L. e não aceitou com facilidade o resultado final, só o fez depois da intervenção de seu colega.

Vejamos o que diz o grupo das meninas participantes, chamaremos à primeira de N., com cinco anos e quatro meses e à segunda de La., de cinco anos e dez meses. Na análise de suas respostas podemos destacar alguns detalhes no seu discurso que chamam a atenção quando comparadas com o dos seus colegas, mas a noção de futebol que as mesmas possuem, é equivalente à demonstrada pelos meninos.

[...] E:– E o que são regras? M: – Aí tia, é, é o jeito que deve jogar. [...] E: – Se eu jogar à bola para aquele lado é certo? M:– Não que ali é fora. E: - E aí eu faço o quê? M: – Aí você tem que pegar a bola e jogar de novo. E: – E quem pega a bola sou eu? M:– É o homem que tem um negócio assim, uma bandeira. E:– Ah,é o homem da bandeira, não é? M: - Aí o homem da bandeira pára o goleiro. E: – Mas é o homem da bandeira ou o jogador que joga? M: – O homem da bandeira joga para o goleiro e o goleiro joga para os jogadores de novo. E: – São quantas pessoas que podem jogar no futebol? M: – Eu só sei contar até 20. E: – Você acha que é mais ou menos de 20? M:- É muita gente jogando. Eu acho que é mais de 30 [...]. E: – E quando eles estão jogando, um joga para o outro, é? M: – É, mas a pessoa tem que jogar para o goleiro que não é do time da pessoa. [...] (Eu fiz um golo e ela já correu para pegar a bola) E: - E agora, N. ,o que é que eu faço? M: – Tem que ficar ali (apontando para a minha trave) E: – E eu não posso sair daqui? M:- Não, você é goleiro. (Ela continua jogando e tenta fazer o golo) M: – Aí está tia, foi fora. E: – E não foi golo? M: – Não eu errei, agora foi ponto teu. E: – Ponto meu? M: – É, quando vai para fora é ponto do outro jogador [...]. (Continuamos jogando, respeitando a regra dela, de quem era a vez) [...] E: – O jogo acabou N.. E quem ganhou? E: - Fui eu. E: – Por que? M: - Porque eu fiz dois pontos e você fez 1. (Eu que fiz um golo e errei duas vezes na trave e ela não fez golo e jogou uma vez na trave) [...] M: - Tia, e tem o tempo e um homem que diz que acabou. E: – Um homem? M: – É. (ela fica pensativa e diz:) É o juiz. E: – E o que é que o juiz faz no jogo? M: – É assim, o goleiro fica de um lado e o outro do outro lado e o jogador joga para o golo e o juiz diz GOOOLO. E: – Agora entendi, é o juiz que grita o golo. M: – É. – E: - E se alguém cair, se houver briga, alguém faz alguma coisa? M:– Se alguém fizer alguma coisa errada, o juiz pode dar um cartão vermelho ou amarelo. E: – E para que servem esses cartões? M: – O cartão vermelho é ‘mais pior’ que o cartão amarelo. E: – E o vermelho faz o quê? M: – Com o cartão vermelho ele fica anotando os coisas erradas. E:– E o cartão amarelo? M: - O amarelo também é para isso. E:– E por que o vermelho é pior? M:– É porque ele anota as coisas mais erradas no vermelho. E: – Ah! [...]

No diálogo com a menina La. observamos que a mesma conhecia o básico do jogo, como fazer o golo, não pegar com a mão, não jogar para fora, tudo o que seus colegas mencionaram. Vejamos alguns destaques do seu discurso e prática:

[...] E: - E o que são regras? M: – Regras é quando não pode errar a maneira de jogar [...] E:– Eu posso sair daqui, perto da trave? M: - Pode e não pode. E: – Se eu quiser fazer golo sem você estar na trave, eu posso? M: – Não. E: – Só se o goleiro estiver na trave? M:- É. E: - Vamos continuar jogando. (continuamos jogando até terminar o tempo pré-determinado. L.

ficava tentando fazer golo, e eu só pegava na bola quando a bola saía do domínio dela) E: - La. você fez um golo e a bola passou por baixo das minhas pernas. M: - Foi (ela abre um grande sorriso). E: - Se eu jogasse a bola e batesse na sua perna e você caísse e se machucasse, aconteceria alguma coisa? M: - sei não. E: - Quem ganhou o jogo? M: - Sei não. E: - Eu fiz golo? M: - Não E: - E você, fez? M: - Fiz. E: - E quem ganhou? M: - Sei não [...]

Pelo discurso N. e La. apresentaram conhecimento das regras e enfatizam com fluidez. Em relação ao conceito de regras podemos destacar que as duas enfatizaram com o mesmo sentido, ou seja, a maneira como se deve jogar. Durante a prática com o pesquisador, N. não respeitou as regras expostas, mas inventou novas regras para o seu favorecimento, assim como para relatar o resultado, pois mesmo sem ela ter ganho, assumiu o êxito da vitória. Já La. respeitou mais as regras, mas na hora do resultado ela não revelou que havia ganho, mesmo sendo o mérito dela.

Vejamos as duas jogando juntas

[...] E: N. era do time do Brasil e La. era do Botafogo. N. disse que no jogo de futebol eram duas bolas (queria jogar com duas, uma ficava com ela e a outra com La.) Perguntei a La. se estava correto jogar com duas bolas. M: - É uma bola só. E: - E aí, N., é com duas ou uma? M: - É que começa com uma só. E quem joga pela primeira vez e diz quando começa é o bandeira. M: - Tia. você é a juíza (falou La.) [...] E: Teve um momento do jogo que N. andou com bola na mão e La. disse que estava errado. N. falou que estava apenas colocando a bola no lugar. [...] Elas continuaram jogando, uma tentando tirar a bola da outra para fazer golo. Quase no final do jogo N. falou que tinha feito um golo e eu perguntei: E: - Você fez agora? M: - Não, fiz antes. E: - Ela fez um golo La.? Ela balançou a cabeça dizendo que sim. (só que não ocorreu golo algum) Perguntei como tinha sido o golo. E ela falou que a bola entrou na trave. N. relatou que também L. havia feito um golo e La. confirmou. N. gritou dizendo que tinha feito outro golo, só que La. segurou a bola e perguntei: E: - O golo é quando a bola entra na trave? M: - É mais se uma pessoa chuta e a outra pessoa pega é golo dessa outra pessoa. Foi meu irmão que me ensinou. É assim se eu pegar a bola é golo meu e se ela pegar é golo dela. E: - Está correto La., a maneira que N. está falando? M: - Está. (Elas continuaram jogando e La. defende mais um golo)[...] M: - Tia é golo de La. Ela segurou. E: - Quem ganhou o jogo? M: - Fui eu (grita N.) Éita, não foram as duas eu fiz 2 golos e La. também [...]

Durante o jogo entre as meninas, foi observado que N. tenta a todo o momento comandar o jogo e sempre tentando armar uma situação que possa favorecê-la. La. fica mais reservada, mas participa no jogo ora aceitando as regras impostas por N., ora não. Ao relatar que ganhou, N. se pronuncia logo, mas ao olhar para a sua colega volta atrás e diz que ambas ganharam, quando na realidade não era o caso. Ou seja, N. demonstra neste momento um lado cooperativo, que não é tão comum para essa idade segundo os estudos Piagetianos. Também podemos considerar que ao jogar com o pesquisador a

mesma fez questão de ganhar, atitude que também não faz parte da fase do egocentrismo.

Para uma melhor análise, vejamos o jogo das quatro crianças com a mesma faixa etária:

[...] E: Na hora do jogo eles resolveram que iriam jogar as meninas contra os meninos. Quem ficava mais com a posse da bola era L.. As meninas ficavam mais recuadas, não iam tentar pegar a bola. R. na maioria do tempo ficou encostado na trave. L. fez 1 gol e as meninas nenhum. [...] Depois pedi para que se misturassem meninos e meninas. Jogando um menino com uma menina em cada time. Mas as meninas durante o jogo só queriam ficar juntas e não se interessaram muito em jogar com os meninos. [...] Em um momento em que La. tentou tirar a bola de L., ele falou: M: - Se você fizer uma falta na área é pênalti. E: Mas as meninas não aceitaram. No final L. e R. ficaram com 3 golos (feitos por L.) e R. e La. com nenhum. E: - Quem ganhou? (pergunta) M: - Foi a gente (diz L. e as meninas confirmam) [...]

Já no jogo entre iguais, podemos considerar que todos se enquadram na segunda fase da prática das regras, visto que comparando com a pesquisa de Piaget, as crianças de 5 anos de nossa atualidade se encontram na fase do egocentrismo na prática das regras, por jogarem para si só, ou seja, sem o interesse de cooperação com o companheiro do jogo, fechadas em seus pontos de vista, tendo em conta as representações que as crianças fazem das suas relações com mundo que as cerca, visando apenas seu prazer e as suas conquistas, seja a de ser o vencedor, ou apenas a de acertar. Mas podemos destacar um ponto: é que durante a análise da prática entre essas crianças jogando com os parceiros do mesmo sexo e com o pesquisador, 50% demonstrou uma necessidade de ganhar, em ser vencedores, característica que não é tão marcante nesta fase segundo a teoria de Piaget. Seria, portanto um avanço no comportamento das crianças em nossa atualidade, visto estarmos a viver numa sociedade cada vez mais competitiva?

Analisemos agora o comportamento das crianças com a faixa etária de seis anos de idade. A primeira chamaremos de M. de seis anos e três meses. Segue uma parte da sua entrevista, visto que grande parte do seu discurso corresponde às respostas dadas pelas crianças já entrevistadas.

[...] E: - O que são regras? M: - Acho que é o manual do jogo. E: - Manual? M: - É, dizendo como é que joga. [...]

[...]M: - Se você vem com a bola e outro jogador der um empurrão e você cair, é pênalti e é falta e leva cartão amarelo. E o juiz apita com o apito [...]

[...] E: - Tem quantos jogadores em cada time? M: - Tem 10 e 10. E: - Contando com o goleiro? M: - Não, aí faz 11 jogadores. [...] (Durante o jogo eu chutei para a trave e fiz um

golo do lado dele).M: – Não tia, esse é o meu golo. E: – E agora. –Você fez um golo pra mim. (Durante todo o jogo ele foi me ensinando como chutar direito).

[...] E: (Ele fez um golo e como eu tinha feito um golo contra ele ficou com 2 golos). [...] Explicava sempre dando exemplo com vários jogadores no campo).E: - Quem ganhou M.? M: – Fui eu, pois eu fiz 2 a 0 contra você.

Quanto à segunda criança, que chamamos de P., de seis anos e quatro meses, poucas foram as respostas que divergiram da primeira criança de seis anos durante a entrevista sobre a prática. Destacamos alguns momentos do seu discurso:

[...] E: O que são regras? – M: É as leis do jogo.

[...] – E: São quantas pessoas que participam? M: - Sei não. E: – Mas, são quantos times? – M: São dois. E: – Fora os jogadores, tem mais alguém no campo? M: – Tem o goleiro e o treinador [...]

(Durante o jogo entre o menino e o entrevistador, observou-se que o menino não respeitou as regras descritas na entrevista. Queria apenas fazer o golo, mas não conseguia) [...] E: – Eu fiz um golo, P.? M:– Fez. [...] E: - Quem ganhou P.? M: Os dois. E: – E por quê? M: – Porque foi os dois (ele não fez golo).

Ambos possuem o mesmo conceito de regras, pois um caracterizou que seria um manual do jogo, explicando como se joga e o outro considerou que seriam as leis do jogo, ou seja, os dois possuem algum conhecimento sobre o que são regras. Um ponto que merece ser destacado é quanto aos resultados do jogo, pois M. confirmou o resultado obtido no jogo, sem fazer nenhuma alteração, lembrando que o resultado o favoreceu. Já P. considerou que ambos (ele e o entrevistador) haviam ganho o jogo. Resultado que não se confirma, pois o mesmo não fez nenhum golo.

Passemos agora para a análise dos dois meninos jogando juntos:

[...] Durante o jogo os dois jogaram com tranquilidade, com objetivo apenas de possuir a bola e fazer o golo. As regras expostas durante as entrevistas não foram observadas. Não houve diálogo entre os dois durante o jogo. [...] Ao término do jogo M. fez um golo. E: – Quem ganhou? M: – Foi M. (grita P.) [...]

Na análise da prática entre os dois meninos observamos que houve o respeito pelas regras impostas por eles, não houve grande interação e quanto à aceitação dos resultados P. logo enfatizou que seu colega havia ganho o jogo, atitude divergente quanto ao resultado do jogo com o pesquisador.

Passemos para a análise das meninas da mesma faixa etária jogando em separado e juntas e, posteriormente, analisaremos todos jogando juntos.

A primeira denominamos de L. com seis anos e onze meses. Seu discurso quanto às regras do jogo em nada diferem dos meninos, pois ela explicou as regras básicas do que seria o golo, o número de times jogando em uma partida, falou do juiz, dos cartões amarelo e vermelho, da bola fora, de entre outras regras já expostas. Mas destacamos alguns trechos que consideramos importantes para a análise:

[...] M: - Regras são as normas do jogo. Meu pai disse que devemos respeitar todas as regras. (anteriormente ela comentou que seu pai trabalha no quartel) [...]
 [...] Após suas explicações, partimos para a prática. Mal entramos na quadra ela já chuta a bola em direção do golo. M: - Já fiz um golo. E: - E agora? M: - Você tem que tentar fazer um também. (nesta hora eu jogo em direção a outra trave, mas não acerto). M: - Você fez golo tia! E: - Eu fiz? Mas a bola não entrou. M: - Está um a um. E: - Mas se eu acertar fora é golo? M: - Não. E: - E como é que está um a um? M: - É eu errei. E: - Mas se eu quiser pegar com a mão eu posso? - Não.[...]
 (Durante todo o jogo, ela vai explicando que tem que jogar para fazer o golo) [...] L. fez outro golo. Após o término do jogo eu perguntei: Quem ganhou? - M: Fui eu, porque eu fiz 2 golos.

A segunda menina foi denominada de J. de seis anos e onze meses.

[...] M: - As regras é tudo que deve fazer no jogo. [...]
 [...] E: - E se a bola for para fora? M: - É pênalti. E: - E como é pênalti? M: - Se bater atrás da trave é pênalti. E se jogar assim para dentro é gol. E: - E como eu cobro o pênalti? M: - Você para a bola e depois chuta. E: - Mas se uma pessoa vem correndo e joga no meu lugar é certo? M: - Você tem que correr e chutar, se ele chutar é golo para você.[...]
 (Durante o jogo as atitudes foram as mesmas observadas na sua colega. Tomou posse da bola logo no início do jogo e decidiu o seu lado do jogo.)
 [...] (No início do jogo J. fez um golo no lado do pesquisador.) E: - Você fez um golo no lado que é para eu fazer. M: - É eu errei. É golo teu. (Pouco tempo depois ela fez um golo, na outra trave) M: -Tia eu fiz um golo, agora está um a um. E: - Se eu quiser jogar para ali, eu posso? (fora) M: - Pode, mas o goleiro pega e joga para os jogadores.[...]
 [...] E: - Quem ganhou J.? M: - As duas. Foi empate. Eu fiz um gol o e o outro eu errei e foi golo teu.

Diante das observações, podemos enfatizar que as duas meninas de seis anos apresentam atitudes da prática e conhecimentos convergentes. Quanto ao conceito de regras, caracterizaram com o mesmo sentido. Podemos ressaltar que L. mencionou o termo “normas” não muito utilizadas entre as crianças de sua idade, e ainda acrescenta que seu pai a ensinou a respeitar as regras. Podemos considerar que este vocabulário seja proveniente da relação com o pai, visto que a mesma relata durante a entrevista que seu pai trabalha no quartel e que sempre joga futebol no trabalho do pai.

Quanto aos resultados, tanto L. como J. respeitaram o resultado. J. ainda confirma o seu golo contra e repassa o ponto para o pesquisador.

Todas as crianças de seis anos jogando juntas:

[...] Resolveram jogar meninos contra meninas. Não aceitaram a proposta de jogarem em grupo misto. [...] Durante a partida as meninas ficaram aborrecidas porque só os meninos ficavam com a bola. J. reclamou várias vezes porque os meninos não a deixavam pegar na bola. Eles também resolveram quem seriam os goleiros e os jogadores. [...] Jogaram sem regras, sem comunicação entre eles, não havia uma interação entre os seus iguais, o objetivo era apenas pegar a bola. L. mal se interessou pelo jogo, ficou dançando na quadra, próximo à trave. [...]

Ao término do jogo pergunto: E: - Quem ganhou? M: - Foi empate 0X0 (falou L.) E todos concordaram [...]

Considerando todas as análises, estas crianças também estão inseridas na segunda fase da prática das regras, ou seja, no egocêntrico, por todas as características mencionadas nas análises anteriores, ou seja, mesmo as crianças possuindo conhecimentos um pouco mais elaborados das regras do jogo, na prática não eram aplicadas. Durante o jogo não havia interação entre eles, cada um jogou de acordo com seu ponto de vista e apenas uma das crianças modificou o resultado do jogo para também considerar-se ganhadora.

De acordo com a teoria de Piaget, as crianças de sete anos de idade já se encontram na passagem para a terceira fase da prática das regras. Vejamos se o mesmo ocorre com as crianças pesquisadas, lembrando que seguimos a mesma estratégia de perguntas.

A primeira criança é um menino de sete anos e onze meses que denominamos de J.V.:

[...] M: - Regras são as normas do jogo, que você deve seguir. [...]

[...] M: - Sim, aí ele deve chutar para outro jogador. E: - Pode ser qualquer jogador? M: - Não, só pode ser para o seu time. Aí você faz uma armadilha e engana tanto esse jogador que está te marcando, como o goleiro, que fica preparado esperando você chutar para fazer o golo. E: - É correto enganar os outros jogadores? M: - No jogo sim, porque se eu não fizer isso eles vão ser mais espertos e vão tomar a bola e fazer o golo. Todos os jogadores que estão na minha frente estão concentrados em mim. E eu tenho que enganar os outros para fazer o golo.[...]

[...]M:- Existe uma diferença de trave e travessão. Travessão é essa parte. (mostra a parte superior da trave) Tem vários tipos de fazer gol. E: - Vários! Como? M: - Tem gente que faz o golo assim (chuta em direção à trave), tem gente que dribla o goleiro ou os jogadores e chuta e se você quiser fazer golo bonito, você dribla e depois chuta assim (ele faz charme e chuta de costa), que se chama golo de letra, tem também o de cobertura que é assim (ele chuta a bola alta e diz que passa pela cabeça de outro jogador [...])

[...] (Durante o jogo) E: - E você pode deixar eu correr assim com a bola e fazer golo sozinha? (nesse momento faço um gol) M: - Depende, só quando não dá para chegar no jogador. E: - E eu posso ser jogador e goleiro ao mesmo tempo? M: - Quando só tem dois é.[...] (Continuamos jogando e ele demonstrou muita habilidade com a bola) M: - Você jogou para fora. (diz J. V.) Sou eu que jogo agora. (Ele vai jogando e explicando e faz um gol).[...] E: - Quem ganhou esse jogo, eu ou você? M: - Foi empate. E: - Por quê? M: - Porque eu e você fizemos um golo [...]

Percebemos, portanto um grande amadurecimento no discurso e no conhecimento da prática.

Passemos para o discurso do segundo menino, para um melhor respaldo nas análises. Destacamos alguns trechos que não foram mencionados por J. V., os demais são dados já mencionados. Denominamos de B. com seis anos e doze meses.

[...] M: - Regras eu não sei explicar direito (para e pensa), mas acho que são as leis do jogo.[...]

[...]E: - Vamos jogar para ver se eu aprendi. M:- Vamos. (Jogamos e ele respeitou algumas das regras que ensinou como, por exemplo, a bola fora. Outras ele não falou nada).

[...] E: - Quem ganhou? M: - Foi empate, ninguém fez golo [...].

B. também demonstrou um conhecimento mais avançado das regras do jogo de futebol, relatou várias situações, desde a falta, pênalti, bola fora, o papel do juiz, a utilização dos cartões, de entre outros. Mas J.V. relatou com mais segurança e propriedade o assunto. Quanto ao conceito de regras, ambos demonstraram ter conhecimento de seu significado.

Vejamos as atitudes dos dois jogando juntos:

[...] E: Os dois jogam com muita habilidade. Compartilham as mesmas regras, ou seja, no jogo eles respeitam a bola fora, falta, fazem dribles, conversam sobre os tipos de jogadas, de entre outras. J.V. faz um golo e B. tenta por várias vezes fazer um golo, mas não obtêm sucesso.[...] Automaticamente eles respeitam a vez um do outro quando a bola vai para fora.[...] J. faz outro golo.[...]

E: - Quem ganhou? M: - Foi J.V. (diz B. com tom de tristeza).

Não podemos negar que as atitudes destas crianças na prática divergem um pouco das crianças já analisadas anteriormente, pois aqui ambos compartilham as mesmas regras e as respeitam. Os dois jogam para ganhar, mas só J. V. faz golos e B. fica com o semblante um pouco triste, mas aceita a vitória do colega.

Partindo para a análise do comportamento das meninas, vamos verificar se as suas atitudes se assemelham às dos meninos. A primeira menina que chamamos de S. tem seis anos e nove meses.

[...] M: - As regras são as coisas que você pode fazer no jogo. Assim, como não pode machucar o outro, não pode jogar para fora do campo. [...] E: - Como é que se joga futebol? M: - Você tem de tentar fazer o golo e também tentar roubar a bola e não deixar roubar a bola. E: - Roubar a bola?! E como é roubar a bola? M: - Quando você está perto do golo aí vem outra

pessoa perto de você e tira a sua bola. E: – E como é que se faz golo? M: – Tem que correr bastante e não pode deixar que o goleiro pegue. E: – E onde é que se faz o golo? M: – É na trave, quer dizer na trave não, ela tem que entrar na rede. [...]

[...] E: – Tem mais alguém participando do jogo fora os jogadores? M: – Tem o goleiro e o atacante. E: – E o que o goleiro faz? M: – Ele não pode deixar a bola entrar dentro da trave. E: – E o atacante? M: – Ele chuta a bola para fazer o golo. E: – E o atacante é diferente dos outros jogadores? M: – É. – Ele usa alguma roupa diferente? M: – Eu não sei, esqueci. E: – Se você fosse o atacante, como é que você faria? M: – Se o meu time for desse lado eu faço golo daquele outro lado. E: – Ah! Quer dizer que se o meu time for do lado direito só pode fazer golo do lado esquerdo e se for do lado esquerdo faz golo do lado direito? M: – É.[...] E: – Tem mais alguém dentro do campo fora os jogadores, atacantes e goleiros? M: – Não sei. E também tem os juizes. E: – E são quantos juizes? M: – Ah, são vários E: – E o que eles fazem? M: – Não sei bem. E: – Eles ficam jogando com os jogadores? M: – Não. O juiz fica no banco, e qualquer coisa ele vem reclamar. E: – Se eu chutar a bola para ali (fora), está correto? M: – Não, é falta. E: – E o que é falta? M: – É quando você derruba e machuca outro jogador. Aí você pode ganhar um cartão vermelho ou amarelo [...]

[...] E: – Vamos jogar eu e você para ver se eu aprendi. (Começamos a jogar, ficamos jogando uma para outra e tentando fazer o golo. Sempre que a bola ia para fora ela sempre se lembrava de respeitar a regra da bola fora) E: – Eu fiz um golo, S.! M: – Foi. [...] (No meio do jogo ela faz um golo no meu lado) E: – E está correto você fazer golo no meu lado de campo? M: – É que esse é meu lado do golo. E: – : Mas ainda há pouco eu fiz golo nesta mesma trave. E fiz um golo. M: – Não, só eu que fiz. [...] E: – Faz ponto quando alguém defende? M: – Não.[...] (Ela faz outro golo) E:– Quem ganhou? M: – Fui eu (diz S.). Porque eu fiz dois golos e você nenhum.

Percebemos que S. descreveu algumas das regras de seu conhecimento do futebol. Na prática ela sempre buscava explicar as jogadas e comentava sempre a regra da bola fora, pois por muitas vezes a bola saía da quadra. Mas ela burlou uma das regras que havia descrito para seu favorecimento, invertendo o seu lado do campo e modificando o resultado do jogo.

Passamos para a observação de sua colega que denominamos de A.C. com seis anos e sete meses.

[...] M: – Regras é difícil de explicar tia, é quando temos que fazer algo que se deve fazer. [...]. [...] E:] – Tem mais alguém fora os jogadores e o goleiro no jogo? M: – Tem o juiz. E:– E o que é que ele faz ? M:– Ele mostra um cartão azul ou amarelo e marca o impedimento quando ele achar que o golo foi errado. E: – Ele fica onde? M: – Ele fica no jogo. E: – Quer dizer que se eu fizer um golo e o juiz achar errado ele pode dar impedido, é? M: – É. E: – E ele mostra o cartão amarelo e azul? M: – É. Tem algum outro cartão que ele mostra? E: – Tem o cartão vermelho. Que é quando um jogador derruba de novo outro jogador aí ele leva vermelho. E: – E o que acontece com o jogador? M: – Se ele levar dois cartões vermelhos ele sai do jogo. E: E: – E quando ele sai do jogo pode entrar alguém no lugar dele? M: – Pode. E: – Esse cartão azul tem em todos os jogos de futebol, como de campo, por exemplo? M:– Tem. [...]

[...] (Começamos a jogar e A.C. vai jogando e ainda explicando algumas regras como o pênalti e os tipos de jogada do goleiro, por exemplo. Respeita quando a bola vai para fora, cedendo a sua vez de jogar)

Ao término do jogo eu pergunto: E: – Quem ganhou? M: – Ninguém ganhou. Foi empate, porque ninguém fez golo[...]

A segunda menina também descreveu bem as regras do jogo. Muito do seu discurso é igual ao de S. Um detalhe que nos chamou atenção foi que A. C. enfatizou a cor azul para um dos cartões utilizados pelo juiz do jogo. Este cartão é utilizado apenas no futebol de quadra (futsal), e foi mencionado mesmo sendo comunicado que seriam as regras do futebol de campo. Durante a prática ela respeitava algumas das regras que mencionou e as demais eram inviáveis diante do número dos jogadores. Ela sempre explicava dando exemplo com vários jogadores em campo.

Quanto ao conceito de regras ela sentiu dificuldade de conceituar e não relacionou ao jogo, diferentemente de S., que deu exemplos do que não se deve fazer no jogo. Comparando com os meninos, as meninas possuíam o conhecimento das regras, mas não com todos os detalhes e habilidades dos meninos. Ambas relataram que não jogam muito futebol, preferem outras brincadeiras.

Seguindo com a análise, passamos para a prática das meninas jogando juntas:

[...] E: S. chama A. C. para jogar e A. C. derruba sem querer S. [...] Elas ficam correndo atrás da bola. A.C. fica sempre preocupada em ficar próximo à trave para S. não fazer o golo. [...] A bola vai por diversas vezes para fora, mas elas ficam sem saber quem é que pega quando a bola sai, aí vão pegando aleatoriamente. [...] M: – Eu vou ganhar você. (diz S.) M: – Vai não. [...] A.C. faz um golo, e a bola passa entre as pernas de S. que diz que não foi golo e a A.C. diz que foi. As duas continuam jogando e A.C. derruba S. sem querer. [...] [...] Acaba o jogo. E: – Quem ganhou? (pergunto) M: – Fui eu. (diz A. C.) E: – Por quanto? M: - Eu fiz um golo. (A.C.) (S. confirma o resultado) [...]

Comparando com a análise da prática dos meninos de sete anos, as meninas não seguiram as regras como fizeram na prática com o pesquisador. Dialogaram muito durante o jogo, dizendo sempre que iriam cair, que uma iria ganhar à outra. S. não aceitou tão bem o golo de sua colega, mas ao final confirmou a vitória de A.C.

Seguindo o roteiro da pesquisa partimos para o jogo com todas as crianças de sete anos jogando juntas:

[...] E: Começaram jogando meninos contra meninas. As meninas inicialmente jogaram com muita vontade de vencer, mas logo que os meninos dominaram a bola, não mais quiseram jogar meninos X meninas, acharam injusto, pois os meninos possuíam mais habilidades. E passaram a jogar S. e J.V x A.C.e B.[...]

[...] Decidiram que as meninas seriam as goleiras e os meninos seriam os jogadores. Mas as meninas também participavam das jogadas.[...] Todos jogam com as mesmas regras,

respeitando a vez do jogador quando a bola ia para fora pênalti, falta. Teve uma hora que a bola bateu na mão de B. e J.V. diz que foi mão B. reclama um pouco, mas aceita.[...] No último minuto J. faz um gol.[...] E: – Quem ganhou? M: – Foi a gente (diz J.V. e S.) E: - Os outros concordam [...]

Diante das observações feitas nas crianças de sete anos, podemos concluir que os meninos já se encontram na terceira fase da prática das regras e as meninas estão na transição da segunda fase para a terceira. Pois segundo Piaget (1994) a terceira fase se inicia por volta dos sete a oito anos e é denominada de Cooperação Nascente. As crianças começam a compartilhar jogos com outras crianças e percebem a necessidade de igualarem as regras, surgindo um grande interesse em ganhar aos demais colegas, e tornando o jogo uma relação social, o que antes era uma atividade egocêntrica.

Os meninos também demonstraram atitudes de cooperação para com as meninas, visto que se preocuparam em não machucá-las durante a prática, bem como aceitaram suas propostas de jogarem em grupo misto. Piaget (1978b) considera que a criança de sete anos reage de forma mais coordenada e precisa, com base em um conjunto de regras comuns.

Seguimos para a análise das crianças de oito anos. O primeiro menino foi denominado de F. de oito anos e nove meses. Assim como os meninos de sete anos, F. descreveu todas as regras do futebol de que tinha conhecimento. Vejamos parte de suas respostas sobre as regras do futebol:

[...] M: - A falta é quando um jogador em vez de bater na bola bate na perna do jogador do outro time [...] M: - O escanteio é quando a bola sai atrás do gol, jogada pelo zagueiro do outro time [...] O pênalti, é quando um jogador derruba o outro dentro da área [...] M: - O juiz marca tudo isso, falta, pênalti e dá os cartões quando precisa [...] M: - O amarelo é quando se comete uma falta leve, mas o vermelho é gravíssimo e o jogador é expulso do jogo [...]

Piaget em sua pesquisa enfatiza que só se faz necessário o pesquisador jogar com os entrevistados pequenos. Por isso a partir dos oito anos, não sentimos a necessidade de jogar com as crianças, visto que as mesmas possuem capacidades cognitivas e de linguagem suficientes para relatarem as regras.

O segundo menino denominamos de K. de oito anos e dez meses. O mesmo relatou as regras com a mesma precisão que F., conceituando o que seria a falta, pênalti, escanteio, lateral, dentre outras regras.

[...] M: - A regra é algo que devemos respeitar [...]

[...] M: Os bandeirinhas ficam com uma bandeira nas laterais do campo, olhando para ver se a bola sai da linha [...] M: - Tem um homem que treina os jogadores, que é chamado de (para e pensa) êita esqueci o nome, mas pode chamar também de treinador [...] M: - Tia, o que eu mais acho bonito é quando a torcida fica cantando para o time [...] M: - Eu tenho um cd com as músicas do Flamengo [...] M: - Eu acho errado quando o juiz tira um jogador do campo [...]

Antes de partimos para a análise do discurso das duas crianças, vamos relatar primeiramente a prática dos dois meninos juntos:

[...] – Quem ganhou? – Foi empate, foram os dois (diz K.)

[...] E: Assim que relatei o que iríamos fazer, os dois meninos pularam de alegria. M: – Que bom tia, eu adoro brincar de futebol! (diz F.) M: – Eu também (diz K.). [...] E: Os dois começaram a partida chutando a bola muito forte e correndo muito [...] A bola por diversas vezes foi para fora da quadra e eles não se importavam, e nem marcavam lateral ou escanteio, como haviam descrito na entrevista. [...] O que mais estava importando para eles naquele momento era marcar um golo. [...] K. chutou duas vezes a bola em direção à trave, só que a bola foi para fora. [...] F. sentia dificuldades de tirar a bola de K., pois K. apresentava grandes habilidades com dribles [...] F. faz um golo e comemora muito, já K. aparentemente fica desanimado e começa a reclamar: M: - Tia, não vale, ele quase ia me derrubando para tirar a bola [...] E: F. nega e K. acaba por aceitar o golo de F. mas diz: M: - Eu vou fazer dois golos você vai ver.[...] E: Logo após K. faz um golo e também vibra muito [...]

[...] E:– Quem ganhou? M:– Foi empate, foi os dois (diz K.).

Os relatos dos meninos durante as entrevistas foram unânimes quanto às suas opiniões sobre as regras. Já durante a prática, os dois deixaram um pouco de lado as regras expostas e se detiveram em apenas marcar o golo. Essas atitudes são marcantes da terceira fase da prática das regras. Antes de partimos para uma conclusão, iremos partir para a análise das meninas e posteriormente fazer a análise do comportamento de todos juntos.

M. é a primeira menina de oito anos a participar da entrevista. A mesma relatou de imediato que não sabia muito do futebol, pois joga mais vôlei, mas esclareceu algumas regras de seu conhecimento:

[...] M; - Regra é regra tia (risos), não sei explicar [...]

[...] M: - Para ganhar tem que fazer golos, e ganha o time que fizer mais golos [...] M: - Eu acho que são uns vinte jogadores participando do jogo E: – No total ou em cada time? M: – Acho que no total [...] M: - Quem comanda o jogo é o juiz e ele pode colocar o jogador para fora se ele derrubar outro jogador. E: – É correto ele colocar para fora o jogador? M: – Acho que é, porque o jogador não pode derrubar o outro [...] M: - Eu não sei explicar duas coisas, que é o pênalti e o impedimento, esses aí eu nunca sei quando é (risos) [...] E: – (Ela deu ainda algumas explicações das regras como falta e escanteio, igualmente como os meninos explicaram) [...]

A segunda menina é C. e tem oito anos e dois meses. Assim que começamos a entrevista, ela relatou que adorava assistir ao jogo de futebol na TV com o irmão mais velho.

[...] M: – Eu estou aprendendo com ele, assistindo o jogo do Botafogo, porque torcemos pelo Botafogo, todo mundo lá em casa. E: – Mas vocês torcem por qual Botafogo, o da Paraíba ou o do Rio de Janeiro? M: – O do Rio. [...] M: – Só que meu irmão não tem muita paciência de me ensinar não, ele às vezes fica me xingando, porque fico perguntando, mas tem dia que ele explica direitinho E: – Seu irmão tem quantos anos? M: – Tem quinze, mas já está perto de ele fazer dezesseis [...] M: – Eu sei que falta é quando um jogador derruba o outro, aí dependendo da falta o juiz mostra o cartão amarelo, porque se for muito forte ele pode levar um vermelho que é para sair do jogo [...]

[...] M: - Quando eu brinco aqui na escola com minhas amigas, a gente não joga com todas as regras não, porque nem todo mundo sabe [...] E: (Durante a entrevista ela relatou o que seria lateral e escanteio) [...]

As duas meninas jogando juntas:

[...] E: As duas demonstraram pouca habilidade com a bola. M. caiu três vezes seguidas, pisando na bola. [...] C. reclama dizendo que preferia ter ficado com o outro lado do campo, pois gosta mais de fazer golo do outro lado (Antes do jogo começar M. já chegou à quadra dizendo qual seria o seu lado e C. nada disse) [...] Durante o jogo, elas respeitaram apenas a bola fora, as demais faltas passaram-se por despercebida [...] C. quase faz um golo, mas a bola bate na trave [...] Alguns minutos depois C. consegue fazer um golo, mas M. diz que não valeu: M: - Tia, não valeu, eu parei para amarrar meu tênis. M: – Está bom! (diz C.) [...] E: Mas logo em seguida, C. consegue fazer outro golo: M: - Agora esse valeu (diz C. toda animada) [...] E: – Quem ganhou? M: – Fui eu! (diz C. toda sorridente)[...]

Assim como os meninos, as meninas de oito anos demonstraram atitudes que se referem à terceira fase da prática da regra, pois demonstraram interesse em conhecerem as regras do jogo, bem como demonstraram uma vontade de ganhar os seus colegas.

Partimos agora para a análise do comportamento de todos, jogando juntos:

[...] E: Eles decidiram jogar em grupo, ou seja, um menino e uma menina em cada time. E ficou C. e K. X M. e F. [...] Eles tiraram par ou ímpar para saber quem iria começar a jogar [...] Os meninos não jogam com muita força, respeitando o pedido das meninas [...] Tanto C. como M. ficaram posicionadas próximo às traves, e o meninos ficaram jogando mais que as meninas [...] Respeitaram apenas a regra da lateral e escanteio, geralmente lembradas pelos meninos. [...] Durante o jogo, F. fez dois golos e K. fez um [...] E: – Quem ganhou? M: – Foram eles (diz K. apontando para F. e M, que estavam comemorando).

De acordo com as observações e com as entrevistas, podemos considerar que as crianças de oito anos participantes da pesquisa se encontram na terceira fase da prática das regras que é a da Cooperação

Nascente. Por apresentarem atitudes mais socializadas, interesses pelas regras bem como, pelo desejo de ganharem aos demais, mas não se preocuparam em indagar as regras todas.

O próximo grupo é composto por crianças de nove anos. A primeira criança a ser entrevistada foi P. do sexo masculino de nove anos e um mês. Ele descreveu as regras do futebol, igualmente como os meninos de oito anos, relatando o número de jogadores, a função do juiz, explicou o escanteio, a falta, pênalti e outra jogada.

[...] M: - As regras são as normas que a gente tem que obedecer no jogo [...] M: - O futebol tem muitas regras, tem umas que são mais fáceis de explicar e outras não. [...] M: - Minha irmã fica me perturbando para eu ensinar a ela, mas ela não aprende direito, por que é complicado [...] E: - E o que é que o juiz faz? M: - Ele é quem diz se os jogadores estão jogando certo ou não. Por exemplo, se um jogador chutar a perna de outro de propósito ele marca falta grave e mostra o cartão vermelho, e o jogador tem que sair do jogo. E: - Depois de o jogador sai, pode entrar outro no lugar dele? M: - Se ele foi expulso não, o time fica só com dez jogadores. E: - E pode jogar com um a menos? M: - Pode [...] M: - Se for uma falta leve, aí o juiz mostra o amarelo, que é como uma atenção, mas se o mesmo jogador levar dois amarelos ele é expulso. [...] (P. explica detalhadamente todas as regras) [...]

O segundo menino é J. de nove anos e dois meses. Ele relata durante a entrevista que adora futebol e que faz escolinha de futsal na escola. Ao relatar as regras do futebol, o fez com muito detalhe e ficou sempre comparando as regras do futsal com as do futebol de campo. Não sentimos a necessidade de transcrever as regras descritas por J., pois o mesmo relatou com os mesmos detalhes que o seu colega P.. Apenas gostaríamos de relatar um trecho:

[...] M: - Regra é como uma lei que não pode errar [...] M: - Eu gosto de jogar com as regras, mas às vezes os meu amigos lá da rua não gostam muito de seguir tudo. E: - E esses seus amigos são mais velhos ou mais novos? M: - Tem uns mais novos, tem da minha idade e tem mais velhos um pouco [...] M: - Mas a gente às vezes modifica alguma coisa para todos jogarem [...]

Segue-se a prática dos dois meninos de nove anos jogando juntos:

[...] E: Os dois decidem o lado do jogo e começam a jogar [...] Tanto P. como J. fazem vários dribles e eles começam a comentar os nomes dos dribles [...] J. parece ser mais veloz que P. e logo faz um golo. [...] P. tenta tirar o prejuízo e faz várias tentativas de golo, mas a bola ou batia na trave ou ia para fora [...] Ambos respeitaram as possíveis regras de um jogo de futebol em dupla, chegando até a comentar as jogadas que poderiam surgir [...] P. faz um golo.[...]

[...] E: - Quem ganhou? M: - Foi empate, 1 X 1 (diz tanto P. como J.)

De acordo com os dados obtidos de P. e de J. tanto nas entrevistas como nas práticas, podemos caracterizar que ambos se encontram na quarta fase da prática das regras, pois além de mostrarem conhecimentos meticolosos das regras, também demonstraram concordância sobre as indagações da regras. Para uma melhor análise, voltaremos a analisá-los após a análise de todas as crianças de nove anos jogando juntas.

Para a análise das meninas, a primeira a ser analisada é L. de nove anos e onze meses.

[...] M: - Eu não sei explicar o que são regras, não. E: - Pode falar apenas do que você sabe. M: - Acho que é fazer as coisas certas quando uma pessoa pede.[...]

[...]M: - Eu jogo com o meu primo e vamos passando a bola assim para pessoal do meu time até fazer um golo! [...] E: - São quantos times no jogo? M:- dois [...] E:- Você acha que são quantos jogadores participando? M:- 11.- Têm mais alguém fora os jogadores no time? M: - Tem o goleiro [...] M: - Meu time tem que fazer golo naquela ali, no time adversário. Eu tenho que fazer nessa [...]

[...] E: - E se eu jogar para ali? (aponto para fora) M: - Aí vai ser escanteio [...] M: - Aí o juiz apita, e é falta! E: - E o juiz faz mais o quê? M: - Sei não. Ah, ele levanta a bandeirinha e o cartão. E: - Que cartão? M: - É um que pode ser amarelo ou vermelho [...] (Ela explica a função de cada cartão, o que é falta e o que seria pênalti)

A segunda menina chamamos de I. com nove anos e seis meses. Assim como a L., ela relatou a sua falta de experiência com o jogo de futebol e disse que não sabia muito bem as regras. Explicou com um discurso muito parecido com o da sua colega, deixando claro apenas as regras básicas como o que seria o golo, o número de jogadores, a falta, o escanteio e os cartões usados pelo juiz. As demais regras ela não sabia explicar. Quanto ao conceito de regra, vejamos a sua conceituação:

[...] M: - Regra é como se fosse uma lei, que alguém inventa para ficar mais organizado [...]

Vejamos as duas jogando juntas:

[...] E: L. fica logo querendo iniciar o jogo, antes das duas acordarem a escolha de campo, mas I. lembra que ela deve escolher primeiro o campo e tirar zerinho ou um, para quem vencer, decidir o campo ou a bola [...] I. logo no início do jogo faz um golo. [...] L. discute com I. sobre uma jogada, e diz que foi lateral e I. diz que não. [...] I. faz mais um golo, e L. reclama dizendo que I. corre mais que ela [...] L. reclama muito durante o jogo, dizendo que I. sabe jogar mais que ela [...] L. consegue fazer um golo e vibra muito [...] Passam a respeitar as jogadas quando é lateral e escanteio [...] E: - Quem ganhou? M: - Fui eu! (grita I. e L. só faz reclamar, achando injusto, por sua amiga correr mais que ela) [...]

Mediante as entrevista e a prática das duas meninas, não podemos compará-las com as habilidades e conhecimento dos meninos. Elas demonstraram comportamentos equivalentes da terceira fase, ou seja, a Cooperação Nascente, por demonstrar uma necessidade de ganhar, atitude principalmente demonstrada por L., bem como por não terem muito conhecimento sobre as regras do jogo de futebol. Lembramos que ambas justificaram a falta de conhecimento de regras, pela falta de interesse por essa modalidade.

Para maiores análises vejamos o jogo em que todos os de nove anos participaram:

[...] E: Inicialmente resolveram jogar meninos contra meninas, mas logo as meninas desistiram, por não acharem justo competirem com os meninos e resolveram jogar em grupo misto [...] Eles decidiram democraticamente quem jogaria com quem, ficando: L e P X I. e J.[...] Os meninos tiraram par ou ímpar para decidirem o mando de campo [...] As meninas ficavam mais na defensiva, enquanto os meninos no ataque [...] P. faz um golo [...] Os meninos respeitam as regras, já as meninas não [...] Em alguns momentos os meninos brigam com as meninas por elas não estarem prestando atenção às jogadas [As meninas não respeitam a lateral e J. sempre reclama [...] J. faz um golo [...] E: – Quem ganhou? M: – Foi empate (diz J. e todos confirmam) [...]

Podemos reafirmar nossas análises anteriores, mediante a análise do jogo com todos os participantes de nove anos, pois os meninos demonstraram comportamento referente à quarta fase, ou seja, da codificação das regras, pois nesta fase as crianças já possuem conhecimentos e códigos minuciosos das regras, ocorrendo portanto entendimentos sobre discussões das regras do jogo. As meninas apresentam comportamentos da terceira fase, a da Cooperação Nascente.

Para a análise das crianças de dez anos, o primeiro garoto nomeamos de T. com dez anos e um mês. O mesmo descreveu com detalhes as regras que sabia apesar de colocar muitas dificuldades para si mesmo em relação à sua falta de habilidade com a bola. Ele detalhou cada função e posição do jogador dentro do campo.

[...] M: – As regras são leis que devemos cumprir de alguma coisa [...] M: - Eu não sou bom o suficiente E: – Você não é bom o suficiente para quê? M: – Eu sou muito lento E: – Mas para jogar o quê? M: - Qualquer jogo. Ah, futebol, por exemplo. [...] [...] M: – As posições, no meio do campo E: – No meio do campo faz o quê? M: – Fica localizado no meio do campo e deve fazer as jogadas [...] M: – O atacante tem que ficar perto

do golo do outro time. E: – Então quer dizer que no jogo tem um atacante? M: – É, e ali tem a defesa [...]

O segundo garoto denominamos L., com dez anos e dois meses e, assim como o seu colega, descreveu cada posição do jogador em campo, descreveu todas as regras que conhecia do futebol. Vejamos alguns trechos:

[...] M: - Regras são normas, leis e que devemos seguir.[...]

[...] M: – Ô, tem zagueiro, meio campo [...] M:– Tem o lateral, tem atacante, aí tem o meio campo e o lateral na sua área, aí tem mais jogadores do seu time (ele vai apontando a posição de cada jogador na área) M: – Aí desse lado e do outro lado tem a mesma coisa [...] M: – Atacante é o que está lá na frente, que pega a bola E: - Atacante é o que faz mais golos? M: – É E: – E por que ele faz tantos golos? M: – É porque ele é o que fica mais próximo da rede E: – Ah ele é o que fica mais na área do outro, ele é o que fica mais próximo da rede M: – É o que está encarregado de fazer os golos. E: – E o zagueiro? M: – O zagueiro ele ajuda o goleiro na defesa aí ele só não pode pegar com as mãos E: – Que mais? M: – É ele tem também o lateral é o que fica pegando a bola quando sai dos lados. E: – E tem mais alguém? M: – Tem o meio campo, que divide a bola com o atacante, ele fica dividindo a bola com o atacante, mas isso é só para as pessoas do meu time [...]

Os dois meninos jogando juntos:

[...] E: Eles decidiram cordialmente quem começaria e os lados de cada um. Logo no início do jogo, o sapato de T. sai do seu pé no momento do chute e L. considerou que era uma falta, T. reclamou um pouco, pois não considerou uma falta, discutiram um pouco sobre o assunto, mas pouco tempo depois T. aceitou e voltaram a jogar. [...] Jogaram respeitando as regras possíveis de um jogo em dupla, como escanteio e lateral.[...] E: – Quem ganhou? M: – Foi empate (diz L.) M: – É foi empate, 0 X 0.

Analisando o resultado do jogo dos dois meninos, podemos considerar que ambos conhecem as regras em seus pormenores e, na prática, respeitaram as regras, na medida do possível, de um jogo em dupla. Decidiram cordialmente, o mando de campo. L. mostrou-se um pouco mais interessado em cumprir as regras, tanto que, logo no início, reclamou do colega por o sapato ter saído e acionou uma falta (regra não existente no futebol), mesmo assim T. aceitou.

Consideremos neste momento a análise das meninas. A primeira é A. B. de dez anos e nove meses.

[...] M: - Regras são atitudes que devem ser seguidas por alguém quando ela vai fazer um trabalho, ou vai jogar [...]E: – Você pode me explicar as regras do futebol? Do jeito que você sabe jogar? M: – Assim as regras eu não sei não. E: – Sim, pode ensinar do jeito que você souber, por exemplo, o que é que eu tenho que fazer para ganhar um jogo? M: – Tem que chutar a bola e chutar para cada jogador e tentar passar para o golo. E: – Ah! Eu tenho que passar a bola e ultrapassar vários jogadores e tentar fazer o golo. [...]

[...] E: – E quantas pessoas é que jogam? M: – Seis E: – Seis em um time e seis em outro? M: – É. E: – Então são doze no total? M: – É, doze! [...] E: – É sempre assim, não tem ninguém marcando o gol? M: – Não, tem o goleiro. E: – Tem um goleiro nas duas traves? M: – É [...]

[...] M: – Porque cada trave tem um time, e um goleiro é de um time e o outro goleiro é do outro time E: – Ah quer dizer que, se esse goleiro for do meu time eu posso fazer golo nele? M: – Não [...] E: – O que é que o juiz faz? M: – Ele controla o jogo [...] E: – E o goleiro, qual é sua função? M: – Ele pega a bola e fica jogando para os jogadores da frente com a mão, e não deixa fazer golo. E: – Ah, e o goleiro pode pegar a bola com a mão? M: – Pode, mas só quando a bola vai para a área dele [...] E: – Se o juiz controla o jogo, ele controla como? M: – Ele diz se é falta E: – Ah, ele diz se é falta. [...] E: – Tem mais alguma coisa no jogo? M: – Tem, mas eu não lembro. Não sei, eu não entendo de futebol. [...]

A segunda menina é M. E. de dez anos e sete meses.

[...] M: – Regras é a mesma coisa de normas [...] E: – Você sabe as regras do jogo de futebol? M: – Não [...] E: – Assim do jeito que você joga, poderia me ensinar a jogar? M: – Sim, primeiro você coloca a bola no centro, e vou jogando tentando fazer um golo.[...] E: – Que mais que você sabe do jogo? M: – Se eu empurrar algum jogador eu ganho cartão amarelo e vermelho eu saio do jogo. E: – No jogo de futebol quem dá os cartões? M: – No jogo é o juiz. E: – E para que serve esse cartão amarelo? M: – É para mostrar quando você derrubar e pode levar falta. Se for vermelho é para quando você sair do jogo. E: – E quando o jogador sai do jogo pode entrar outra pessoa no lugar dele? M: – Pode [...] E: – São quantos jogadores jogando no campo? M: – São onze jogadores E: – Em todo o jogo? M: – E fora os que estão na bancada [...] E: – Qual a função dos goleiros? M: – É tentar agarrar a bola quando o time adversário tiver tentando fazer golo. E: – Certo, e tem mais alguém participando? M: – O atacante E: – E atacante faz o quê? M: – É quem pega a bola pra chutar pra tentar fazer o golo. E: – Mas ele é jogador igual ao outro ou é diferente? M: – É jogador igual a todos do time, só que é ele que mais pega a bola E: – Pega como? Com a mão ou com o pé? M: – Com o pé. E: – E porque ele é atacante, qual é a função dele? M: – Ele é atacante para fazer o golo. E: – É só ele que faz o golo? M: – É, só é ele que faz o golo. [...] E: – Tem mais regras do futebol que você sabe? M: – É que um não pode empurrar o outro E: – Hum e se um empurrar o outro faz o quê? M: – Ganha cartão [...]

[...] M: – Pode só que é lateral E: – E o que é lateral? M: – É quando você chuta pra fora, aí você tem que tentar chutar para tentar fazer o golo daqui de onde parou a bola [...]

Diante do discurso das duas meninas de dez anos, podemos destacar que ambas não possuem o mesmo grau de conhecimentos dos meninos sobre as regras do futebol. As mesmas deixam claro no início da entrevista que não praticam muito o futebol e que não conhecem bem as regras como geralmente os meninos conhecem. A. B. durante a entrevista se sentia um pouco incomodada com as perguntas mediante a sua falta de profundidade no assunto, mas mesmo assim repassou as regras que conhecia. Já M. E. não se sentiu muito incomodada, mas também relatou seus conhecimentos, que são um pouco mais avançados do que os de A.B..

Podemos considerar um ponto a destacar quanto à questão do sexo, pois culturalmente o jogo de futebol é mais praticado pelos homens, embora esteja crescendo bastante nas últimas décadas o número de mulheres

praticantes e espectadoras. Mas não seria justo compará-las com o conhecimento dos meninos.

Quanto ao conceito de regras, ambas responderam com tranquilidade e com o mesmo sentido, ou seja, seriam as normas que devem ser seguidas, demonstrando ter conhecimento sobre o significado de regra.

Vejamos as atitudes de todos jogando juntos:

[...] E: Logo no início do jogo, eles já definiram jogar meninas contras meninos, e de forma alguma quiseram jogar misto. [...] Ao iniciar o jogo, as meninas já relataram que não possuíam a mesma habilidade dos meninos, pois eles sempre jogam na escola e elas não [...] Na partida os meninos em alguns momentos respeitaram o escanteio e lateral, e em outros passaram por despercebidos. Já as meninas nem se queixaram e nem cumpriram essas regras. A.B. cometeu uma falta durante o jogo, levando cartão amarelo marcado pelos meninos e ela aceitou com tranquilidade. [...] Os meninos ficaram sempre atentos com a preocupação de defender a sua área, chegando a organizar estratégias para não deixarem a área desprotegida. Já as meninas não se importaram em organizar estratégias, mas havia uma cumplicidade uma com a outra mediante as jogadas, em que uma se preocupava em repassar a bola para a outra. [...] Tanto os meninos como as meninas demonstraram um grande interesse em ganhar o jogo.[...] L. efetuou dois golos e as meninas nenhum. [...] E: – Quem ganhou? M: – Foram os meninos.

Mediante a prática com todos os participantes de dez anos, ficou claro que os meninos impuseram suas habilidades durante o jogo e respeitaram bem mais as regras que as meninas. Mas foi notória a demonstração de cooperação entre os meninos e as meninas em seus times. Para Piaget (1978b) a partir dos sete anos os jogadores apresentam um duplo progresso, pois mesmo sem conhecer ainda de cor todas as regras do jogo, certificam-se de algumas regras admitidas durante a partida, controlando-se uns aos outros para a igualdade da lei e vencer se tornará um sentido coletivo.

O mesmo autor considera ainda que a criança depois dos sete anos torna-se capaz de cooperar, pois não confunde mais o seu ponto de vista com o dos outros e consegue coordenar as suas ações com as dos outros, tornando-se capaz de uma reflexão, ou seja, pensa antes de agir.

Consideramos, pois, que os meninos se encontram no início da quarta fase que é a da codificação das regras, visto que já surge um pouco de interesse pelas particularidades das regras. Já com as meninas, se torna difícil estabelecer a fase, visto que os seus conhecimentos das práticas são mais restritos, devido à falta de afinidade para com o jogo de futebol, mas

analisando as atitudes cooperativas da prática poderíamos enquadrá-las no terceiro estágio.

Passamos para a análise das crianças de 11 anos. A primeira criança é Pe. de onze anos e cinco meses:

[...] M: – O goleiro pode pegar com a mão, mas quem tiver jogando não pode bater nem com a mão na bola [...] M: – Tem que ficar dois jogadores na linha, dois no ataque e um no golo [...] M:– Apita o jogo, da falta, da mão, pênalti.[...] M: - São 22 jogadores jogando, sendo 11 em cada time, fora os reservas [...] E: (E ele segue explicando todos os detalhes das regras do jogo de futebol, como o que é falta, pênalti e outros). [...] E: – E já aconteceu de um colega seu jogar diferente do jeito que você joga? M: – Sim. E: – E você achou correto? M: – Depende da regra que ele queira mudar, mas dependendo podemos nos organizar e mudar, mas se todos concordarem [...]

O segundo menino foi denominado de R. de onze anos e cinco meses, e assim como Pe. ele explicou todas as regras do jogo do futebol, tais como a falta, o número de jogadores, a posição de cada um dos jogadores e dos demais participantes do jogo, como o juiz e os bandeirinhas, e por isso não sentimos a necessidade de expor as suas respostas. O mesmo também enfatizou que poderia mudar algo no jogo, caso todos aceitassem. Quanto ao conceito de regras, ambos consideraram como normas.

Os meninos jogando juntos:

[...] Logo antes do início do jogo, os dois decidiram democraticamente os seus lados do campo. [...] Respeitaram todas as regras possíveis de um jogo em dupla. [...] Existiu a marcação de escanteio e da lateral, cometidas tanto por Pe. como por R.[...] R. fez um golo comemorado com muita alegria, logo em seguida Pe. também efetuou um golo.[...] Eles driblam um ao outro com muita habilidade e sem discussão, apenas ocorreram comentários bizarros sobre os seus times de torcida [...] Próximo ao término do jogo, Pe. faz mais um golo.[...]

De acordo com nossas análises, essas crianças se encontram na quarta fase da prática das regras, que é a de codificação das regras. Pois suas características são marcantes quanto aos interesses minuciosos das regras, bem como, a aceitação de mudanças nas regras mediante a concordância dos membros envolvidos.

Passamos para a análise das meninas de onze anos. A primeira é K. de onze anos e cinco meses:

[...] E: – O que é que você conhece das regras de futebol? M: – Nada. Eu não sei jogar, eu não jogo, a única coisa que eu sei no jogo de futebol é que a pessoa tem que chutar para a trave onde tem o goleiro e tentar fazer o golo. [...] M:– Assim, quando alguém empurra alguém

assim, aí é falta, só essas coisas que eu sei E: – E como é a falta? M: – Um exemplo, se você está jogando aí alguém vem e derruba você ou o machuque aí é falta [...] E: – Se alguém de seus colegas inventar uma regra, por exemplo, que só poderia chutar a bola para cima, sem estar jogando um para o outro, ou seja, só bola alta, poderia? M: – Não, porque o jogo é em equipe, aí você tem que tocar assim um para o outro, entendeu? Um chutando para o outro que tá mais próximo [...] (K. explicou apenas as regras básicas, como: fazer o golo, o papel do goleiro, bola fora e gol contra) [...]

A segunda menina é C. de onze anos e seis meses:

[...] E: – Você conhece as regras do futebol? M: – Eu não sei jogar, nem tenho jeito – Você não sabe de nada? M: – Não sei. E: – Nem como se faz um golo? M: – Você é só chutar a bola, aí se entrar na trave é golo. E: – Certo, e como é que começa a jogar futebol? M: – Uma bola ali no meio, aí um joga a bola um para outro aí começa [...] E: – E o juiz faz o quê? M: – Ai, como é que eu vou te explicar?! Quando uma pessoa faz falta, aí ele vai para o jogo para o outro jogador fazer a falta, aí tem o pênalti e outras coisas. [...] E: – E quando é que o juiz dá pênalti? M: – Quando algum jogador faz alguma coisa de grave mesmo, como uma rasteira ou alguma coisa assim [...] E: – Escanteio?! O que é escanteio? M: – Ah eu não sei, acho que é quando um jogador derruba um jogador no lado de cá (no canto da quadra), aí ele diz que foi escanteio [...] E: – Podemos mudar as regras do jogo de futebol? M: – Não. E: – Mas, se você e seus amigos quisessem mudar as regras para uma partida poderiam? M: – Acho que sim, porque é só na brincadeira e se todos quiserem pode.[...]

As duas meninas jogando juntas:

[...]E: Tanto K. como C. não demonstraram nenhuma habilidade com a bola no jogo de futebol.[...] Por mais que se esforçassem, elas ficavam perdidas quanto à marcação das laterais e escanteios (que são os mais cometidos em jogo de dupla), mas as mesmas sempre entravam em acordo para a efetuação dos mesmos. [...] C. fez um golo e logo em seguida K. ficou mais disposta para tirar o prejuízo.[...] C. caiu duas vezes sozinha, pisando na bola durante o jogo [...] K. consegue fazer um gol.[...] E: – Quem ganhou? M: – Foi empate 1 X 1 (comentam as duas) [...]

As duas meninas apresentaram respostas equivalentes, pois nenhuma possuía o domínio sobre as regras do jogo de futebol. As regras que as mesmas apresentaram foram básicas, diferentemente dos meninos que apresentaram todos os detalhes das regras. Mas podemos evidenciar que o não conhecimento das meninas sobre as regras do jogo a fundo, é justificado pelo fato do futebol não fazer parte de seus interesses pessoais.

Tanto K. como C. evidenciaram a importância da equipe, cada uma com os seus exemplos, mas de forma geral, enfatizaram a importância da concordância de todos do grupo, por ser um jogo de equipe. Ou seja, seria uma das características da fase de codificação das regras. Quanto ao conceito de regras, as duas caracterizaram como leis de um jogo ou mesmo de qualquer tipo de profissão.

Todos de onze anos jogando juntos:

[...] E: Todos resolveram que seria mais justo jogarem em grupo misto, ou seja, um menino e uma menina em cada time. As meninas se recusaram a jogar meninas contra os meninos. [...] As meninas mesmos jogando com os meninos, ainda ficavam perdidas com a bola e reclamavam muito com os meninos para jogarem mais devagar, para que elas não se machucassem. Os meninos procuravam sempre dosar um pouco mais na força dos chutes, mas em muitos momentos eles se empolgavam e esqueciam [...] Conseguiram através do diálogo organizar algumas regras como, por exemplo, as laterais, pois eles acham pequeno o espaço da quadra e resolveram considerar só marcar a lateral se a bola saísse e batesse na arquibancada. Essa sugestão foi feita por Pe. e todos concordaram. [...] A dupla de K. e R. fizeram um golo (feito por R.) e pouco tempo depois Pe. também fez um golo. [...] E: – Quem ganhou? M: – Foi empate (diz R. e todos concordam).

Após a análise da prática do jogo de todos os do grupo de onze anos, podemos reconfirmar a nossa avaliação quanto à fase em que essas crianças se encontram, pois assim como na entrevista, demonstraram na prática atitudes que nos levam a considerarmos que estão na fase de codificação das regras. Principalmente por demonstrarem atitudes de cooperação e concordância quanto às variações das regras.

As crianças de doze anos fazem parte do próximo grupo a ser analisado. O primeiro menino é O. de doze anos e onze meses. Durante a entrevista, O. demonstrou bastante familiarizado com a temática, relatando que adora jogar futebol e que sempre que pode, chama os amigos para brincar.

[...] M: - Eu acho que eu conheço todas as regras do jogo de futebol. [...] M: - A primeira coisa antes de começarmos a jogar é decidir frente ao juiz no cara e coroa, quem vai ficar com o mando de campo e quem vai ficar com a bola. [...] M: - Existem várias posições dos jogadores, tem o meio de campo, zagueiro, lateral, atacante, ponta direita [...] - (ele explica a função de cada posição dos jogadores) [...] M: – Quando um jogador leva dois cartões amarelos, o ideal é o técnico não colocá-lo no outro jogo, pois qualquer falha ele pode ser expulso [...] E: E assim ele prossegue com todas as explicações detalhadamente sobre as regras do jogo [...]

O segundo menino é M. de doze anos e seis meses. Também se considerou um conhecedor do jogo de futebol, embora o mesmo tenha relatado que prefere jogar basquete, mas que gosta de esportes.

[...] M: – Na escola às vezes jogamos futebol. [...] E: – E vocês jogam com as regras? M: – Sempre que dá jogamos, outras combinamos eliminar algumas, porque dependendo da quadra ou do campo que jogamos [...] M: - O juiz é a autoridade maior no campo, manda até nos treinadores. Ele tem os auxiliares, também conhecidos por bandeirinhas [...] M: - O jogador deve ter um preparo físico muito bom e também tem que saber jogar com estratégias [...] E: (Assim como o seu colega, ele explica, as regras do jogo, como o pênalti, impedimento, falta e outros) [...]

Os meninos jogando juntos:

[...] E: – Eles ficam muito animados com a ideia de jogarem futebol [...] Cordialmente organizam quem escolhe o campo e quem fica com a bola [...] Durante o jogo, eles conversam bastante, tanto sobre jogo de futebol, como sobre outras modalidades de esportes [...] Os dois demonstram habilidades com a bola e também conversam sobre as táticas e regras do jogo [...] O. faz um golo de cabeça. M: – Eu vou recuperar (risos) (diz M.) [...] E: Tanto O. quanto M. ficam atentos às marcações de lateral e escanteio [...] E: – Quem ganhou? M: – Foi O. (diz M.)

[...] Assim como os meninos de onze anos, os de doze também demonstram estar inseridos na quarta fase da prática das regras. Demonstraram clareza e conhecimentos profundos sobre as regras e preocupações quanto a estarem jogando com as mesmas regras.

A primeira menina a ser analisada é J. de doze anos e nove meses.

[...] M: - Eu geralmente jogo vôlei e baleado, futebol não muito [...] M: - São 11 jogadores, com o objetivo de fazer golo na rede do adversário e o goleiro tem a função de não deixar a bola entrar na rede [...] M: - Toda a vez que o jogador é contundido tem a falta [...] M: - Falta é quando um jogador é agredido de alguma falta, aí o jogador deve jogar a bola, onde foi cometido a falta [...] M: - O pênalti é quando a falta é dentro da área [...] M:- Tem o lateral, zagueiro, meio de campo, atacante [...] E: (J. explica a função de cada um posição de jogador) [...] M: - Tem também o treinador e os reservas E: – Tem a mesma quantidade de reserva que os que estão no campo? M: – Acho que sim [...] E: (J. explica algumas regras como os seus colegas, haviam descritos) [...]

A segunda menina é C. de doze anos e dez meses. C. relata que não sabe muito do futebol, porque não gosta muito de jogar futebol.

[...] M: – Eu não sei muito as regras não. E:– Você pode me ensinar o que você sabe? [...] M: – Às vezes eu jogo com meu primo, quando vamos para a casa da minha avó, porque lá tem um quintal bem grande E: - E vocês brincam com as regras? M: – Brincamos, mas tem hora que não brincamos com as regras E: – E é correto? M: – Na brincadeira é [...] M: – O jogo começa do meio de campo. Tem o pênalti que é quando um jogador derruba o outro dentro da área [...] M: - O juiz pode dar ou o cartão amarelo ou o vermelho E: – E para que serve o cartão amarelo? M: – E para advertir, quando ela faz um falta leve. E: – E o vermelho? M: – É para expulsar o jogador [...] M: E: – Tem também os bandeirinhas, que é para ajudar o juiz nas marcações de impedimento - E o que é impedimento? M: – Esse aí eu não sei explicar não (risos) [...]

As meninas jogando juntas:

[...]E: Elas decidem cordialmente o lado da quadra [...] Logo na primeira jogada C. joga a bola para fora e J. marca lateral [...] C. cai durante o jogo e J. corre para ver se a amiga se machucou [...] Elas ficam tentando driblar uma a outra, mas não demonstram muita habilidade com a bola [...] J. faz um golo [...] Tanto C. como J. gritam muito jogando, muitas vezes deixam passar despercebidas algumas regras, como o escanteio [...] Demonstraram muito cansaço durante o jogo, pois no início correram muito e depois terminaram o jogo em passos mais brandos [...] – Quem ganhou? – Fui eu (diz J.) [...]

De acordo com a análise da prática das meninas de doze anos, podemos observar que as duas meninas embora tenham enunciado a falta de habilidade com o jogo, em suas explicações demonstraram um ótimo conhecimento das regras, e até podemos considerar que foram até detalhistas em suas explicações. Durante a prática entre ambas, realmente não demonstraram habilidade e não expuseram os seus conhecimentos de regras, como fizeram os meninos, mas jogaram em concordância.

Vejamos todos jogando juntos:

[...] E: Resolveram jogar em grupo misto, em que J. jogou com M. e C. jogou com O. [...] Antes de iniciarem o jogo, os meninos se preocuparam em passar algumas regras para as meninas, bem como cada dupla montou as suas estratégias de jogo. [...] Os meninos organizaram todo o início do jogo [...] Durante o jogo tanto O. como M. jogavam com moderação para não machucarem as meninas [...] As meninas ficavam atentas nas jogadas e ambas se localizaram mais nas defensivas, enquanto os meninos tentavam atacar [...] O. marcou um golo [...] Pouco tempo depois M. também marcou um golo [...] C. tentou chutar a bola de longe e conseguiu marcar um golo (todos se espantaram e comemoraram) [...] Todos respeitaram as regras possíveis, marcaram falta, escanteio e lateral [...] E: – Quem ganhou? M: – Foram eles (diz O.) [...]

Partindo da última análise da prática de todos jogando juntos podemos reafirmar que os meninos de doze anos se encontram na fase de codificação de regras. Também partindo desta última análise poderíamos considerar que as meninas se encontram na quarta fase, pois demonstraram um ótimo conhecimento das regras, mesmo fora de suas linhas de interesses e, na prática, com todos os seus colegas, se preocuparam em manter as táticas combinadas antes de a partida começar, atitudes diferentes comparadas com o jogo só entre as meninas.

Seguindo com as análises, partimos para as crianças de treze anos. P. é do sexo masculino e tem treze anos e seis meses

[...] M: – Bom, que não pode dar falta por trás E: – O que seria falta? M: – É você bater ou puxar o pé por trás, e outra regra é a bola deve começar no meio do campo, quando a bola sai para a lateral o outro jogador do outro time vai bater o lateral. O objetivo do jogo é fazer golo na trave adversária [...] M: – Bom a função dos jogadores é proteger o goleiro, o goleiro pode jogar com a mão e com o pé, atacante fica antes do meio campo E: – Quantos jogadores são? M: – São onze E: – Contando com o goleiro? M: – Contando com o goleiro. [...] E: – Tem mais alguém no campo fora o goleiro e os jogadores? M: – Tem os bandeirinhas, os técnicos e os assistentes. E: – E o que o bandeirinha faz? M: – Quando há impedimento eles levantam a bandeira. [...] E: – O que faz o técnico? M: – Ele comanda tudo com o apito e os cartões. E: – Quais cartões? M: – são vermelhos e amarelos [...] (ele prossegue explicando a função de cada cartão e demais regras do jogo).

O segundo menino é o Pa. de treze anos e sete meses que, assim como P., descreveu as regras do jogo de futebol minuciosamente. Descreveu a função dos jogadores, do goleiro, do bandeirinha, do juiz, da falta, do pênalti, dentre outras regras do jogo de futebol, por isso não sentimos a necessidade de expor as suas transcrições.

Examinaremos os dois jogando juntos:

[...] Antes de iniciar o jogo, os meninos tiraram par ou ímpar para saber quem começaria a jogar. Pa. ganhou começou a jogar, decidiram cordialmente os lados do jogo. P. logo comunicou que o jogo não seria possível se utilizar todas as regras, pois só havia dois jogadores. [...] Minutos depois do início do jogo, houve um impasse entre os dois, pois em uma jogada P. joga a bola para fora e Pa. considerou escanteio e P. não concordou e disse que era lateral, passaram um tempo discutindo, mas P. terminou acatando a opinião de Pa. Durante o jogo eles fizeram muitos dribles para poder proteger a bola um do outro. Entre uma jogada e outra, eles comentavam sobre os seus times (de torcida), comentavam as estratégias dos jogadores, as jogadas, bem como relataram um gol que o Flamengo fez, que para P. foi válido já para Pa. não foi. [...] Durante a partida respeitaram as regras na medida do possível de um jogo em dupla. [...] P. fez três golos e Pa. fez dois golos. [...] E: – Quem ganhou? M: – Fui eu! (Diz P. todo entusiasmado) e Pa. confirma.

Ambos em seus discursos e prática demonstraram bastante conhecimento das regras do futebol, também demonstram bastante interesse no assunto, tanto que durante a prática relataram jogadas vistas em jogos pela TV.

Passamos para as análises das meninas para uma melhor análise da fase.

A primeira menina chamaremos de G. com treze anos e cinco meses.

[...]E: - Não, não saberei explicar as regras, porque eu não jogo muito futebol. E: – O que você conhecer. [...]M: - Bom! É errado o jogador pegar a bola com a mão, só goleiro pode, ou o jogador às vezes quando a bola sai do campo. [...] E: - Fora os jogadores e o goleiro tem mais alguém que participa no jogo? M: – Tem o juiz. E: – E o que o juiz faz? M: – Ele apita quando fizer alguma coisa errada, alguma coisa a mais. [...] M: – Começa do meio de campo. E: – Quem decide quem vai começar a chutar? M: – Eu não sei [...]

[...]M: – O goleiro pode sair jogando e fazer um gol. [...] E: - Quando você está jogando com seus amigos, você joga com as regras do futebol? M: – Raramente eu jogo. Quando jogo eu jogo a brincar [...]

A segunda menina denominamos de C. e tem treze anos e sete meses. A mesma não possuía um conhecimento mais elaborado sobre as regras do jogo, como os seus colegas meninos. C. sempre enfatizava que não praticava muito o esporte e nem se interessava por ele, por isso a sua falta de conhecimento mais elaborado. Vejamos alguns trechos de sua entrevista:

[...] M: - São seis com o goleiro ou são sete em cada time, aí sei não. [...] E: - Fora os jogadores tem mais alguém que participa no jogo? M: - Tem o juiz E: - São quantos juizes? M: - São cinco E: - O que eles fazem? M: - Marcam a falta no jogo, marcam o pênalti E: - Como é que o juiz marca uma falta? M: - Quando alguém for para cima de um outro jogador e este cair. E: - E o pênalti? M: - Só sei falta [...] (C. não explicou muito as regras do futebol, explanou apenas o básico que conhecia).

Vejamos as meninas jogando juntas:

[...] E: Elas se sentiam um pouco perdidas para iniciar o jogo. Ficaram sem saber quem começaria, e então resolveram tirar par ou ímpar e C. ganhou e escolheu ficar com a bola para iniciar a jogada, já G. escolheu o campo do lado direito. [...] Na maioria das vezes a bola saía da quadra e elas não ligavam quem iria marcar a lateral, mas em outros momentos marcaram. G. chega a questionar o porquê em alguns momentos se marca lateral e em outros não. [...] C. tentou driblar a bola, mas se atrapalhou e caiu. G. aproveitou a oportunidade e fez um gol. Neste momento C. reclama, não achando justo, pois ela havia caído, mas G. fala que isso não existe, porque ela caiu sozinha. E C. não responde e aceita o gol de G. [...] G. faz mais um gol e pouco tempo depois C. também marca um gol. [...] E: - Quem ganhou? M: - Foi ela (diz C.) M: - É, eu fiz dois gols.

Todos jogando juntos. Eles resolveram dividir em duas partes, a primeira seria meninos contra as meninas e a segunda seria misto. Vejamos:

[...] E: As meninas não concordam com as regras dos meninos. Elas ficam com medo de tirar a bola deles. Nesse momento os meninos já estão com dois gols e ficam mostrando suas habilidades. [...] Mais um gol dos meninos. Eles sempre ficam atentos quando a bola sai e marca a lateral, já as meninas não. Os meninos reclamam quando elas não cobram a lateral como deveria ser [...] As meninas gritam muito jogando e demonstram cansaço, já os meninos só fazem rir. [...] Na partida não houve grandes demonstrações de habilidades, os meninos respeitaram mais as regras que as meninas e eles demonstravam cordialidades com elas, no sentido em que tiravam a bola com cuidado de seus comandos. [...] E: - Quem ganhou? M: - Foi três para os meninos e nada para as meninas (diz C.).

Agora partimos para a análise do jogo misto, ou seja, um menino com uma menina:

[...] Decidiram no par ou ímpar que seria G. e P. X C. e Pa. [...]

[...] Marcaram escanteio, os meninos demonstram mais cautela, para não machucarem as meninas. [...] Todos revezavam no papel de goleiro, em momentos era uma menina em outro era um dos meninos. [...] P. lembra a G. que o goleiro pode pegar com a mão, visto que a mesma só jogava com o pé, quando estava no papel da goleira. [...] As meninas ficam dando mais apoio moral, ao invés de estarem participando nas jogadas. [...] A dupla de C e Pa. fizeram dois gols e a de G. e P. fizeram um. [...]

[...] E: - Vocês jogaram com as regras que me ensinaram? M: - Não muito, porque as meninas não sabem jogar direito. (Diz Pa.) [...] M: - Mas é muito difícil jogar nas regras com os meninos, porque eles sabem jogar mais do que as meninas e também não tinha um juiz para dizer quem estava certo (G.) [...].

Vimos diante das análises que os meninos conhecem bem as regras do jogo de futebol, pois em suas explicações enfatizaram com muito interesse todas as regras do jogo. As meninas, não demonstram o conhecimento das regras como os meninos. Não se sentiam confortáveis com o assunto, pois assim como outras meninas entrevistadas, elas não costumam jogar o futebol e nem assistem jogos. Apenas conhecem regras básicas aprendidas muitas vezes na aula de educação física. Porém é inconveniente avaliarmos em pé de igualdade as fases em que estas meninas se encontram.

Podemos considerar que os meninos se encontram na quarta fase da prática das regras. Mas Piaget (1994) também nos lembra que as crianças nesta idade se envolvem e intensificam sua memória para assuntos de seus interesses, para tanto, podemos destacar as atitudes das meninas para com as regras do jogo.

Examinaremos as crianças de 14 anos. J. N. é o primeiro a participar, ele tem quatorze anos e dois meses.

[...] M: - Eu acho que eu sei todas as regras [...] M: - A primeira coisa que o jogador deve fazer antes de começar a jogar é ter todo o uniforme padronizado. [...] M: - São onze jogadores em cada lado [...] M: - Existem o zagueiro, laterais, meio campo e atacante (ele explica cada função dos jogadores) [...] M: - Começa o jogo no meio do campo, quando junto com o juiz se faz a escolha do campo [...] M: - Também tem algumas regras como o impedimento que é quando o atacante recebe a bola de seu companheiro e entre ele e a linha de fundo só existe um jogador adversário, a falta é determinada pelo arbitro e o jogador pode levar cartão amarelo que é advertência e se receber dois amarelos é expulso, aí leva o vermelho. Dependendo da falta o árbitro pode dar direto o vermelho [...] M: - O treinador pode armar o jogo em 4.4.2 [...] M: - São quatro árbitros, um fica no meio do jogo que é o central, dois ficam na linha e outro fica atrás do gol [...] E: - Você joga com essas regras com os seus amigos? M: - Na maioria não, porque é difícil ter um árbitro para marcar, por exemplo, o impedimento E: - E não dá confusão? M: - Não, porque a gente combina antes [...] E: (ele segue com as explicações mais detalhadas das regras do jogo) [...]

O segundo menino é P. de quatorze anos e nove meses.

[...] M: - Eu não costumo jogar muito futebol não, só nas aulas de educação física [...] M: - Os meninos ficam até tirando brincadeira por não gostar de futebol [...] M: - O juiz e os bandeirinhas que apitam o jogo, o juiz é que tem maior poder, marcando as faltas e dando os cartões (ele explica a função de cada cartão) [...] M: - A falta é quando um jogador faz algo errado no jogo, por exemplo o jogador faz carrinho no outro [...] M: - Se a falta for dentro da área é pênalti [...] E: (Embora P. não tenha muita habilidade com o jogo de futebol, em suas explicações relatou todas as regras, não utilizou muitos termos técnicos como o seu colega, mas relatou corretamente todas as regras) [...]

Os meninos jogando juntos:

[...] E: J.N. quem decidiu o campo e quem começou a jogar [...] P. se esforçava para conseguir tirar a bola de J.N., mas foram poucas as vezes que conseguiu. Ele detinha mais a posse da bola quando J.N. jogava para fora [...] J.N. fez quatro golos e P. fez um [...] Mesmo que os dois possuíssem habilidades diferentes, respeitaram as regras explicitadas anteriormente [...]

Deixaremos para fazer a análise dos meninos junto com a análise das meninas.

A primeira a participar é R. de quatorze anos e cinco meses.

[...] E: – Quando você joga com seus amigos futebol, você joga com as regras? M: – Jogo. Aqui na escola mudamos um pouco, por causa do espaço que às vezes jogamos na quadra menor [...] E: – Você sabe ensinar-me as regras? M: – Eu sou melhor na prática do que ensinando as regras. [...] M: – Uma coisa importante é que um jogador deve saber é driblar, porque é essencial para fazer as jogadas [...] M: – O futebol é um jogo coletivo, que tem como objetivo fazer golos para vencer [...] M: – É composto por 22 jogadores em cada time, tem árbitros, treinadores, reservas [...] M: – O juiz marca as faltas, utiliza os cartões [...] E: – Eu posso fazer golo em qualquer trave? M: – Não, porque você pode fazer golo contra [...] E: (Ela explica não com muitos detalhes, mas explica todas as regras do jogo de futebol [...].

A segunda menina é R.A. de quatorze anos e cinco meses.

[...] M: – Eu acho que não sei explicar muito as regras, não. Acho que nem conheço todas (risos) [...] M: – Bom, futebol é um jogo que deve ser jogado com o pé, deve fazer golo na trave, tem 11 jogadores em cada time [...] M: – Tem o juiz que manda no jogo, e mostra os cartões amarelo ou vermelho dependendo da falta [...] M: – A falta é quando um jogador puxa a camisa do outro ou derruba [...] M: – Têm o pênalti que é uma falta grave dentro da linha do goleiro [...] M: – O atacante é o que fica posicionado na área para tentar marcar os golos [...] E: (R. A. continua explicando algumas funções dos jogadores, mas ela não tem um discurso tão profundo das regras como o seu colega J.N.) [...]

Todos os jogadores de quatorze anos jogando juntos:

[...] E: Mais uma vez J.N. que organizou todo o início do jogo [...] Resolveram jogar em grupo misto e os times formados foram: J.N. e R. A. X P. e R.[...] As duas meninas queriam jogar com J.N. por ele ter mais habilidade [...] Todos concordaram com a organização de J.N. e começaram a jogar [...] Logo de início J. N. faz um golo [...] R. consegue dominar a bola por algum tempo [...] R. também faz um golo [...] Os meninos se enfrentam mais na tentativa de tirarem um a bola do outro, mas logo P. desiste, porque J.N. faz vários dribles [...] P. faz um golo de pênalti e em seguida J.N. faz mais dois golos [...] Todos respeitaram as regras que relataram, pois houve falta, pênalti, escanteio e lateral[...]

Através das observações e análises das entrevistas, também consideramos que estas crianças de quatorze anos estão na quarta fase da prática das regras. Embora tenha sido assinalado o pouco conhecimento das regras de R.A. e a pouca habilidade de P., todos se preocuparam durante o jogo em entrar em concordância com as regras, repassadas antes do início do jogo, pelo jogador mais experiente. Em seus relatos admitiram que jogam às

vezes com alterações nas regras, deste que necessário e que haja concordância entre todos os participantes.

Diante de todas as análises da prática das regras, podemos concluir que as crianças da pesquisa se encontram quase em fases equivalentes às fases investigadas por Piaget, há 78 anos. Isto porque as crianças de 3 a 6 anos participantes da pesquisa demonstraram atitude equivalente à segunda fase da prática das regras, a fase egocêntrica. Segundo Piaget (1994) as crianças de 2 a 6 anos se encontram na segunda fase. Para a terceira fase, a de cooperação nascente, Piaget constatou que as crianças se encontram nesta fase entre 7 a 10 anos. Em nossa pesquisa, constatamos que todas as crianças de 7 e 8 anos se encontram nesta fase, já as de 9 e 10, apenas as meninas se enquadram na fase. E para a última fase a de codificação das regras, Piaget, enfatiza que as crianças iniciam a partir dos 11 anos em diante, e em nossa pesquisa, constatamos que os meninos em nossa atualidade estão entrando mais cedo na quarta fase, a partir dos 9 anos, já as meninas iniciam a partir dos 11 anos, ou seja, elas estariam na linha das fases encontradas na pesquisa de Piaget.

Poderíamos considerar que os meninos estariam cada vez mais cedo participando e acompanhando as atividades de seu interesse, pois a mídia e as novas tecnologias como a internet lhes proporcionam acesso de imediato aos conhecimentos de seus interesses. As meninas também fazem parte desta nova geração de tecnologias, mas o próprio Piaget considera que deve haver uma prevalência pelo interesse das regras estudadas, visto que o interesse é, com efeito, o prolongamento das necessidades (PIAGET, 1978b). Portanto, poderíamos considerar que no universo das meninas o jogo de futebol não surge como algo interessante para que possam se interessar a conhecer e praticar as suas regras.

Analisando o significado e o sentido de regras para essas crianças, concluímos que 90% das crianças entrevistadas consideram a regra como algo que deve ser respeitado, seja no jogo ou não, seriam normas ou leis de condutas para que haja um bom convívio entre eles.

8.2 Análise da Consciência da Regra

Após a coleta dos dados sobre a Prática das Regras, buscamos através das entrevistas com as crianças, analisar a consciência das regras, usando o mesmo método utilizado por Piaget. Guiados por um roteiro pré-estabelecido (guião), procuramos seguir com a mesma estrutura de entrevista com todos os participantes, recorrendo a novas perguntas a partir das suas respostas e do seu desenvolvimento cognitivo. As análises foram feitas por grupos de acordo com a idade, assim como na prática das regras.

O primeiro grupo a ser analisado é das crianças com três anos de idade.

Os meninos de três anos:

- J.V. (Três anos e cinco meses):

[...] E: - Quem te ensinou a jogar futebol? M: - Foi minha mamãe. E: - Foi sua mamãe! Você gosta de brincar com sua mamãe? M: - Gosto. E: - E quem ensinou sua mamãe jogar futebol? M: - Foi mamãe e papai. E: - E quem ensinou a mamãe e papai? M: - Foi aqui. E: - Aqui na escola? M: - Sim. E: - Faz tempo que eles jogam futebol? (Neste momento ele se levanta e vai jogar futebol, pois não quis mais conversar).

- T. (Três anos e três meses):

[...] E: - Você aprendeu a jogar futebol com quem? M: - Foi minha mãe que ensinou. E: - E ela te ensinou direitinho? M: - Sim. E: - Com quem sua mãe aprendeu a jogar? M: - O meu pai ensinou minha mamãe a jogar. E: - E quem ensinou o teu pai a jogar? M: - Foi minha mamãe quem ensinou. E: - E foi a sua mamãe que ensinou?! M: - Foi. E: - Então eles aprenderam juntos? M: - Foi. E: - E você brinca futebol com quem em casa? M: - Com minha mamãe. E: - Brinca com mais alguém? Algum amiguinho? M: - Não. Só no colégio. E: - Ah! Você brinca com os seus amiguinhos do colégio? M: - É. [...] E: - Você disse que eu não posso jogar a bola na parede e nem para cima. Por quê? M: - Porque não pode. E: - Eu posso jogar com a mão? M: - Pode. E: - Eu posso jogar para ali? (aponto para fora) M: - Não. E: - Eu posso jogar a bola para qualquer uma das traves? M: - Pode. E: - Eu posso mudar as regras do futebol? M: - Sei não, é pode [...]

As meninas de três anos:

- G. (três anos e dez meses):

[...] E: - Faz muito tempo que as pessoas jogam futebol? M: - Faz. E: - Quem te ensinou a jogar futebol? M: - Todos os meninos, T. J.V e M. E: - E em casa você brinca futebol com quem? M: - Com minha mamãe. E: - Quem te ensinou a jogar futebol? M: - Foi mamãe. E: - E

quem ensinou a mamãe a jogar futebol? M: – Foi papai. E: – E seu papai aprendeu a jogar com quem? M: – Ele já sabe jogar futebol. E meu vovô também. E: – E com quem o teu vovô aprendeu a jogar? M: – com mamãe. E: – Com a mamãe?! M: – Foi. E: – E quem é mais velho? Seu avô ou sua mãe? M: – Minha mãe e minha avó. E: – Quer dizer que sua avó e sua mãe são mais velhas que teu avô? M: – É. E: – Sua avó sabe jogar futebol? M: – sabe. E: – E quem ensinou a ela? M: – Não sei. [...] E: – E em casa, com quem você brinca futebol? M: – Com mamãe. E: – Só com mamãe? M: – Só. E: – E você não brinca com nenhuma coleguinha? M: – Brinco. E: – Com quem? M: – Com U. E: – Ele sabe brincar futebol? M: – Sabe. E: – Podemos inventar uma nova forma de jogar futebol? M: – Pode. [...]

- M. (Três anos e dez meses):

[...] M: – Foi meu papai que me ensinou. E: – Ah! Foi seu papai quem te ensinou a jogar futebol? M: – Foi meu papai, minha mamãe e meu vovô e tio Mané. E: – Seu tio também? M: – É. E: – E teu vovô aprendeu a jogar com quem? M: – não sei. Ele aprendeu sozinho. E: – E seu pai e teu tio? M: – Foi com outro titio. E: – E com que esse seu titio aprendeu? M: – Foi com Mirela. E: – A Mirela é grande ou é pequena? M: – Grande. E: – Em casa com quem você brinca futebol? – Com Laís, com Letícia, com Lucas. – Eles são pequeninhos ou já são grandes? M: – Grandes. E: – Grande adulto ou criança grande? M: – Criança grande e Letícia é grande. [...] E: – Podemos jogar futebol de outro jeito? M: – Acho que pode, tia [...] E: (Ela logo deixa a entrevista e fica chutando a bola, para várias direções).

Diante dos diálogos das crianças de três anos, comparando com as pesquisas de Piaget sobre a consciência das regras, podemos enfatizar que as mesmas se encontram na fase da regra motora, visto que todas durante as entrevistas não demonstraram consciência das regras, não as consideram como obrigação e o jogo era apenas para uma satisfação motora individual, ou seja, estas crianças estão inseridas na fase considerada por Piaget de Anomia.

O segundo grupo é das crianças com quatro anos:

Os meninos de quatro anos:

- A. J. (quatro anos e sete meses):

[...] E: – Você joga futebol em casa? M: – Jogo. E: – E você joga com quem? M: – Com meu irmão e com minha irmã. E: – E seus irmãos são maiores ou menores que você? M: – São maiores. [...] E: – A. você aprendeu a jogar futebol com quem? M: – Com meu irmão e com a minha irmã. E: – Você sabe com quem eles aprenderam? M: – Com os amigos deles. E: – Você acha que os amiguinhos deles aprenderam com quem? M: – Como os amigos deles. [...] – E: – Na sua casa algum adulto sabe jogar futebol? M: – Não. Só F. E: – E ele é grande ou pequeno? M: – Grande. E: – Ele é o que seu? M: – Ele mora perto de lá de casa. E: – Você sabe com quem ele aprendeu a jogar? M: – Não. [...] E: – Você sabe quem inventou o jogo de futebol? Quem inventou todas as regras? M: – Fui eu. E: – Foi você quem ensinou as pessoas a jogar o futebol? M: – Fui. Eu ensinei pro Fluminense. E: – E você inventou como? M: – Eu já sabia. Nasci sabendo E: – Quer dizer que você já nasceu sabendo? M: – Foi. E: – Me diz uma coisa, antigamente, quando a cidade de João Pessoa foi construída, antes de você nascer, as pessoas já jogavam futebol? M: – Já. E: – E quem você acha inventou o jogo de futebol naquela época? M: – Foi meu irmão. E: – E teu irmão já tinha nascido nessa época? M: – Não sei. E: – Na sua casa tem alguém mais velho que seu irmão? M: – Tem meu pai. E: – E ele

sabe jogar futebol? M: - sabe. E: - E quem ensinou a teu pai a jogar futebol? M: - Ninguém ensinou ele. - E ele já nasceu sabendo? M: - Não. E: - E quem você acha que ensinou a ele? M: - Esqueci. E: - A. J. existe outra maneira de jogar futebol? M: - Pode. E: - Mostra a tia essa outra maneira de se jogar futebol. (A. neste momento pega a bola e chuta em direção à trave). E: - Mas essa maneira de jogar futebol é igual a que você me ensinou anteriormente. M: - É. [...] E: - Eu posso mudar as regras do jogo? M: - Pode. E: - Vai ficar certo o jogo se eu mudar a regra? M: - Vai, mas ninguém sabe. E: - Você poderia mudar as regras do jogo e jogar com seus amiguinhos? M: - Sim. E: - Mostra o que você mudaria. M: - Eu ia mudar para assim ó (ele pega a bola e joga para bem alto e depois chuta a bola para a parede). E: - Me diz uma coisa A., você iria jogar a bola na parede? M: - É. E: - E seria certo todos os jogadores jogarem a bola para a parede? M: - Seria. E: - E se não tiver parede no campo? M: - Joga para cima. E: - Aqui no colégio você joga futebol? M: - Joga. E: - Com quem? M: - Com os coleguinhos. [...]

- G. (quatro anos e quatro meses)

[...] E: -Eu posso mudar a regra do jogo de Futebol? M: - Pode. E: - Se eu inventar a regra de jogar com a mão eu posso? M: - Não. E: - Por quê? M: - Só depois do jogo. E: - Pode ou não pode mudar a regra do jogo? M: - NÃO (em tom mais alto), se não fica do mal. E: - Fica do mal? Como assim? M: - Fica do mal. É errado. E: - No jogo de futebol, as regras sempre foram assim como você me ensinou? M: - Sim. E: - Sempre? M: - sempre. E: - Com quem você aprendeu a jogar futebol? M: - Com meu pai e com T. E: - E quem é T.? M: - É meu irmão muito grande. E: - Quem ensinou a T. jogar? M: - Eu acho que foi meu pai. E: - E quem ensinou ao seu pai a jogar? M: - Eu acho que foi a minha avó L. E: - E essa sua avó é a mãe dele? M: - Não, é a mãe da minha mãe. E: - E essa sua avó sabe jogar futebol? M: - não ela sabe andar só de skate. E: - Se ela não sabe jogar futebol, como ela ensinou a seu pai? M: - Eu acho que quem ensinou foi o treinador de futebol. E: - E será que ele aprendeu com quem? M: - Acho que foi com o goleiro. E: - E tem um goleiro no jogo de futebol? M: - tem. E: - E ele faz o quê? M: - Ele segura a bola. [...] E: - Você acha que há muito tempo, desde quando a cidade de João Pessoa estava sendo construída já se jogava futebol? M: - É. E: - Jogavam igual como jogamos hoje? M: - É. E: - Você em casa joga futebol com quem? M: - Com meu pai e com meu irmão T. E: - Quem é mais velho deles dois? M: -T. E: - T. é mais velho que teu pai? M: - É [...] E: - Quem inventou o jogo de Futebol? M: - Fui eu. E: - Se você é pequenininho, antes de você nascer já se jogava futebol? M: - Já. E: - E quem inventou pela primeira vez o jogo de futebol? M: - Eu sou pequenininho e joguei muito e fui eu que inventei pela primeira vez. E eu gosto do Fluminense. E: - E quem ensinou o Fluminense a jogar? M: - Foi T. E: - Seu irmão ensinou o time todinho a jogar? M: - Foi. E: - E quem inventou o jogo de futebol pela primeira vez no mundo? M: - Fui eu. [...]

As meninas de quatro anos:

- M. E. (quatro anos e quatro dias):

[...] E: - Você joga em casa com quem? M: - Com minha irmã. E: - Sempre se jogou futebol dessa maneira que você me ensinou? M: - sim. E: - Podemos mudar a regra do futebol? M: - Não. E: - Por quê? M: - Porque (ela fica parada e pensando por um instante e pergunta:) E: - Como é o nome daquele homem que manda no jogo? M: - O juiz. E: - É. Ele vai ficar bravo. E: - Mas se você quisesse inventar outra regra, poderia? M: - Não, é errado. [...]

[...] E: - Quem te ensinou a jogar futebol? M: - sozinha. E: - Ninguém nunca te ensinou a jogar futebol? M: - Minha irmã. E: - E quem ensinou sua a irmã jogar futebol? M: - meu pai. E: - E seu pai aprendeu com quem? M: - com o pai dele. E: - Seu avô? M: - Foi. E: - E esse seu avô aprendeu com quem? M: - não sei. E: - O teu avô joga futebol? M: - O meu avô já morreu, os dois. E: - Mas quando ele era vivo, e quando ele era novo, você acha que ele jogava futebol? - Acho. M: - Na época dele, muitos anos atrás, você acha que se jogava do

mesmo jeito que você me mostrou ou era diferente? M: – Era desse jeito. E: – Nunca mudou? M: - Não [...].

- R. (quatro anos e nove meses):

[...] E: Quem te ensinou a jogar futebol? M: - meu pai. E: - E quem ensinou o teu pai a jogar futebol? M: - meu avô. E: - Quem você acha que inventou o jogo de futebol, pela primeira vez? M: – O meu tio. E: – Quem é mais velho teu tio ou teu avô? M: – O meu tio. E: – Ele é mais velho que o seu avô? M: – É. [...]

[...] E: – E se você inventar outra maneira de jogar, pode? M: – Não. E: – Por quê? M: – Porque o homem briga. E:- Que homem? M: – Judas. E: – Quem é Judas? M: – É o homem que deixa os jogadores jogar [...].

Podemos destacar mediante das respostas das crianças, que apenas A. J. concordou que poderia mudar as regras do futebol, os demais consideraram algo muito errado, que não seria permitido. Outro ponto a se destacar é que três das quatro crianças consideraram - se como criadores do futebol, ou seja, que inventaram o jogo, apenas G. não respondeu.

Segundo Piaget (1978b) as crianças pequenas são envolvidas por um respeito pelos mais velhos, considerado unilateral e, muitas vezes, essas crianças recusam-se a aceitar a construção de novas regras, mesmo que na prática essas crianças não obedeçam às regras.

De acordo com as análises podemos considerar que três dessas crianças encontram-se na passagem para a segunda fase da consciência das regras, ou seja, de uma moral heterônoma, pois segundo Piaget (1994) as crianças nesta fase não aceitam alteração nas regras, considerando-as como uma falta grave e atribuem a aquisição deste respeito devido à coação adulta. Apenas A. J. se encontra na primeira fase da consciência das regras.

As crianças de cinco anos formam o terceiro grupo.

Meninos com cinco anos:

- L. (cinco anos nove meses):

[...] E:- Você joga em casa com quem? M: – Com meu pai e com minha irmã. E: – Ela é mais velha ou mais nova? M: - É mais velha. Tem 12 anos. E: – Quem te ensinou a jogar futebol? M: – Meu pai E: – E quem ensinou a teu pai jogar? M: – Meu avô. E: – Quem ensinou o teu avô a jogar futebol? M: - sei não. E:- Quem você acha que inventou o jogo de futebol? M: – Jesus. E: – E Jesus ensinou a quem? M: – ele inventou e as pessoas ficaram, quem escolheu o Flamengo ficou com o Flamengo. E: – E tem que escolher é? M: – É. E: – As regras que Jesus inventou é do mesmo jeito que se joga hoje? M: – É. E: – Quer dizer que desde muito tempo que se joga com a mesma regra? Nunca mudou? M: – Não. E: – Pode mudar a

regra do jogo? M: – Não. E: – Por que não? M: – Porque assim o juiz sai e entra outro juiz. E: – Se eu quiser na hora do jogo inventar outra maneira de jogar, eu posso? M: – Você ia ser o juiz? E: – E o juiz pode mudar a regra do jogo? M: – Não, ninguém pode mexer. E: – Por quê? M: – Por que se mexer sai o jogo e entra outro. E: – Se seu coleguinha for jogar com você e a regra for diferente pode? M: – Não [...].

[...] E: – Você acha que desde quando a cidade de João Pessoa surgiu, as pessoas jogavam igualmente como Jesus ensinou? M: – Sim. E: – Quando Jesus ensinou ele era pequeno ou grande? M: – Grande.[...]

- R. (cinco anos e oito meses):

[...] E: – Quem te ensinou a jogar? M: – Ninguém. E: – Ninguém te ensinou a jogar? M: – Não. Eu vejo na televisão e jogo. [...] E: – E quem você acha que inventou o jogo de futebol pela primeira vez? M: – É claro que foi o presidente. E: – O presidente? M: – Foi. E: – Que presidente? M: – O que contratou tudinho do jogo. E: – Quem? M: – Todo mundo do jogo. E: – Quem inventou pela primeira vez o jogo de futebol? M: – Foi o juiz. E: – Faz muito tempo? M: – Faz. [...] E: – E quem ensinou a seu pai jogar futebol? M: – Foi meu tataravô. E: – E quem será que ensinou o teu tataravô? M: – Foi Jesus. Deus deu a vida dele para jogar futebol. [...] E: – Podemos mudar a regra do futebol? M: – Não, porque só tem uma regra. Não podemos mudar a regra, se não sai do jogo, cai fora. E: – E se eu inventasse uma nova regra jogando com a mão? M: – Não seria certo. [...]

As meninas de cinco anos:

- N. (cinco anos e quatro meses):

[...] E: – Quem você acha que inventou o futebol? M: – Não sei. E: – Você acha que as pessoas antigamente, quando a cidade de João Pessoa estava sendo construída, já jogavam futebol? M: – Não sei. E: – E quando sua mãe era pequena você acha que ela já jogava futebol? M: – Eu acho que já, porque quando minha mãe era pequena minha avó cuidava dela. Eu acho que a minha avó ensinou a ela. E: – Quem será que ensinou a sua avó? M: – A mãe dela também. E: – Quando a sua avó era pequena, será que ela já jogava futebol como jogamos hoje? M: – Não sei. E: – Será que as regras que sua avó jogava eram iguais as que jogamos hoje? M: – As regras de futebol têm que fazer as coisas certas. E: – E o que é fazer as coisas certas? M: – É não querer mal da outra pessoa que está jogando [...] E: – Então você acha que jogar na regra é jogar certo? M: – É. Se um jogador fizer alguma coisa errada com o outro a regra é errada. E: – E o que é fazer coisa errada com o outro? M: – É derrubar, bater no outro. [...] E: – Se eu quisesse mudar a regra do jogo eu poderia? M: – Não, para inventar uma regra errada não pode. E: – Quer dizer se eu mudar a regra do jogo fica errado? M: – Não, se a pessoa fizer uma regra errada aí não pode. E: – Mas se eu quiser inventar uma regra nova eu poderia? Só se o juiz deixar. Mas as pessoas vão jogar de forma diferente? M: – Se o juiz mandar, aí pode. [...] E: – Se você fosse mudar a regra, o que você mudaria? M: – Mudaria com a mão, porque é mais fácil pra mim. [...] E: – Antigamente, as pessoas jogavam do jeito que você me ensinou? M: – Eu acho que desde antigamente já se jogava chutando. [...] E: – Quem inventou pela primeira vez a regra de futebol? M: – Acho que foi o juiz. E: – Esse juiz era criança ou adulto? M: – Ele era um adulto novo. [...]

- L. (cinco anos e dez meses)

[...] E: – Quem te ensinou a jogar? M: – Meu amigo. E: – Ele é mais velho que você? M: – É, ele tem 7 anos. E: – Quem ensinou esse teu amigo a jogar? M: – sei não, a mãe dele não joga e ele mora com ela e a avó. E: – Tua achas que a avó dele sabe jogar futebol? M: – Não. E: – E quando ela era nova será que ela sabia jogar futebol? M: – Não sei. E: – Será que na

época que a avó dele era nova as regras do futebol eram iguais as que se joga hoje? M: – Era igual [...] E: – Quem será que inventou o futebol pela primeira vez? M: – Foi Deus. E: – Por que Deus? M: – Quem inventou foi Deus e outras pessoas descobriram [...] E: – Você acha que seu avô aprendeu com quem? M: – sei não. Foi minha avó quem ensinou a minha mãe jogar. E: – E quem ensinou à sua avó? M: – Foi a mãe dela. E: – Cada uma aprende com a mãe é? M: – É. [...] E: – Se eu pudesse mudar a regra do jogo de futebol que você me ensinou antes, eu poderia? M: – Não. E: – Porque? M: – Não sei. E: – E se você pudesse mudar a regra você poderia? M: – Poderia. Eu jogaria com a mão. E: – E seria correto todo mundo jogando com a mão? M: – Não. Por quê? (Ela fica calada). [...] E: – Alguém pode mudar a regra do jogo do futebol? M: – Só o juiz. E: – E se ele mudar a regra no meio do jogo, fica correto? M: – Eu acho que não. E: – Por quê? M: – Não sei. E: – Quando Deus inventou a regra ele era pequeno ou grande? M: – Grande.[...]

Analisando as entrevistas também podemos considerar que estas crianças de cinco anos estão inseridas na fase heterônoma, principalmente por não aceitarem as mudanças nas regras. As crianças nesta fase, segundo Piaget (1978b), consideram as regras como verdadeiras e eternas e que não são frutos das próprias crianças, mas sim, por pessoas representativas de muito respeito, como os papas, senhores presidentes ou mesmo o próprio Deus. Estas menções também foram observadas durante as entrevistas.

O quarto grupo é formado pelas crianças de seis anos.

Meninos de seis anos:

- M. (seis anos e três meses):

[...] E: – Quem te ensinou a jogar futebol? M: – Foi meu pai. Ele era jogador. Ele jogava vôlei, futsal e handebol e ganhou um monte de medalhas. Já ganhou um campeonato de corrida. E: – Quem ensinou ao seu pai a jogar? M: – Foi meu avô que ensinou a ele. E: – E você acha que seu avô aprendeu com quem? M: – Com o pai dele também. [...] E: – Antigamente na época do seu avô as regras eram iguais as de hoje, que você me mostrou? M: – Era. Nunca mudou. E: – E quem inventou o futebol? M: – Não sei. E: – Podemos mudar as regras? M: – Não. E: – Se quiser mudar hoje as regras pode? M: – Não.[...] E: – Se um coleguinha jogar de outra maneira, você jogaria com ele? M: – Se mudar as regras aí acaba o jogo, se um o jogo for difícil demais aí acaba o jogo. [...]

- P. (seis anos e quatro meses):

[...] E: – Quem te ensinou a jogar futebol? M: – Meu pai que é goleiro. E: – E quem ensinou o seu pai jogar? M: – Não sei, eu não era nascido ainda não. [...] E: – Seu avô sabe jogar futebol? M: – Não. E: – E quando ele era novo sabia jogar futebol? M: – Sim. E: – E quem o ensinou? M: – Acho que foi o pai dele. E: – O seu bisavô? M: – Foi.[...] E: – E você sabe quem inventou as regras do futebol? M: – Não. Eu acho que foi o juiz. [...] E: – As regras de antigamente, da época de seu bisavô, são as mesmas que você joga? M: – São. E: – Você pode mudar as regras do jogo? M: – Não, de jeito nenhum. E: – Se eu quiser mudar a regra na hora do jogo eu posso? M: – Não.[...]

As meninas de seis anos:

- L. (seis anos e onze meses):

[...] E: – Faz muito tempo que as pessoas jogam futebol? M: – Eu acho que sim. E: – Você acha, que quando João Pessoa estava sendo construída as pessoas jogavam futebol igualmente como jogamos hoje? M: – Sei lá [...]. E: – Quando esse homem inventou, ele inventou com as mesmas regras que jogamos hoje? M: – Algumas partes sim e outras não, porque o mundo antigamente não era tão perfeito. Não era assim, com muitas coisas. Antes era charrete e hoje é carro. E: – E no futebol o que foi que mudou? M: – Eu acho que não tinha cartão vermelho e as coisas mais importantes não tinha [...] E: – Quem inventou as regras de hoje? M: – Eu acho que foi uma criança menino, porque eles são muito ligados a essas coisas. Mas as regras eu acho que foi o pai. E: – Você acha que faz pouco tem ou muito tempo que existem essas regras? M: – Muito tempo.[...]

[...] E: – As regras que você me ensinou hoje, são as mesmas dos jogos que passam na TV, como o da copa do mundo? M: – É. E: – Podemos mudar as regras do futebol? M: – Pode e não pode. Hoje não pode, mas poderia ser nos próximos anos. Assim, quando a gente não tiver mais aqui. E: – Quer dizer que só pode mudar as regras daqui a muitos anos? M: – É, porque devem mudar as coisas para melhores. Só depois de muitos anos. E: – Se eu quiser mudar hoje. Não poderia? M: – Não seria correto. Porque o certo é como os jogadores jogam, o certo é eles praticarem [...] E: – E se você tiver em um campeonato e um amigo seu quiser mudar a regra, você aceita? M: – Não. E: – E é correto? M: – Não. [...]

- J. (seis anos e onze meses):

[...] E:- Quem inventou o jogo do futebol? M: – Foi uma pessoa que fez o jogo. Não tenho a mínima ideia quem foi que fez o jogo de futebol. [...] E: – Desde a época que a cidade de João Pessoa foi construída, mais de 400 anos, as regras do futebol, eram iguais as que você mostrou hoje? M: – Eu acho que as regras eram diferentes. Antes as regras tinham cartão azul e amarelo. Só o cartão vermelho que mudou.

[...] E: – Podemos mudar as regras do jogo? M: – Não, porque se você mudar a regra do jogo você pode ser expulsa. E leva cartão amarelo. E: – Nunca pode mudar a regra do jogo? M: – Nunca. Só quem pode mudar é o juiz. [...] E: – E se você estivesse em casa e um coleguinha chamasse para jogar futebol de outra maneira, você jogaria? M: – Podia nunca, ela iria jogar sozinha. [...].

Diante das respostas de todas as crianças de seis anos, sejam dos meninos como das meninas, em todos parecem predominar o dever da obediência das regras impostas, a fim de evitarem erros ou mesmo punições, visto que julgam o que seria correto mediante os resultados de suas ações. Todos consideraram as regras como sagradas, ou seja, não existindo a possibilidade de alterações nas mesmas. Apenas uma das meninas, considerou que passados anos, poderá haver modificações nas regras.

Diante das avaliações das análises das respostas destas crianças, podemos considerar que todas se encontram na fase da moral heterônoma.

O quinto grupo para a análise é o das crianças com sete anos. Vejamos:

Meninos de sete anos:

- J. V. (sete anos e onze meses):

[...] E: – Quem te ensinou a jogar futebol? M: – Foi meu irmão. E: – E quem o ensinou a jogar? M: – Ele mesmo E: – Ele já nasceu sabendo? M: – Ele foi para a escola aprendeu a jogar e depois ele me ensinou. [...] E: – Podemos mudar as regras do futebol? M: – Não. E: – Ninguém pode mudar? M: – Só um grupo que se chama a FIFA. Só eles é quem podem mudar as regras. E: – Mas na hora do jogo se o juiz quiser mudar pode? M: – Não. E: – Mas se um jogador mudar, no meio do jogo seria correto? M: – Não, mas existem mudanças de emergência. E: – E se for antes? M: – Aí é normal. E: – Você já viu mudar a regra do jogo? M: – Não. [...] E: – Você acha que antigamente as pessoas já jogavam futebol? M: – Depende da época, mas acho que sim, porque o futebol foi inventado em 1907. E: – Nessa época que foi inventado o futebol, os jogadores já jogavam com essas mesmas regras que você me mostrou? M: – Já. E: – Nunca mudaram as regras do futebol? M: – Não. [...] E: – Quem inventou pela primeira vez o jogo de futebol? M: – Não sei. E: – Mas você acha que foi um adulto, ou uma criança? M: – Eu já ouvi dizer que foi uma criança. E: – Ela já inventou com essas regras? M: – Não, depois que foi inventado as regras. E: – E quem criou as regras? M: – Acho que foi ele mesmo. E: – E quer dizer que desde que ele criou nunca mudou? M: – Não porque são regras históricas. [...] E: – Mas se um amiguinho quiser inventar uma outra regra antes de vocês começarem a jogar, você jogaria? M: – Não. E: – Por quê? M: – Porque eu gosto de jogar da maneira certa. [...]

- B. A. (sete anos e dez meses):

[...] E: – Na época que o seu tio era pequeno as regras eram iguais a que você me ensinou hoje? M: – Eu acho que eram. E: – Desde antigamente, por exemplo, quando a cidade de João Pessoa estava sendo construída, há mais de 400 anos, as pessoas já jogavam futebol? M: – Eu não sei. E: – E uns cinquenta anos atrás, as pessoas jogavam futebol como se joga hoje? M: – Acho que era diferente. Eu acho que nem tinha campo. E: – E eles jogavam onde? – Não sei. [...] M: – As regras que você me mostrou são corretas? M: – São. Meu pai já jogou futebol, mas hoje em dia não. [...] E: – E na época que sua bisavó era nova, você acha que as pessoas jogavam futebol com as regras de hoje? M: – Não. Acho que era diferente. Acho que os amigos dela nem jogavam, porque ela era da época que tinha muitos índios. Ela era índia. E: – E os índios jogam futebol? M: – Não. E: – Por quê? M: – Porque eles não tinham bola. E: – Mas assim, na época que sua bisavó era nova, as outras pessoas, sem ser os índios, jogavam? M: – Sim. E: – Mas as regras eram iguais as de hoje? M: – Não. E: – E o que é que era diferente? M: – Eu acho que a falta era diferente. E: – E era como? M: – Eu acho que não existia a falta [...]. E: – Podemos mudar as regras do futebol? M: – Pode não. E: – Se eu quisesse mudar a regra eu poderia? M: – Não, só o homem que criou o futebol. E: – E quem foi esse homem? M: – Eu não sei [...] E: – Existe outra forma de jogar futebol diferente da que você me mostrou? M: – Pode. E: – De que forma? M: – Várias. Pode inventar de muito jeito. E: – E é correto? M: – Não é correto. [...]

As meninas de sete anos:

- S. (sete anos e nove meses):

[...] E: – Se eu quiser mudar a regras eu posso? M: – Não. Só se for aquele de verdade mesmo. E: – E como é jogo de verdade? M: – É quando não pode mudar nenhuma das regras. Se você mudar a regra, sai do jogo e entra outra pessoa. E: – E o que é jogo de verdade.? M: – É quando tem muitas pessoas. Às vezes, quando estamos jogando aqui na escola, o

professor joga de verdade, e às vezes a gente joga de brincadeira no parque. E: – E jogar de brincadeira pode mudar a regra? M: – Pode, tipo pudilasca, que não tem falta, não tem nada, se alguém bater em você não tem falta. Mas o professor diz quando é de pudilasca ou não [...] E: – E no jogo de verdade pode mudar a regra? M: – Não. E: – O jogo que você me ensinou é o de verdade ou o de brincadeira? M: – É o de verdade [...] E: – Quando a sua avó era nova, assim como você, será que ela jogava futebol? M: – Não. E: – Mas nessa época, as regras que as pessoas jogavam futebol, eram iguais as que você mostrou hoje? M: – Não. E: – Por quê? – Antes não tinha falta, não tinha juiz. [...] E: – Podemos mudar as regras do jogo antes da partida começar? M: – Não, só de brincadeira. E: – Ninguém pode mudar o jogo de verdade? M: – Só o juiz. E: – Ele pode mudar em qualquer hora? M: – Não, só quando os jogadores estão treinando. E: – Você acha que as pessoas irão entender quando eles forem jogar? M: – Eu acho que sim. E: – Seria correto? M: – Não. E: – E durante o jogo pode mudar? M: – Não, porque às vezes não dá para chamar todo o mundo. [...] E: – Você acha que há muitos anos atrás as pessoas jogavam como você me mostrou? M: – Não. Acho que eles não sabiam ainda. Por exemplo, eu acho que eles não sabiam roubar a bola. E: – Roubar a bola? M: – Sim, eles não sabiam driblar para tomar a bola do outro. Acho que eles só chutavam. [...]

- A. C. (sete anos e sete meses):

[...] E: – Antigamente as regras eram iguais as de hoje? M: – Eram diferentes. E: – O que é que tinha ou não tinha comparado com as regras de hoje? M: – Eu não sei, eu acho que não tinha jogadores, reservas. [...] E: – Na época que seu avô era novo as pessoas jogavam com as mesmas regras que se jogam hoje? M: – Não sei. Acho que mudou algumas coisas. E: – Era correta a maneira que eles jogavam? M: – Deve ser. E: – Hoje em dia, podemos mudar as regras do futebol? M: – Não. E: – De jeito nenhum? M: – Não pode. E: – E na brincadeira pode? M: – Não. [...] E: – E futuramente vai poder mudar? M: – Acho que sim, porque nos outros mudaram por causa da modernidade [...]. E: – E essas regras que você me ensinou hoje, como surgiram? M: – Não sei. E: – E você aprendeu essas regras como? M: – Assistindo o jogo do Flamengo e com meu irmão. E: – Essas regras poderiam mudar? M: – Não E: – Seria correto mudar? M: – Não, porque agora não pode mudar. E: – E se você estiver jogando com seu irmão e ele inventar uma nova regra, você iria jogar? M: – Jogaria. E: – Seria correto? M: – Acho que sim, porque a gente aí está só brincando. [...]

As respostas das crianças de sete anos, tanto dos meninos como as das meninas são características da segunda fase, a heterônoma, assim como as crianças de seis anos, eles recusaram mudar as regras do jogo. Alguns consideraram que essas regras mudaram ao longo do tempo, mas que atualmente não podem ser mudadas. Ou para uns, poderia ser mudada pelo órgão superior do futebol que é a FIFA, ou o criador do futebol. Piaget (1994) caracteriza que as crianças nesta fase podem ser incapacitadas de julgar as regras mediante a sua falta de experiências sociais e que certos princípios fogem de sua razão.

As crianças de oito anos formam o sexto grupo a ser analisado.

Os meninos de oito anos:

- F. (oito anos e nove meses):

[...] M: - Quem me ensinou a jogar foi meu padrinho, ele joga toda semana. [...] E: - Quando seu padrinho era mais novo as regras eram iguais a que você me ensinou hoje? M: - Acho que eram. [...] E: - Seu padrinho quando era mais novo jogava com essas mesmas regras? M: - Não, eu acho que na época dele já era diferente E: - Como? M: - Acho que as regras eram mais fáceis, não tinham tanto rigor [...] M: - Acho que quem inventou o futebol foi um brasileiro [...] M: - Quando ele inventou as regras eram bem diferentes, acho que todos corriam para fazer o gol [...] E: - E quando surgiram as regras? M: - Acho que foi com o tempo, as pessoas foram mudando [...] E: - Podemos mudar as regras? M: - Agora não. [...] E: - Você joga com as regras? M: - Nem sempre, porque às vezes meus amigos não marcam pênalti. E: - E é correto? M: - Não, eu não gosto, às vezes, eu nem jogo por causa disso. [...] M: - Mas eu jogo também sem as regras [...]

- K. (oito anos e dez meses):

[...] M: - Meu pai me ensinou [...] E: - O seu pai joga com as regras do futebol? M: - Joga [...] M: - Foi um homem que inventou o futebol, mas eu não sei o nome dele não. [...] M: - Eu acho que ele não inventou com todas as regras [...] E: - Quando seu pai era pequeno, jogava com as mesmas regras de hoje? M: - Acho que sim, acho que eram iguais às de hoje [...] E: - Podemos mudar as regras? M: - Não, as regras não podem ser mudadas [...] M: - Todos os jogadores do mundo jogam com essas regras [...] E: - Se algum amiguinho seu quiser mudar alguma regra antes de vocês começarem a jogar, você concordaria? M: - Não, eu não gosto muito de mudar as regras não, porque sempre termina em confusão E: - Mas você joga sem todas as regras? M: - Tem vez que eu jogo [...]

- M. (oito anos e dois meses):

[...] M: - As regras surgiram há muitos anos [...] M: - Meu bisavô não jogava com as mesmas regras que as nossas, porque na época que ele era criança as regras não eram iguais às de hoje [...] M: - Eu não sei jogar muito não, mas quando jogo eu prefiro com as regras [...] M: - Os jogadores profissionais nunca podem mudar as regras, é errado, aí ele vai sair do time dele [...] M: - Acho que essas regras surgiram quando meu pai era pequeno, porque ele já sabe jogar essas regras [...]

- C. (oito anos e dois meses):

[...] M: - Meu irmão que me ensinou a jogar [...] M: - Acho que sempre teve regras [...] M: - Quando foi inventado o futebol era só regras básicas, depois de alguns anos os juizes foram colocando outras regras como o pênalti, que muitos anos atrás não tinha [...] M: - Acho que também não tinha os bandeirinhas nem os reservas [...] E: - Você joga com as regras? M: - Eu jogo, mas, às vezes, na brincadeira esquecemos algumas. E: - É correto? M: - Não, mas às vezes é que jogamos assim. [...] M: - Os jogadores de verdade só podem jogar com as regras [...] M: - Nunca pode mudar as regras, as de hoje são para sempre [...]

Diante dos dados obtidos pelas crianças de oito anos, podemos considerar que todas estão na fase da moral heterônoma, pois assim como as crianças anteriores, elas não aceitam as mudanças das regras, consideram uma atitude errada mudar as regras. Consideraram também que as regras eram impostas por alguém de autoridade, umas citaram o respeito ao juiz e

outras ao professor. Mas podemos também considerar que essas crianças estariam entre a passagem da moral heterônoma para a moral autônoma, pois mesmo considerando as mudanças erradas, alguns demonstraram cederem a alguns jogos sem as regras.

O sétimo grupo é o grupo com nove anos:

Meninos de nove anos:

- P. (nove anos e onze meses):

[...] M: – Quem me ensinou foi meu pai e minha mãe [...] E: – Quando João Pessoa foi criada, há 425 anos as pessoas já jogavam futebol? M: – Acho que não, porque o futebol veio depois E: – Quando? M: – Não sei bem, acho que uns 150 anos atrás [...] E: – Já existiam as regras que você me ensinou? M: – Não. E: – E quando surgiram essas regras? M: – Sei não, acho que uns 50 anos atrás [...] E: – Você joga com regras? M: – Às vezes sim e outras não. E: – Por quê? M: – É assim, quando estou jogando aqui na escola, eu e meus amigos combinamos antes do jogo se vamos jogar com todas as regras, porque às vezes jogamos no campo menor aí não dá para jogar com todas as regras. E: – E todos aceitam? M: – Oxe! Aceitam. E: – E você? M: – Também. E: – Você acha correto? M: – Acho, porque todos meus amigos jogam assim. Mas no profissional não é correto [...] E: – No jogo profissional pode mudar as regras? M: – Acho que não E: – Nunca vão poder mudar? M: – Acho que futuramente pode [...]

- J. (nove anos e dois meses):

[...] M: – Eu nem lembro com quem eu aprendi, acho que foi na escola mesmo [...] E: – Podemos mudar as regras do jogo? M: – Só quem pode mudar é a FIFA, agora se fosse na pelada podemos. E: – Pelada? M: – Sim! É um jogo sem ser profissional [...] M: – Acho que meu pai já jogava com essas nossas regras [...] M: – Meu avô acho não jogava igual a hoje, acho que algumas coisas eram diferentes [...] M: – Eu mudo às vezes as regras e meus amigos também E: – Todos concordam? M: – Às vezes concordam e outras não, aí a gente se organiza para todo o mundo jogar [...]

Meninas de nove anos:

- I. (nove anos e seis meses):

[...] E: – Quem ensinou o seu pai a jogar futebol? M: – Ele disse que foi meu avô, foi o pai dele [...] E: – E quando seu avô era criança as regras eram iguais a que você me ensinou? M: – Sei lá, eu acho que não. E: – Era diferente? M: – Sei não [...] E: – Quando a cidade de João pessoa estava sendo construída você acha que as pessoas jogavam futebol? M: – Acho que não [...] E: – Será que alguém pode mudar as regras do futebol? M: – Sei não [...] E: – Se você pudesse mudar as regras do futebol, você mudaria? M: – Acho que mudaria, algumas coisas [...] E: – E se eu quisesse mudar uma regra antes de começar a jogar, poderia? M: – Se todos aceitarem pode [...] E: – Você jogaria diferente? M: – Sim [...]

- L. (nove anos e onze meses):

[...] M: – Eu aprendi jogando com meus amigos [...] M: – Meu pai aprendeu com o avô dele, porque o pai dele morreu quando ele era bebê. [...] E: – Na época em que o seu bisavô era jovem, ele jogava com as mesmas regras que a nossas? M: – Acho que não, porque faz muito tempo [...] M: – Essas novas regras devem ter surgido quando Pelé jogava [...] M: – Deve poder mudar as regras [...] M: – Acho que em alguns ano vai mudar alguma coisa, só não sei o quê (risos) [...] M: – Quando jogamos lá no prédio as vezes mudamos algumas coisas do jogo [...] M: – Mas só jogamos quando todo mundo aceita a jogar, porque se não terminam brigando [...]

Segundo os dados obtidos nas entrevistas, podemos considerar que as crianças de nove anos participantes da pesquisa, se encontram na fase da moral autônoma, pois todos demonstraram regular e buscar soluções em concordância com os parceiros para as regras.

O oitavo grupo para nossa análise é o das crianças de dez anos:

Meninos de dez anos:

- T. (dez anos e um mês):

[...] M: - Quem me ensinou a jogar futebol foi meu pai. [...] E: - Na época que se pai era novo, as regras eram iguais às de hoje? M: – Eram. E: – E na época do seu avô? M: – Acho que sim. [...] E: – Quem inventou o futebol? M: – Não sei. Acho que foi um homem. [...] E: – Quando João Pessoa estava sendo criada, mais de 400 anos atrás, as pessoas já jogavam futebol? M: – Sim. E: – E as regras nesta época eram iguais ou diferentes? M: – Acho que eram diferentes. E: – Diferentes como? M: – Não tinha a falta, escanteio e os cartões. [...] - Quando inventaram essas regras que jogamos hoje? M: – Acho que foi em 1800 e alguma coisa. [...]

[...] E: - Podemos mudar as regras do futebol? M: – Pode não, só na brincadeira. Por exemplo, eu jogando com meus amigos pode, mas no de verdade não pode. E: - Com seus amigos pode? M: – Pode, porque se todos quiserem jogar diferente, aí inventamos um jeito diferente e jogamos. E: – Mas se um de seus amigos não quiser jogar dessa maneira? M: – Aí temos que inventar outro jeito até todos jogarem [...] E: – E por que não podemos mudar o jogo de verdade? M: – Assim, a gente não pode, mas se a FIFA quiser mudar pode, aí eles vão reunir pessoas de todo o mundo para mostrarem as novas regras. [...]

- L. (dez anos e dois meses):

[...] M: – Quem inventou as regras foi um homem, que não lembro do nome dele agora, mas eu já vi falar dele na televisão [...]

[...] M: - Só quem pode mudar as regras do futebol é a FIFA. [...] M: - Quando eu jogo com meus amigos, às vezes mudamos as regras, depende onde a gente joga, se for na rua é diferente de jogar na quadra da escola, porque o espaço é pequeno, aí a gente muda algumas coisas. E: – E todos concordam? M: – Na maioria das vezes sim, mas tem hora que um e outro não quer, aí agente muda até todo mundo jogar. [...]

As meninas de dez anos:

- A. B. (dez anos e nove meses):

[...] E: - Na época em que teu avô jogava, as regras eram as mesmas que você me ensinou hoje? M: - Eu acho que era diferente. E: - E o que você acha que era diferente? M: - Tinha menos regras [...]

[...] E: - Quando o homem que inventou o futebol, já inventou com regras, ou as regras foram inventadas depois? M: - As regras foram vindo depois. [...] M: - Na brincadeira podemos mudar as regras, mas no jogo profissional não pode. [...] M: - Só pode mudar no profissional se o presidente do futebol reunir todos os diretores de todos os países e organizarem alguma nova regra [...]

- M. E. (dez anos e sete meses):

[...] E - As regras na época em que seu avô era pequeno eram iguais às de hoje? M: - Não, eram iguais as da época do meu pai [...]

[...] M: - Quem inventou o futebol foi um cientista. [...] M: - Não podemos mudar as regras do futebol, porque não seria correto. E: - Mas existe alguém que pode mudar? M: - Acho que tem, só que eu não sei quem é. E: - E se um coleguinha seu quiser mudar algumas regras, antes de vocês começarem a jogar, poderia? M: - Sim, mas não seria correto. E: - Mas você jogaria? M: - Se todos aceitarem sim. [...]

De acordo com as entrevistas com as crianças de dez anos, podemos considerar que todas se encontram na terceira fase da consciência das regras, que é a da moral autônoma. Pois para estas crianças, as regras não são mais sagradas e podem passar por mudanças baseadas no respeito consentido mutuamente.

O nono grupo é o das crianças com onze anos.

Os meninos de onze anos:

- P. (onze anos e cinco meses):

[...] E: - Me diz uma coisa, na época em que seu avô era novo as regras eram iguais as de hoje? M: - Não, era um pouco diferentes das de hoje. [...] E: - Quem você acha que inventou o futebol? M: - Eu acho que foram os primeiros homens do Brasil. [...]

[...] M: - Nós não podemos mudar as regras, mas existe um órgão que pode mudar. [...] M: - Se todos do meu grupo aceitarem a nova regra, nós jogamos. [...] M: - Não seria correto, porque existe uma regra para o futebol, mas se todos querem assim diferente, aí pode. [...]

- R. (onze anos e cinco meses):

[...] M: - Meu avô quem ensinou a meu pai e meu pai foi quem me ensinou a jogar futebol. [...] M: - Na época do meu avô as regras eram um pouquinho diferentes das de hoje [...] E: - Podemos mudar as regras do futebol? M: - Não, porque as regras são mundiais e só a FIFA é que pode mudar. [...] M: - Eu já joguei várias vezes diferente, às vezes é ruim jogar com todas as regras, aí eu e meus amigos mudamos na brincadeira. E: - E todos concordam? M: -

Às vezes sim e outra não, mas quando não concordam a gente tenta ver outro jeito que todos joguem [...]

As meninas de onze anos:

- K. (onze anos e cinco meses):

[...] E: – Você acha que todas as regras que tem hoje no futebol, também existiam antigamente? M: – Acho que sim [...] E: – Podemos mudar as regras do futebol? M: – Eu não sei não [...] E: – Você acha que já mudou alguma vez as regras do futebol? M: – Eu acho que já. E: – Você acha que mudou o quê? M: – Eu não sei, eu não entendo muito de futebol, quem assiste é meu pai. [...] E: – Seria correto mudar alguma regra do futebol? M: – Eu acho que não, mas de brincadeira eu acho que pode. E: – Por quê? M: – Porque é só brincadeira e o profissional não pode, só se os representantes do futebol quiserem mudar alguma coisa. [...] E: – Você joga com outras regras com seus amigos? M: – Eu não jogo muito, mas já eu já joguei diferente no colégio e foi legal. E: – Todos concordaram? M: – Sim. [...]

- C. (onze anos e seis meses):

[...] E: – Você acha que podemos mudar as regras do jogo de futebol? M: – Não, mas depende do jogo E: – Por exemplo, antes do jogo da copa, se chegasse um juiz e quisesse mudar as regras do jogo poderia? M: – Eu acho que pode E: – E as pessoas iriam concordar e iriam jogar? M: – Não sei dizer, mas eu acho que sim. [...] M: – Na brincadeira podemos mudar as regras e todos jogam juntos [...]

Assim como as crianças de dez anos, as de onze anos também se encontram na fase da moral autônoma, pois consideraram que as regras podem ser alteradas. Segundo Piaget (1994), as crianças desta fase também consideram que as regras são estabelecidas mediante as gerações e que as regras são estabelecidas aos poucos.

As crianças de doze anos formam o décimo grupo a ser analisado.

Meninos de doze anos:

- O. (doze anos e onze meses):

[...] M: – Desde pequeno eu jogo futebol e eu não lembro bem quem me ensinou [...] M: – Eu acho que antigamente não existiam os bandeirinhas, não existiam os dribles, os técnicos não eram tão rígidos como são hoje [...] M: – Futuramente com certeza essas regras vão mudar, pois vão surgindo novas táticas para novas táticas de jogos e se for para melhorar, muda [...] M: – Hoje as regras são as mesmas e quem comanda é a FIFA [...] M: – Eu jogo com as regras, mas também jogo sem algumas regras [...] E: – Todos concordam? M: – Meus amigos concordam e eu também [...] M: – No jogo profissional não pode mudar assim como a gente [...]

- M. (doze anos e cinco meses):

[...] M: - Não, quando inventaram o futebol, as regras eram diferentes [...] M: - Acho que só jogavam o básico [...] M: - Não é correto mudar as regras, mas se for necessário, para que todos joguem, aí pode mudar. E: - Por que você diz “para que todos joguem”? M: - É porque nem todos sabem bem as regras, aí mudamos as regras. Têm vezes que na escola as meninas também participam e elas é que não sabem mesmo jogar com as regras, só sabem jogar para o golo [...]

As meninas de doze anos:

- J. (doze anos e nove meses):

[...] M: - Aprendi a jogar com minha mãe [...] M: - Acho que quando minha mãe era nova ela jogava com as mesmas regras das de hoje [...] M: - Eu acho que não podemos mudar as regras do futebol [...] E: - E futuramente essas regras podem mudar? M: - Acho que sim, se for pra melhorar é melhor [...] M: - Eu jogo pouco, mas quando eu jogo aqui na escola, é geralmente na educação física, aí tem vez que jogamos com as regras e tem dia que não [...] M: - É combinado, aí não tem briga e todos respeitam [...] M: - Eu acho que deveria jogar com as regras, mas para mim não é tão ruim não, porque eu não sei jogar direito (risos) [...]

- C. (doze anos e dez meses):

[...] M: - Eu acho que pode mudar as regras na brincadeira, no dos de verdade de campeonato não pode [...] E: - Futuramente essas regras podem mudar? M: - Sei lá, acho que pode, tudo vai mudando com o tempo [...] M: - Acho que vai deixar de existir o impedimento. E: - Por quê? M: - Porque é muito complicado [...] M: - Quando eu jogo com os meus primos na casa da minha avó, a gente joga de várias maneiras e geralmente não são com todas as regras. E: - Por quê? M: - Por assim fica muito difícil e também não tem juiz pra marcar [...] M: - Mas meus primos concordam antes de começar a jogar, é eles que combinam e eu vou na onda [...]

Podemos considerar mediante os discursos das crianças de doze anos que todos, tanto os meninos como as meninas, apresentam atitudes de uma moral autônoma, pois as regras por elas estabelecidas são mantidas de acordo com um consenso social e se adequam a um objetivo.

O décimo primeiro grupo é composto pelas crianças de 13 anos.

Meninos de treze anos:

- P. (treze anos e cinco meses):

[...] M: - Eu aprendi com meu irmão e com alguns colegas. [...] M: - Meu irmão aprendeu com meu avô porque meu pai odeia futebol. Já meu avô é fascinado por futebol. [...] E: - Quando seu pai era novo ele jogava futebol com as mesmas regras que jogamos hoje? M: - Acho que não, porque ele jogava com as regras de rua, não tinha campo. E: - Mas e os

jogadores profissionais da época dele? M: - Eu não sei, porque não entendo muito de futebol. [...] E: - Quem inventou o jogo de futebol? M: - Foram os ingleses. E: - Quando os ingleses inventaram, já existiam as regras? M: - Não sei dizer, eu sei que era muito violento. [...] E: - Você poderia mudar as regras do futebol? M: - Algumas coisas poderiam ser mudadas outras coisas não. E: - E é correto? M: - Depende do jogo, se for profissional não, mas se for uma pelada com os amigos é correto [...]

- Pa. (treze anos e seis meses):

[...] M: - Quem me ensinou a jogar bem foi um amigo que faz parte de uma escola de futebol e sabe jogar. [...] M: - As pessoas na época que minha mãe era nova jogavam com as regras um pouco diferentes, como a trave era maior, não tinha a paradinha. [...] E: - E como surgiram as regras? M: - Acho que como o jogo foi se popularizando aí eles resolveram inventar as regras. [...] E: - Poderia mudar as regras do jogo de futebol? M: - Acho que não. Só se realmente fosse para melhorar, aí a CBF mudaria. [...] M: - Eu mudo as regras às vezes com os meus amigos [...]

As meninas de treze anos:

- G. (treze anos e cinco meses):

[...] E: - Você acha que as regras de antigamente no geral eram as mesmas que se jogam hoje? M: - Eu acho que antes tinha menos regras. Era aquelas regras básicas que o goleiro só pega com a mão essas coisas, não tinha tanta regra como tem hoje. [...] M: - Com o tempo as novas regras foram surgindo, de acordo com a necessidade. [...] E: - Poderíamos mudar as regras? M: - Nós não, mas os mandões do futebol eu acho que sim. [...] M: - Eu acho correto, porque as regras devem ir evoluindo [...]

- C. (treze anos e sete meses):

[...] E: - Quando surgiu o futebol, já existiam as regras com que se joga hoje? M: - Não. E: - Quando começaram essas regras? M: - Não sei [...] E: - Você joga com seus amigos com as mesmas regras? M: - Às vezes sim, outras não, porque as regras são muito difíceis aí às vezes inventamos outras mais fáceis. E: - E é correto? M: - Na brincadeira é. E: - E pode mudar as regras sem ser na brincadeira? M: - Sei lá, acho que pode [...]

Mais uma vez encontramos um grupo de crianças que se encontram na fase da moral autônoma. Não existe na concepção destas crianças de treze anos o julgamento quanto às mudanças das regras, pois as mesmas parecem se tornar livres para as adequações mediante as necessidades das pessoas que jogam. Ou seja, o sujeito faz por opção as leis e as regras mediante a modelação e cooperação entre seus pares.

Partimos para a análise do décimo segundo grupo e que são as crianças de quatorze anos.

Meninos de quatorze anos:

- J.N. (quatorze anos e dois meses):

[...] M: – Eu aprendi a jogar com meus amigos da escola [...] E: – Quem inventou o futebol? M: – Eu estudei isso um tempo desses, mas agora eu não me lembro do nome dele, mas acho que foi um inglês [...] M: – As regras logo no início que inventaram o futebol eram muito diferentes das de hoje, só tinha uma coisa igual que é fazer golo. Antigamente era um jogo muito violento e só os mais fortes participavam [...] M: – Com o tempo as regras foram evoluindo até chegar a essas que jogamos [...] M: – Da época do meu avô para os dias de hoje mudaram pouca coisa das regras [...] M: – Eu e os meus amigos discutimos demais por causa de jogo (risos) [...] M: – Mudamos algumas vezes as regras antes do jogo [...] – Não, é tudo já acertado antes do jogo começar [...]

- P. (quatorze anos e cinco meses):

[...] M: – Na minha casa ninguém joga futebol [...] E: – As regras sempre foram essas que você me ensinou? M: – Eu acho que não. E: – E o que é que mudou? M: – Deve ter sido tanta coisa, sei lá, acho que não tinha tantos jogadores, o campo era menor e o tempo de jogo também, só tinha um árbitro, acho que é isso [...] E: – Podemos mudar as regras do jogo? M: – Nós não, acho que só a FIFA [...] E: – Você já jogou sem respeitar todas as regras? M: – Eu não jogo muito, só na educação física porque sou obrigado (risos), mas dependendo do dia o professor pede para jogar com todas as regras e outras jogamos sem algumas regras. E: – Todos aceitam jogar sem as regras? M: – Aceitam tranquilos, eles acham até melhor, principalmente as meninas (risos) [...] M: – Mas é combinado antes do jogo começar, senão começa a discussão [...]

Meninas de quatorze anos:

- R. (quatorze anos e cinco meses):

[...] M: – Acho que foi meu pai que me ensinou, sei não [...] E: – Quando o seu pai era da sua idade, você acha que as regras do futebol eram iguais às de hoje? M: – Eu acho que eram. E: – E na época do pai dele? M: – Hum! Aí deve ter mudado alguma coisa. E: – O quê? M: – Sei não, mas deve ter mudado [...] M: – Acho que não podemos mudar as regras, mas se os representantes do futebol de cada país se reunirem e inventarem ou mudarem alguma regra para melhorar aí pode [...] M: – A gente muda muito nos jogos aqui na escola, apesar de eu não jogar muito, mas vejo os meninos diretos conversando e mudando quando estão jogando [...] M: – É tranquilo, ele discutem as vezes se foi impedimento essas coisas, mas eles se entendem [...]

- R. A. (quatorze anos e cinco meses):

[...] M: – Meu irmão mais velho brincava comigo quando eu era pequena, eu acho que foi ele que me ensinou [...] M: – Acho que faz muito tempo que inventaram o futebol, deve ter sido uns duzentos anos atrás [...] M: – As regras eram bem diferentes do início para os dias de hoje [...] M: – As regras foram evoluindo junto com os jogadores [...] E: – Podemos inventar novas regras? M: – Inventar?! Na brincadeira? E: – Também. M: – Se for na brincadeira pode, se for jogo profissional, não pode [...] E: – O que você inventaria? M: – Sei lá, poder jogar

também com a mão E: – Você acha que as pessoas concordariam? M: – Não, porque fica fácil demais [...] M: - Se todo mundo do jogo concordar em mudar, acho que pode [...]

As crianças de quatorze anos percebem as regras como normas que devem ser respeitadas de acordo com a circunstância, não as consideram como sagradas nem imutáveis. Para o jogo de futebol, todos concordaram que em jogo profissional devem-se respeitar as regras, mas as mesmas podem estar sujeitas a mudanças, caso um órgão maior queira modificar, e na brincadeira todos concordaram e relataram jogar sem algumas das regras, ou seja, as regras passam por modificações por livre decisão, sendo respeitadas mediante um consentimento mútuo. Diante das atitudes e pensamentos dessas crianças, podemos considerá-las como inseridas na fase da moral autônoma.

Segundo toda a nossa análise das crianças quanto à consciência das regras, verificamos que quando comparamos com a análise de Piaget, as crianças de nossa atualidade entram mais cedo na fase heterônoma, pois três das quatro crianças de quatro anos, já demonstraram comportamentos e discursos considerados da segunda fase, pois enxergam as regras como obrigatórias e fonte do dever. Consideram o respeito pela regra unilateral, ou seja, é baseado na coação dos adultos e não baseado na cooperação. Esta fase se estendeu em nossa pesquisa até as crianças de oito anos. Para Piaget (1994), as crianças entram nesta fase a partir dos seis anos e se estende até os nove anos.

Já a fase da moral autônoma, as crianças de nossa pesquisa apresentaram características a partir dos nove anos, pois demonstraram uma relação de respeito e cooperação entre seus companheiros, não consideraram as regras como sagradas, o sentido de justiça perante a não efetuação das regras depende da intencionalidade, e o respeito é considerado como mútuo. Algumas crianças de oito anos demonstraram estarem na passagem da heteronomia para a autonomia, mas as consideramos como na fase da moral heterônoma.

Diante dos resultados, podemos considerar que as crianças de nossa atualidade, comparadas com as de 78 anos atrás apresentam uma pequena evolução quanto à natureza da moralidade, tomando consciência um pouco mais cedo da razão de ser das leis. Buscam um respeito recíproco não só com seus iguais, mas também entre os mais velhos e vão estabelecendo um novo

sistema de valores, regras e convicções. Devemos levar em conta alguns pontos que podem ser considerados como fatores dessas mudanças, tais como: a inserção das crianças cada vez mais cedo no universo escolar, ou seja, entrando no mundo de socialização; estamos na era de grandes tecnologias, onde as informações e conhecimentos são transmitidos cada vez mais precoces; o conceito e papel da família vêm mudando de características ao longo das décadas. Referimos apenas alguns de entre outros fatores que são essenciais para a formação moral das crianças nos dias de hoje.

Quanto a análise entre o sexo feminino e o masculino, assim como Piaget, não encontramos diferenças do processo mental das meninas quando comparadas com o dos meninos.

8.3 Análise do Princípio de Reversibilidade

Para esta análise também procuramos utilizar os mesmos procedimentos utilizados por Piaget. Aplicamos primeiramente o teste de conservação de volume, para a análise de quantidade de líquidos. O procedimento foi realizado individualmente com as 48 crianças participantes da pesquisa. Os instrumentos utilizados foram primeiramente dois vasos cilíndricos que denominamos de A_1 e A_2 , com o mesmo formato e mais dois vasos, um com formato mais alto e mais estreito denominado de B e outro mais baixo e mais largo do que o primeiro formato que chamamos de C.

Durante a pesquisa, solicitamos que cada criança observasse a mesma quantidade de água, nos dois vasos cilíndricos idênticos (A_1 e A_2) a fim de verificar se ambos estavam com a mesma quantidade. Após a comprovação, mostramos outro vaso com um formato mais alto e estreito (B) e colocamos toda a água que continha no vaso A_2 no vaso B. Logo em seguida, solicitamos que cada criança verificasse se entre os vasos A_1 e B haveria alguma mudança ou não na quantidade de água nos vasos. O mesmo procedimento foi feito com o vaso C que era mais baixo e largo que o vaso A_1 .

Para o segundo teste, de conservação de substância, utilizamos como instrumento massas de modelar. Inicialmente mostramos duas bolinhas de massa, com o mesmo tamanho e volume, em seguida transformamos uma das

bolinhas em “cobrinha”, que chamamos de procedimento um (P_1) e solicitamos posteriormente que a criança verificasse se houve ou não alguma alteração na quantidade da massa. A mesma solicitação foi feita com as demais alterações na massa. Na segunda modificação transformamos a cobrinha em bolacha (P_2). Na terceira modificação transformamos as duas massas em duas cobrinhas, sendo uma maior e outra menor (P_3) e na quarta modificação, transformamos uma massa em bolinha e com a outra repartimos em um conjunto de cinco bolinhas pequenas (P_4).

Em ambos os testes, analisamos o raciocínio de cada criança, com mudanças ocorridas no volume da água e na massa de modelar. Ou seja, analisamos se as crianças consideraram ou não a conservação de volume e de substância.

Ao aplicarmos os testes de conservação de volume e de substância, verificamos que as crianças de 3 a 6 anos responderam todas no mesmo sentido, pois, ao perguntarmos durante o teste de conservação de volume se existia a mesma quantidade de água no entre o vaso A_1 e o B, e posteriormente entre o vaso A_1 e C, todos responderam que a quantidade de água era diferente, ou seja, para eles o vaso B (que era o mais alto e mais fino que o A_1) tinha mais água que o vaso A_1 , e o vaso C (que era mais baixo e mais largo) tinha menos que o vaso A_1 . Durante o teste de conservação de substância, todos consideraram que no primeiro procedimento P_1 , a “cobrinha” tinha maior quantidade de massa que a bolinha. No segundo procedimento P_2 consideraram que a bolacha tinha mais massa que a bolinha, no terceiro procedimento P_3 consideraram a cobrinha maior com maior quantidade de massa e o quarto e último procedimento P_4 consideraram o grupo de cinco bolinhas com maior quantidade de massa.

Vejamos nas tabelas abaixo os resultados obtidos das crianças de 3 a 6 anos:

CONSERVAÇÃO DE VOLUME E SUBSTÂNCIA

3 ANOS

SUJEITOS	PROCEDIMENTOS	RESULTADOS
J.V	A ₁ e B - A ₁ e C P ₁ , P ₂ , P ₃ e P ₄	Não conservação
T.	A ₁ e B - A ₁ e C P ₁ , P ₂ , P ₃ e P ₄	Não conservação
G.	A ₁ e B - A ₁ e C P ₁ , P ₂ , P ₃ e P ₄	Não conservação
M.	A ₁ e B - A ₁ e C P ₁ , P ₂ , P ₃ e P ₄	Não conservação

CONSERVAÇÃO DE VOLUME E SUBSTÂNCIA

4 ANOS

SUJEITOS	PROCEDIMENTOS	RESULTADOS
A.J.	A ₁ e B - A ₁ e C P ₁ , P ₂ , P ₃ e P ₄	Não conservação
G.	A ₁ e B - A ₁ e C P ₁ , P ₂ , P ₃ e P ₄	Não conservação
M.E.	A ₁ e B - A ₁ e C P ₁ , P ₂ , P ₃ e P ₄	Não conservação
R.	A ₁ e B - A ₁ e C P ₁ , P ₂ , P ₃ e P ₄	Não conservação

CONSERVAÇÃO DE VOLUME E SUBSTÂNCIA

5 ANOS

SUJEITOS	PROCEDIMENTOS	RESULTADOS
L.	A ₁ e B - A ₁ e C P ₁ , P ₂ , P ₃ e P ₄	Não conservação
R.	A ₁ e B - A ₁ e C P ₁ , P ₂ , P ₃ e P ₄	Não conservação
N.	A ₁ e B - A ₁ e C P ₁ , P ₂ , P ₃ e P ₄	Não conservação
L.	A ₁ e B - A ₁ e C P ₁ , P ₂ , P ₃ e P ₄	Não conservação

CONSERVAÇÃO DE VOLUME E SUBSTÂNCIA

6 ANOS

SUJEITOS	PROCEDIMENTOS	RESULTADOS
M.	A ₁ e B - A ₁ e C P ₁ , P ₂ , P ₃ e P ₄	Não conservação
P.	A ₁ e B - A ₁ e C P ₁ , P ₂ , P ₃ e P ₄	Não conservação
L.	A ₁ e B - A ₁ e C P ₁ , P ₂ , P ₃ e P ₄	Não conservação
J.	A ₁ e B - A ₁ e C P ₁ , P ₂ , P ₃ e P ₄	Não conservação

A partir dos sete anos as respostas não foram as mesmas que as crianças até 6 anos de idade, pois começaram a aceitar a conservação. Apenas duas crianças de sete anos obtiveram resultados de conservação não assegurada, já que consideraram a conservação, mas não souberam responder porquê. Vejamos alguns trechos da entrevista de J. V. de sete anos:

[...] E: – Algum desses dois vasos (A₁ e B) tem mais água? M: - Não, tem a mesma quantidade de água E: – Por quê? (fica pensativo) M: – Sei porque não, mais tem a mesma quantidade de água.[...] E: – E entre esses dois vasos (A₁ e C), algum tem mais água? M: – Não, também são iguais E: – Por quê? M: - Também não sei explicar não [...] E: – Neste primeiro procedimento (P₁) qual desses tem mais massas? M: – Tem a mesma coisa. E: – Por quê? M: – Sei lá, porque eu acho que tem [...]

A.C. também de sete anos respondeu da mesma forma que J.V., por isso o seu resultado foi considerado de conservação não assegurada. As demais crianças de sete anos e todas as de oito a quatorze anos consideraram igualmente o porquê da conservação. Vejamos um trecho da entrevista de uma criança de dez anos:

[...] E: - L. entre esses dois vasos (A₁ e B), existe algum que possua maior quantidade de água? M: – Não, tem a mesma quantidade. E: – Por quê? M: – Porque tanto faz mudar de vaso, a quantidade de água será a mesma, os dois primeiros copos eram iguais e tinham a mesma quantidade de água e você só mudou o vaso [...] E: – Agora verifique qual dos dois tem maior quantidade de massa entre a cobrinha maior e a menor (P₃)? M: – Tem a mesma coisa E: – Por quê? M: – Como eu já disse, você só fez mudar o formato da massinha, mas os dois tem a mesma quantidade, não muda [...]

Mediante as respostas de L. como das demais crianças como B. A. e S, de sete anos e todas as de oito em diante obtiveram o resultado de conservação assegurada com evidência, pois enfatizaram o processo reversível.

Vejamos as tabelas com os resultados:

CONSERVAÇÃO DE VOLUME E SUBSTÂNCIA

7 ANOS

SUJEITOS	PROCEDIMENTOS	RESULTADOS
J.V	A ₁ e B - A ₁ e C P ₁ , P ₂ , P ₃ e P ₄	Conservação não assegurada
B.A.	A ₁ e B - A ₁ e C P ₁ , P ₂ , P ₃ e P ₄	Conservação assegurada com evidência
S.	A ₁ e B - A ₁ e C P ₁ , P ₂ , P ₃ e P ₄	Conservação assegurada com evidência
A.C.	A ₁ e B - A ₁ e C P ₁ , P ₂ , P ₃ e P ₄	Conservação não assegurada

CONSERVAÇÃO DE VOLUME E SUBSTÂNCIA

8 ANOS

SUJEITOS	PROCEDIMENTOS	RESULTADOS
F.	A ₁ e B - A ₁ e C P ₁ , P ₂ , P ₃ e P ₄	Conservação assegurada com evidência
K.	A ₁ e B - A ₁ e C P ₁ , P ₂ , P ₃ e P ₄	Conservação assegurada com evidência
M.	A ₁ e B - A ₁ e C P ₁ , P ₂ , P ₃ e P ₄	Conservação assegurada com evidência
C.	A ₁ e B - A ₁ e C P ₁ , P ₂ , P ₃ e P ₄	Conservação assegurada com evidência

CONSERVAÇÃO DE VOLUME E SUBSTÂNCIA

9 ANOS

SUJEITOS	PROCEDIMENTOS	RESULTADOS
P.	A ₁ e B - A ₁ e C P ₁ , P ₂ , P ₃ e P ₄	Conservação assegurada com evidência
J.	A ₁ e B - A ₁ e C P ₁ , P ₂ , P ₃ e P ₄	Conservação assegurada com evidência
I.	A ₁ e B - A ₁ e C P ₁ , P ₂ , P ₃ e P ₄	Conservação assegurada com evidência
L.	A ₁ e B - A ₁ e C P ₁ , P ₂ , P ₃ e P ₄	Conservação assegurada com evidência

CONSERVAÇÃO DE VOLUME E SUBSTÂNCIA

10 ANOS

SUJEITOS	PROCEDIMENTOS	RESULTADOS
T.	A ₁ e B - A ₁ e C P ₁ , P ₂ , P ₃ e P ₄	Conservação assegurada com evidência
L.	A ₁ e B - A ₁ e C P ₁ , P ₂ , P ₃ e P ₄	Conservação assegurada com evidência
A.B.	A ₁ e B - A ₁ e C P ₁ , P ₂ , P ₃ e P ₄	Conservação assegurada com evidência
M.E.	A ₁ e B - A ₁ e C P ₁ , P ₂ , P ₃ e P ₄	Conservação assegurada com evidência

CONSERVAÇÃO DE VOLUME E SUBSTÂNCIA

11 ANOS

SUJEITOS	PROCEDIMENTOS	RESULTADOS
P.	A ₁ e B - A ₁ e C P ₁ , P ₂ , P ₃ e P ₄	Conservação assegurada com evidência
R.	A ₁ e B - A ₁ e C P ₁ , P ₂ , P ₃ e P ₄	Conservação assegurada com evidência
K.	A ₁ e B - A ₁ e C P ₁ , P ₂ , P ₃ e P ₄	Conservação assegurada com evidência
C.	A ₁ e B - A ₁ e C P ₁ , P ₂ , P ₃ e P ₄	Conservação assegurada com evidência

CONSERVAÇÃO DE VOLUME E SUBSTÂNCIA

12 ANOS

SUJEITOS	PROCEDIMENTOS	RESULTADOS
O.	A ₁ e B - A ₁ e C P ₁ , P ₂ , P ₃ e P ₄	Conservação assegurada com evidência
M.	A ₁ e B - A ₁ e C P ₁ , P ₂ , P ₃ e P ₄	Conservação assegurada com evidência
J.	A ₁ e B - A ₁ e C P ₁ , P ₂ , P ₃ e P ₄	Conservação assegurada com evidência
C.	A ₁ e B - A ₁ e C P ₁ , P ₂ , P ₃ e P ₄	Conservação assegurada com evidência

CONSERVAÇÃO DE VOLUME E SUBSTÂNCIA

13 ANOS

SUJEITOS	PROCEDIMENTOS	RESULTADOS
P.	A ₁ e B - A ₁ e C P ₁ , P ₂ , P ₃ e P ₄	Conservação assegurada com evidência
Pa.	A ₁ e B - A ₁ e C P ₁ , P ₂ , P ₃ e P ₄	Conservação assegurada com evidência
G.	A ₁ e B - A ₁ e C P ₁ , P ₂ , P ₃ e P ₄	Conservação assegurada com evidência
C.	A ₁ e B - A ₁ e C P ₁ , P ₂ , P ₃ e P ₄	Conservação assegurada com evidência

CONSERVAÇÃO DE VOLUME E SUBSTÂNCIA

14 ANOS

SUJEITOS	PROCEDIMENTOS	RESULTADOS
J.N.	A ₁ e B - A ₁ e C P ₁ , P ₂ , P ₃ e P ₄	Conservação assegurada com evidência
P.	A ₁ e B - A ₁ e C P ₁ , P ₂ , P ₃ e P ₄	Conservação assegurada com evidência
R.	A ₁ e B - A ₁ e C P ₁ , P ₂ , P ₃ e P ₄	Conservação assegurada com evidência
R.A.	A ₁ e B - A ₁ e C P ₁ , P ₂ , P ₃ e P ₄	Conservação assegurada com evidência

De acordo com os resultados dos testes de conservação de volume e de substância obtidos e expostos nas tabelas acima, podemos verificar que estão de acordo com a teoria de Jean Piaget, pois foi a partir dos sete anos que as crianças dominaram a noção de conservação. Para Piaget, as crianças a partir dos 7 anos cognitivamente encontram-se na fase operacional – concreta, em que se torna capaz de relacionar diferentes aspectos e de abstrair dados da realidade. O seu pensamento é considerado mais flexível e lógico, proporcionando a capacidade de resolver problemas de conservação (INHELDER, 1986).

As crianças menores não atingem essa capacidade, visto que o seu pensamento está voltado para a interiorização de algumas ações em representações de imagens, ou seja, incapacitando o processo reversível.

Ao analisarmos se a passagem da autonomia está associada ao processo de reversibilidade, constatamos que as crianças de 3 a 6 anos não apresentaram o princípio de reversibilidade bem como a fase da moral autônoma. A partir dos sete anos as crianças apresentaram modificações em seu pensamento, já que durante os testes de conservação de volume e substância, essas crianças consideraram a reversibilidade, conservando o volume e a massa. Mas no estudo da consciência das regras, essas mesmas crianças, bem como as de oito anos, não apresentaram dados que as considerassem na fase da moral autônoma. Só a partir dos nove anos em diante as crianças apresentaram uma moral autônoma juntamente com a noção de conservação.

Diante dos resultados descritos sentimos a necessidade de avaliar os grupos de 7 e 8 anos, para uma melhor compreensão dos resultados obtidos.

As crianças de sete anos durante a entrevista sobre a consciência das regras relataram a não aceitação na participação do jogo de futebol sem as regras, por não considerarem correto, embora algumas tenham considerado mudanças futuras nas regras. Já na aplicação dos testes de conservação, todas as crianças de sete anos participantes da pesquisa consideraram a conservação, mas duas crianças apresentaram dados de uma conservação não assegurada, que foram J.V e A.C.. Comparando as suas entrevistas tanto no estudo da consciência como na conservação, constatamos que ambas não atingiram o ponto auge do pensamento lógico, ou seja, de desenvolverem um

sistema completo de pensamento, que os torne capazes de classificar, organizar, enunciar, manipular com bases concretas, que é bem característico da fase operacional – concreta. Mas poderíamos considerar que ambas estariam caminhando para atingirem esse processo, pois a pouco saíram de uma fase cognitiva com características egocêntricas e mediante suas relações sociais irão atingir cada vez mais esse pensamento lógico e flexível, visto que já demonstram noções de conservação. Ou seja, essas crianças estariam em um momento de transição do egocentrismo com o respeito unilateral, marcado pela coação e subjetividade, para um momento em que as crianças mediante suas relações sociais começam a se submeter verdadeiramente às regras e a praticá-las de acordo com o princípio de cooperação, dando lugar ao respeito mútuo e a regras racionais.

Já todas as crianças de oito anos participantes da pesquisa, durante o estudo da consciência das regras, demonstraram atitudes que poderíamos considerar integrantes da fase da moral heterônoma, mas com passos na moral autônoma, pois todos, embora não tenham aceitado as mudanças nas regras, demonstraram concordância em participarem de jogos sem as regras e sem se sentirem constrangidos por essa atitude. Já no estudo da conservação, todos apresentaram conservação com evidência, ou seja, com explicações convincentes do porque da conservação, demonstrando o processo inverso. Assim podemos considerar que essas crianças estão normalmente caminhando para o processo do pensamento lógico e que mediante as relações sociais, a cooperação e o respeito mútuo, atingirão condições de entendimento quanto às mudanças nas regras, baseadas no acordo e na reciprocidade.

De acordo com as análises que efetuamos, podemos considerar que a moral autônoma está associada ao princípio da reversibilidade. Pois os dados obtidos na pesquisa nos mostram que o processo de reversibilidade leva à autonomia. E que o processo inverso não seria possível. Através desse princípio, a criança percebe que o que bom para ela o é também para o outro. Pois as crianças da fase operacional concreta estariam em média atingindo o princípio de conservação, mediante o amadurecimento de suas capacidades lógicas e adquirindo uma moral baseada no respeito mútuo de igualdade e cooperação, que irão favorecer o seu processo de desenvolvimento moral.

Portanto, verificamos em nossa atualidade que - em média - as crianças de nove anos já atingiram ao mesmo tempo o princípio de reversibilidade e o da moral autônoma. Os dados que recolhemos não diferem muito dos dados de Piaget, baseados na média de idade estipulado pelo mesmo em seus estudos tanto do princípio de reversibilidade como no do desenvolvimento moral, ou seja, as crianças da fase cognitiva operacional – concreta, são capazes de atingir o princípio de conservação, bem como a moral autônoma.

9 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo de nossa pesquisa foi o de replicar o estudo realizado por Piaget sobre aquisição do conceito de regras em crianças, a fim de procurarmos saber se, passados 78 anos da obra “*O Juízo Moral na Criança*”, os dados que o mesmo encontrou sobre a aquisição do princípio da moral se mantêm em nossa atualidade.

Para a consecução desse objetivo, realizamos primeiramente um levantamento bibliográfico que abrangeu autores, teóricos e pesquisadores do tema abordado, desde estudos sobre o princípio da ética até as perspectivas sobre o desenvolvimento moral, dentre elas a de Jean Piaget, que nos proporcionou um grande leque de informações e dados essenciais para a nossa pesquisa.

Em seguida construímos um guião para as entrevistas e para as observações, propostas em nossa metodologia, seguindo o mesmo roteiro utilizado por Piaget. Os resultados desse estudo nos permitiram dados relevantes para que pudéssemos analisar o conceito e a consciência de regras ao longo de um eixo cronológico de 3 a 14 anos de idade em crianças dos nossos dias, princípio de uma moral estruturalista, na perspectiva de Piaget.

A apresentação e as análises dos resultados foram divididas em três partes: uma sobre a análise da prática das regras, a segunda sobre a consciência das regras e a terceira para a análise de um dos nossos objetivos específicos, que é a relação do princípio da reversibilidade com o aparecimento do conceito de obrigação moral.

Os resultados obtidos na primeira análise sobre a prática das regras foram equivalentes aos resultados das fases investigadas por Piaget há 78 anos. Os resultados obtidos constataram que a média de idade estipulada por Piaget para as fases do egocentrismo, da cooperação nascente e da codificação das regras, comparados com os resultados atuais, foram praticamente os mesmos. Encontramos indícios, em alguns casos, para inserção um pouco mais cedo na fase da codificação das regras. Tendo em conta que em Piaget os seus dados representam uma média de idades, podendo abarcar crianças tanto mais novas como mais velhas em referência à média, não possuímos dados que contrariem as afirmações de Piaget,

podendo as diferenças depender de suas relações sociais e de suas estimulações cognitivas.

Podemos relacionar essa inserção um pouco mais cedo na fase da codificação das regras, pelo fato de as crianças estarem integrando no universo escolar cada vez mais cedo, universo este rico de interações para o desenvolvimento das capacidades cognitiva, motora, linguística e social. Há 78 anos, as crianças integravam a escola em média aos 7 anos, hoje, aos 2 anos as crianças já fazem parte do universo escolar. Também não podemos deixar de comentar que essas crianças estão expostas às informações cada vez mais precoces mediante a acessibilidade que a mídia e as novas tecnologias oferecem. Por tanto, estes fatores podem servir como elemento antecipatório no desenvolvimento das crianças de nossa atualidade.

Os resultados obtidos na segunda análise foram que as crianças de nossa atualidade entram um pouco mais cedo na fase da moral heterônoma e da moral autônoma, mas nada muito relevante que possa levar a desconsiderar os resultados de Piaget. Pois, como descrevemos há pouco, o universo das crianças atual é totalmente diferente das crianças investigadas por Piaget. Até a própria formação da família mudou ao longo dos anos e tais mudanças também podem interferir no discurso e comportamento das mesmas.

Essa média de idade proposta por Piaget é considerável justamente pelas variações cognitivas e sociais das crianças. O mesmo autor, ao estabelecer os 10 anos como média para a inserção das crianças na moral autônoma, deixou claro que desde a metade da fase da cooperação nascente na prática das regras, as crianças já seriam capazes de adquirir uma moral autônoma, dependendo de suas possibilidades estruturais cognitivas.

E os resultados obtidos na terceira análise sobre o princípio de reversibilidade de massa e substância, foram os mesmos obtidos por Piaget. Pois foi só a partir dos sete anos que as crianças apresentaram noções de conservação, ou seja, foram capazes de operar transformações e voltar ao seu ponto inicial. Assim, as crianças de sete anos já são capazes de ver o mundo como um conjunto de possíveis transformações, que podem ser manipuláveis de forma coerente.

Dentro da terceira análise, buscamos também analisar se a passagem da autonomia está associada ao princípio da reversibilidade. E obtivemos como

resultado que o desenvolvimento da moral autônoma nas crianças está também relacionado com as capacidades de conservação. Para Piaget, o processo de reversibilidade caracteriza as operações cognitivas como ações interiorizadas, coordenadas e executadas em um plano simbólico, proporcionando capacidades mais elevadas a todos os níveis de desenvolvimento da criança (PULASK, 1986).

De acordo com nossas análises, constatamos que a aquisição do princípio da reversibilidade leva as crianças a adquirirem capacidades cognitivas para uma moral autônoma. O que bom para mim deve igualmente ser bom para o outro.

Quanto a verificação se as etapas são diferenciadas de acordo com o sexo, os dados recolhidos não foram relevantes para que pudéssemos considerar como um novo dado para análise, visto que na análise da consciência da regra e do princípio de reversibilidade, não houve nenhuma distinção cognitiva quando se comparam as meninas com os meninos. Já na análise da prática das regras, constatamos que as meninas não dispunham dos mesmos conhecimentos adquiridos sobre as regras do futebol quando comparadas com os meninos, mas é necessário ressaltarmos que o jogo de futebol, culturalmente desperta um interesse maior no universo masculino do que no feminino, por isso não seria válido compararmos tanto os meninos e as meninas com o mesmo grau avaliativo face às regras do futebol.

A nossa pesquisa nos proporcionou um leque de conhecimentos e oportunidades de aprofundarmos um pouco mais os estudos do desenvolvimento infantil, principalmente do desenvolvimento moral. Levamos como resultados dessa pesquisa, riquezas de conhecimentos que abrirão novos caminhos a serem trilhados nos estudos do desenvolvimento da criança em nossa atualidade.

Sabemos que a convivência social é um fator importantíssimo para a formação da consciência humana, mas pudemos constatar em nossa pesquisa que o conceito e consciência de regras estão intimamente ligados ao desenvolvimento cognitivo como é testemunhado em Piaget no seu livro *O Juízo Moral na Criança*. A concepção de regras transmitidas pelas crianças, emergiram em uma concepção de respeito a uma norma pré estabelecida, e

demonstraram ter consciência da importância das mesmas para o princípio da boa convivência.

A importância de mantermos e nutrirmos as concepções de Piaget sobre o papel do respeito e da cooperação na relação com o outro, é fundamental em nossa atualidade para a fundamentação do desenvolvimento moral das crianças, centrado na sua autonomia.

Compreendemos fazer-se necessário que novos estudos venham a surgir nesta área de desenvolvimento, para que nos proporcionem dados precisos sobre essa nossa realidade social, em que emergem conflitos e contradições da sociedade e que podem refletir de alguma maneira na formação ética e moral de nossas crianças.

Esperamos que o resultado desta investigação possa motivar novas pesquisas sobre a fundamentação do desenvolvimento moral nos humanos.

BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, Paulo. **Educação Lúdica** : Técnicas e jogos pedagógicos. 9. ed. São Paulo: Loyola, 1998.

ARANHA, M. L. A. **História da educação**. 2 ed. rev. e atual. São Paulo: Moderna, 2002.

ARICÓ, C. R. **Arqueologia da Ética**. São Paulo (SP). Ícone, 2001.

BIAGGIO, Ângela M. Brasil. **Psicologia do Desenvolvimento**. Petrópolis: Vozes, 1976.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Apresentação dos Temas Transversais: Ética**. V. 08. Brasília: MEC/SEF, 1998.

CHALITA, G. **Os Dez Mandamentos da Ética**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, (2003).

CHAUÍ, M. **Convite a Filosofia** (6ª ed.). São Paulo: Ática, 1995.

CORTINA, A. e MARTINEZ E. **Ética** . São Paulo: Loyola, 2005.

DICIONÁRIO AURÉLIO. **O dicionário da língua portuguesa**. Curitiba, Positivo, 2004.

DOLLE, J. M. **Para Compreender Jean Piaget**: uma iniciação à psicologia genética Piagetiana. Rio de Janeiro. Zahar, 1975.

ECICLOPÉDIA SOMPOZIO: **Divisão e Classificação das Ciências**. Capítulo 2, 1997. Disponível em <http://www.cfh.ufsc.br/>. Acessado em 9 de Março de 2010.

ESPINOZA, Baruch.. **Ética**. São Paulo. Abril, 1973.

FLAVELL, J. H. **La Psicología Evolutiva de Jean Piaget**. Buenos Aires. Paidós, 1971.

FREITAS, L. B. de L. **Piaget e a Consciência Moral**: um Kantismo evolutivo? SCIELO. Psicologia: Reflexão e Crítica, vol. 15 nº2 Porto Alegre, 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/prc/v15n2/14354.pdf> Acesso em : março 2010.

INHELDER, B. A. **A Psicologia da Criança**. 9ª Ed. São Paulo, Difel, 1986.

KANT, Immanuel. **Crítica da Razão Pura**. Tradução de Valério Rohden e Udo Baldur Moosburg. São Paulo. Abril Cultural, 1980.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 4ed. São Paulo: Atlas, 2001.

LEBRUN, G. **Kant e o fim da metafísica**. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

LIMA, V. A. A. de. **De Piaget a Gilligan**: retrospectiva do desenvolvimento moral em psicologia um caminho para o estudo das virtudes. *Psicologia ciência e profissão* vol.24 no.3 Brasília Sept. 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/pepsic.bvs-psi.org.br/scielo.pdf> Acesso em: fevereiro de 2010.

LOMBARDI, C.L.; GOERGEN, P. **Ética e Educação**: reflexões filosóficas e históricas. Campinas: Autores Associados, HISTEDBR, 2005.

LOMBARDI, C. L. **Ética, Educação e os Parâmetros Curriculares Nacionais**: algumas reflexões hitórico-filosóficas. In: LOMBARDI, C.L.; GOERGEN, P. **Ética e Educação**: reflexões filosóficas e históricas. Campinas: Autores Associados, HISTEDBR, 2005.

LOURENÇO, O. M. **Psicologia de Desenvolvimento Moral**: teoria, dados e implicações. Coimbra, Almedina, 2006.

MARTINS, L. C.; BRANCO, A. U. **Desenvolvimento Moral**: Considerações Teóricas a Partir de uma Abordagem Sociocultural Construtivista. SCIELO. *Psicologia: Teoria e Pesquisa* vol.17 no.2 Brasília May/Aug. 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ptp/v17n2/7877.pdf> Acesso em março 2010.

MELO, M. F. de. **A Moral de Émile Durkheim**. XIV Congresso Brasileiro de Sociologia. Rio de Janeiro. 28 á 31 de julio de 2009.

MENDONÇA, C. O. L.de. **Bioética**. João Pessoa. Utopia, 2006.

_____. **Bioética e Biodireito**: fundamentos interativos. João Pessoa. Cmend, 2007a.

_____. **Subsídios para a Realização da Pesquisa Científica e de Trabalhos Acadêmicos**. João Pessoa. Sal da Terra, 2007b.

MENIN, M.S de S. **Valores na Escola**. Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 28, nº.1, p. 91-100,jan./jun. 2002.

PIAGET, Jean. **O nascimento da inteligência da criança**. Lisboa. Publicações Dom Quixote.Plural, 1986.

_____. **Psicologia e Epistemologia**: uma teoria do conhecimento. 2ª Ed. Rio de Janeiro. Forense, 1978a.

PIAGET, Jean. **Seis Estudos de Psicologia**. Rio de Janeiro. Forense, 1978b.

PIAGET, Jean. **O Juízo Moral na Criança**. Tradução de: Elzon Lenardon. São Paulo: Summus, 1994.

PIZZORNO, Alessandro. “**Uma leitura atual de Durkheim**”. In: COHN, Gabriel (org) *Sociologia: para ler os clássicos: Durkheim, Marx, Weber*. Rio de Janeiro: Azougue, 2005.

PULAKI, M. A. S. **Compreendendo Piaget: uma introdução ao desenvolvimento cognitivo da criança**. Rio de Janeiro, LTC, 1986.

SCHOPENHANDER, A. **Sobre o Fundamento Moral**. São Paulo. Martins Fontes, 1995.

SAMPAIO, L. R.; CAMINHO, C. P. dos S; ROAZZI, A. **Justiça Distributiva em Crianças de 5 á 10 anos de idade**. *Psicol. Reflex. Crit.* vol.20 no.2 Porto Alegre 2007. Disponível em: <http://redalyc.uaemex.mx/pdf/188/18820204.pdf> Fevereiro de 2010.

SEVERINO, A. J. Educação e Ética no Processo de Construção da Cidadania, 137-152. In. LOMBARDI, C.L.; GOERGEN, P. **Ética e Educação: reflexões filosóficas e históricas**. Campinas: Autores Associados, HISTEDBR, 2005.

SOUSA, P. M. L. de. **Desenvolvimento Moral na Adolescência**. 2006. Disponível em : <http://www.psicologia.com.pt/artigos/textos/A0296.pdf>. Acesso em março de 2010.

VALLS, A. L. M. **O que é Ética**. São Paulo. Brasiliense, 2008. Coleção primeiros passos 177.

VÁZQUEZ, A. S. **Ética**. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira. 2002.

VIEIRA, A. D. **A vida como obra de arte: ética em Nietzsche?** Monografia de conclusão de curso de Psicologia pela Universidade Estadual Paulista. Novembro, 2008.